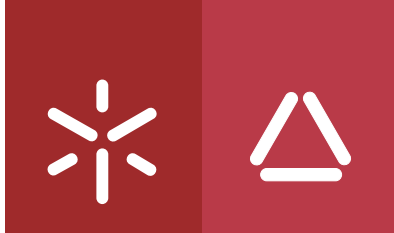


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Irene da Silva Dantas

**Entre Memórias: a questão da
naturalidade de Fernão de Magalhães**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Irene da Silva Dantas

**Entre Memórias: a questão da
naturalidade de Fernão de Magalhães**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Augusta Lima Cruz

Outubro de 2012

Declaração

Nome: Irene da Silva Dantas
E-mail: irene.dantas@live.com.pt
Telefone: 968996244
C.C: 11716458 5ZZ8

Título da Dissertação:
Entre Memórias: a questão da naturalidade de Fernão de Magalhães

Orientador:
Professora Doutora Maria Augusta Lima Cruz

Designação do Mestrado: História

Ano de conclusão: 2012

É autorizada a reprodução integral desta tese apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Universidade do Minho, 31 de Outubro de 2012

AGRADECIMENTOS

À Doutora Maria Augusta Lima Cruz, pela sua orientação e encorajamento ao longo de todo este percurso, sem o qual não seria possível chegar ao fim. Aos meus amigos, em especial à Cecília, companheira de aventura, por toda a ajuda preciosa e pelo alento em alturas mais difíceis. Ao Doutor Francisco Mendes que se mostrou sempre disponível a ajudar e partilhou comigo os seus conhecimentos. À minha família, em especial ao Chesco e aos meus pais, por todo o apoio e amor incondicional. Aos meus filhos Hugo e David que abdicaram de tempo que lhes pertencia para que eu concretizasse mais um sonho.

RESUMO

ENTRE MEMÓRIAS:

A QUESTÃO DA NATURALIDADE DE FERNÃO DE MAGALHÃES

O presente trabalho tem como objecto central de investigação a questão da naturalidade de Fernão de Magalhães. Nesse sentido, procurou-se sistematizar a problemática em causa, começando por contextualizá-la nos discursos sobre a História e a Memória e suas interacções, para depois, a partir da análise crítica dos testemunhos documentais conhecidos sobre a naturalidade de Fernão de Magalhães (um caminho que necessariamente nos levou a explorar os meandros genealógicos do navegador), visitar a produção historiográfica sobre o tema e as diferentes construções de memórias locais, assentes em apropriações sobre a sua naturalidade. Entendido como *projecto* de sistematização tendo em vista futuros desenvolvimentos de investigação sobre o tema, terminamos lançando algumas pistas de pesquisa susceptíveis de vir a ser exploradas e trazer novos esclarecimentos.

Palavras-Chave: Memória, Fernão de Magalhães, Naturalidade, Identidade.

ABSTRACT

BETWEEN MEMORIES: THE ISSUE OF FERDINAND MAGELLAN PLACE OF BIRTH

The present work has as a main objective of investigation, the issue about the place of origin of Fernão de Magalhães. The problem in question was systematised, and then contextualised in the speeches about History and Memory and their interactions. On a second phase, having as a basis the critical analysis of the known documentary testimonies about Fernão de Magalhães place of origin (a path that unavoidably led us to explore the genealogical meanders of this explorer), we revisit the historiographical production about the theme and the different constructions of local memories, based on appropriations about his place of birth. As this project work can be regarded as a systematization exercise aiming future investigation developments on this subject, we finish by launching some research clues susceptible of being explored and bringing new clarifications.

Keywords: Memory, Ferdinand Magellan, Place of birth, Identity.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS | iii

RESUMO | v

ABSTRACT | vii

ÍNDICE DE FIGURAS | xi

INTRODUÇÃO | 1

PARTE I

FIGURAS HISTÓRICAS E FIGURAS PATRIMONIAIS | 5

1. Relações entre a memória histórica e a memória colectiva | 5
2. Protagonistas e heróis: representações, instrumentalizações e manipulações | 8
3. O caso de Fernão de Magalhães – Apontamento biográfico | 13

PARTE II

A NATURALIDADE DE FERNÃO DE MAGALHÃES – ARQUIVOS DA MEMÓRIA | 25

1. As fontes documentais e narrativas | 25
 - Doc. 1 - Testamento de Fernão de Magalhães (1504) | 25
 - Doc. 2 - Assentos de Moradia da Casa Real e respectivos recibos | 27
 - Doc. 3 - Procuração passado por Fernão de Magalhães a Duarte Barbosa (1515) | 28
 - Doc. 4 - Contrato entre Fernão de Magalhães, Rui Faleiro e Juan de Aranda (1518) | 29
 - Doc.5 - Carta de Carlos V ao rei D. Manuel (1518) | 29
 - Doc.6 - Doação de Fernão de Magalhães a Isabel de Magalhães (Março 1519) | 30
 - Doc.7 - Doação de Fernão de Magalhães a Isabel de Magalhães (Junho 1519) | 31
 - Doc.8 - Testamento de Fernão de Magalhães (1519) | 31
 - Doc.9 - Ordem de pagamento de ajuda de custos a Martin Mezquita (1520) | 32
 - Doc.10 - Saldo da dívida aos capitães e oficiais da nau *Victoria* e *Concepcion* e *Santiago* (1522) | 33
 - Doc. 11 - Relato de António Pigafetta (1523-1524) | 34

Doc.12 - Prólogo de Fernando de Oliveira a relação da viagem de Fernão de Magalhães (1560-1570) | 35

Doc.13 - Processo de Lourenço de Magalhães (1568) | 36

Doc.14 - Testamento de Francisco da Silva Telles 1580 | 37

Doc.15 - Nobiliário da Casa do Casal do Paço (1765) | 38

2. O discurso historiográfico | 39

2.1. Das narrativas da viagem à cronística | 39

2.2. A polémica em torno da naturalidade: emergência e consagração do herói | 46

2.3. O tempo das grandes biografias: a fixação das teses portuense e minhota | 65

PARTE III

DO RESSURGIMENTO DOS ESTUDOS SOBRE MAGALHÃES À DESCOBERTA DA PISTA DE GAIA | 71

PARTE IV

A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS PATRIMONIAIS LOCAIS EM TORNO DE FERNÃO DE MAGALHÃES | 83

1. Génese dos processos – fundamentações, realizações e projecções | 83

CONCLUSÃO | 97

FONTES E BIBLIOGRAFIA | 103

APENDICE DOCUMENTAL | 111

ÍNDICE DAS FIGURAS

- Figura 1** Retrato de Fernão de Magalhães | 12
- Figura 2** Árvore genealógica | 13
- Figura 3** Mapa do Estreito de Magalhães | 20
- Figura 4** Planisfério de Battista Agnese | 22
- Figura 5** Brasão dos Magalhães e Sousa de Arronches | 72
- Figura 6** Avenida Fernão de Magalhães, Porto | 85
- Figura 7** EB1 Fernão de Magalhães, Porto | 85
- Figura 8** Estátua de Fernão de Magalhães, Sabrosa | 88
- Figura 9** Estátua de Fernão de Magalhães, Sabrosa | 89
- Figura 10** Casa da Pereira, Sabrosa | 89
- Figura 11** Placa Informativa, Sabrosa | 89
- Figura 12** Lápide, Sabrosa | 90
- Figura 13** Placa Toponímica, Sabrosa | 90
- Figura 14** Indicação para Casa da Pereira, Sabrosa | 90
- Figura 15** Cartaz, Sabrosa | 91
- Figura 16** Placa Toponímica, Ponte da Barca | 94
- Figura 17** Avenida Fernão de Magalhães, Ponte da Barca | 95
- Figura 18** Praça Fernão de Magalhães, Ponte da Barca | 95
- Figura 19** Museu Fernão de Magalhães, Ponte da Barca | 95
- Figura 20** Bolo Magalhães | 96
- Figura 21** Quinta do Maravedi, Gaia | 96
- Figura 22** Brasões dos Magalhães e Sousa de Arronches e dos Magalhães e Sousa do Prado | 97

INTRODUÇÃO

Le passé n'est pas libre. Aucune société ne le laisse à lui-même. Il est régi, géré, conservé, expliqué, raconté, commémoré ou haï. Qu'il soit célébré ou occulté, il reste un enjeu fondamental du présent.

(Régine ROBIN, *La Mémoire Saturée*, Paris, 2003, p.27)

Fernão de Magalhães é uma figura incontornável quer da história de Portugal quer da própria história da Humanidade. Com efeito, na viagem marítima que organizou, e comandou até à data da sua morte ocorrida nas Filipinas em 1521, realizou-se a primeira circum-navegação do globo pelo Ocidente e provou-se empiricamente a redondeza da Terra.

Apesar do impacto do seu feito não ter sido imediato, e da sua partida para Espanha não ter sido bem recebida pelos portugueses que o consideraram um traidor, é certo que o reconhecimento histórico da viagem inovadora que organizou o tornaria uma figura universal, adquirindo o que poderá considerar-se um estatuto de herói.

É esta dimensão que explica o interesse que a questão da sua naturalidade, mais precisamente, da localidade portuguesa onde teria nascido, tem suscitado na investigação histórica e as utilizações que dela têm sido feitas por colectividades locais, no sentido de o institucionalizar como seu património. Um fenómeno que não pode deixar de relacionar-se actualmente com os desafios económicos e políticos ligados ao turismo cultural.

Ao longo da investigação, tornou-se evidente que este é um assunto que gira em torno de três localidades centrais: Sabrosa, Ponte da Barca e Porto, e é nelas que centramos a nossa análise.

Que evidências encontramos das apropriações locais desta mesma memória? Que testemunhos foram analisados e interpretados de forma a cristalizar esta memória? Tendo sido alvo de pesadas críticas por parte dos cronistas portugueses que consideraram a sua atitude como um acto de traição, como se tornou Fernão de Magalhães um herói alvo de disputas entre diferentes localidades que reclamam a sua naturalidade?

Embora as teorizações e estudos sobre as diferentes dimensões da memória tenham conhecido nos últimos anos um impulso significativo¹, aqueles que aprofundam os seus aproveitamentos locais, cimentados por fontes históricas de maior ou menor credibilidade, são ainda reduzidos.

A linha de separação entre a memória, a lenda e a verdade histórica neste trabalho é muito ténue e ao longo do mesmo detectámos construções de factos históricos, situação para a qual já havia chamado a atenção Jacques Le Goff em finais dos anos setenta:

«A tomada de consciência da construção do facto histórico, da não inocência do documento, lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico. Mas esta constatação não deve desembocar num cepticismo de fundo a propósito da objectividade histórica e num abandono da noção de verdade em história; pelo contrário, os contínuos êxitos nos desmascaramentos e na denúncia das mistificações e das falsificações da história permitem um relativo optimismo a esse respeito»².

A bibliografia sobre Fernão de Magalhães abunda. Notícias sobre a viagem que o notabilizou com breves notas biográficas começam a surgir nas crónicas, sobretudo a partir da segunda metade do séc. XVI, até que, no séc. XIX, se assiste a um avolumar de publicação de fontes e estudos publicados versando uma grande variedade de aspectos da figura e acção do navegador, nomeadamente a sua biografia, a viagem que empreendeu e as consequências daí advindas. É, no entanto, de realçar, no que ao tema deste estudo interessa, os trabalhos de alguns historiadores portugueses pela forma como contribuíram para um maior conhecimento do homem e da sua vida e do seu feito, nomeadamente António Baião (1878-1961), Visconde de Lagoa (1898-1957), Queirós Veloso (1860-1952), Amândio de Barros (1961-) e José Manuel Garcia (1967-). O contributo não pode ser visto de forma isolada, antes convida a perceber os contextos e as formas como a matéria da naturalidade de um descobridor foi sendo utilizada.

1 Entre os autores que mais contribuíram para o referencial teórico desta pesquisa, destacamos Maurice HALBWACHS (1877-1945), Pierre NORA (1931-), Jacques LE GOFF (1924-), Paul RICOEUR (1913-2005) e Régine ROBIN (1939-). Procuraremos, no quadro destas e de outras referências, ter em consideração, sempre que possível, os diversos tempos, ritmos e lógicas de exploração historiográfica das temáticas ligadas à memória.

2 Jacques LE GOFF, *História e Memória*, Vol. I, Lisboa, Edições 70, 2000, p.12. Esta obra reproduz os textos escritos pelo autor para o primeiro volume da *Enciclopédia Einaudi*, publicado pela primeira vez em Itália em 1977, e com sucessivas reedições em italiano entre 1977 e 1982. São estes textos revistos que serviram para a publicação do livro citado.

A história da historiografia sobre Magalhães constitui a placa giratória principal a partir da qual fomos convocando várias séries de materiais de forma a reconstituir os arquivos da memória que encerram e mobilizam as interpretações e apropriações relativas à naturalidade de Fernão de Magalhães. Essas séries desdobram dois sentidos de pesquisa documental. O primeiro orientado para o plano da documentação mais próxima do tempo de existência de Magalhães. Assim, estabelecemos como um dos objectivos do trabalho fixar as principais fontes coevas que estabelecem o repositório de argumentos sobre a referida naturalidade. O segundo sentido de pesquisa preocupou-se em recolher na actualidade as diversas manifestações públicas do interesse por Magalhães. Deste modo, considerámos estrategicamente importante, no sentido de surpreender os contornos actuais da memória de Magalhães, sondar vários estratos da recepção mediática do problema, desde os blogues dedicados à questão da filiação e naturalidade do navegador, aos artigos publicados na imprensa local e nacional. Analisámos e documentámos, também, os monumentos em homenagem a Fernão de Magalhães existentes em Sabrosa, Ponte da Barca e Porto.

Vejamos a estrutura do trabalho.

Na parte I, abordamos aspectos teóricos da relação entre a Memória Colectiva e a História, procurando perceber os sentidos cruzados dos respectivos usos e instrumentalizações, através da análise de alguns exemplos. Terminamos este capítulo com a biografia de Fernão de Magalhães no sentido de proporcionar ao leitor uma maior compreensão do processo das apropriações. Esta é uma biografia assente naquilo que a historiografia até hoje apurou sobre os passos essenciais da vida daquele que é a figura central deste trabalho.

Na parte II, centrada já exclusivamente na questão da naturalidade de Fernão de Magalhães e nos respectivos arquivos da memória, faz-se a análise de todos os testemunhos documentais, relações e outras narrativas históricas coevas, passando-se, posteriormente, à análise dos discursos historiográficos até à actualidade.

Na parte III, fazemos um ponto da situação e balanço crítico sobre a questão da naturalidade do navegador, referindo as principais teses historiográficas e seus fundamentos.

Na parte IV procuramos analisar, descobrir os processos de criação, «construção» e desenvolvimento das memórias nas diferentes localidades, bem como também os seus contextos políticos e sociais e o impacto local ao nível de ritualizações

da história, práticas culturais e sua importância na afirmação de identificações comunitárias e valorização do património.

Tratando-se de um trabalho de *projecto*, composto por um exercício de investigação sistematizado tendo em vista futuros desenvolvimentos sobre o tema, terminamos lançando algumas pistas de pesquisa susceptíveis de esclarecer a questão do local de nascimento do navegador, cientes de que, como referia Pierre Nora, a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não existe mais.

Completamos este trabalho com um «Apêndice documental», no qual foi organizada uma colectânea dos testemunhos que, directa ou indirectamente, versam sobre a questão da naturalidade de Fernão de Magalhães e que, na sua maioria, se encontram dispersamente publicados. São também parte integrante deste apêndice dois documentos de doação de uma quinta em Gaia que o navegador faz a sua irmã Isabel de Magalhães, recentemente dados a conhecer em Espanha por Juan Gil. Todos estes documentos são referidos ao longo do texto, com o respectivo número.

Este trabalho apresenta-se assim com uma dupla valência. Por um lado, trata a questão das apropriações locais da memória e os processos que lhe são inerentes, e, por outro, institui-se como uma ferramenta de trabalho no que toca à(s) naturalidade(s) de Fernão de Magalhães, para todos aqueles que pretendam aprofundar o tema, visto que aqui se sistematiza os documentos mais relevantes e se tenta fazer uma análise, quer do discurso historiográfico, quer das principais controvérsias, em torno deste assunto. Na lógica da sua construção, a cadência das referências documentais, a sua fixação e a sua interpretação, foi servindo, assim, diferentes ângulos de abordagem.

PARTE I

FIGURAS HISTÓRICAS E FIGURAS PATRIMONIAIS

Pour ce passé souvent lointain, plus ou moins imaginaire, on est prêt à se battre, à étripier son voisin au nom de l'ancienneté des ses ancêtres. Que survienne une nouvelle soif de fondation, et on l'efface, on oublie, on remet en avant d'autres épisodes, on retrouve, on réécrit l'histoire, on invente, en fonction des exigences du moment, d'anciennes légendes.

(Régine ROBIN, *La Mémoire Saturée*, Paris, 2003, p.27)

1. Relações entre memória histórica e memória colectiva

Falar em memória é, no primeiro instante, falar na capacidade humana de conservar e reproduzir ideias de noções anteriormente adquiridas. É graças a esta capacidade que o indivíduo se identifica perante si e os outros.

O interesse das ciências sociais pela memória enquanto objecto de estudo surge no final do século XIX conhecendo no entanto um maior desenvolvimento durante o século XX, altura em que se destacam as obras de Maurice Halbwachs³, discípulo de Emile Durkheim, que é uma referência nesta matéria e a quem se deve o termo «memória colectiva». A questão fulcral na obra de Maurice Halbwachs assenta na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória colectiva, uma vez que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo e, como tal, a origem das várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós próprios são, na realidade, inspiradas pelo grupo. A memória surge em Halbwachs com a função de criar laços entre os membros de um grupo tendo por base o seu passado colectivo, assumindo-se assim como o alicerce da identidade do mesmo. Para este autor, a identidade colectiva precede a memória e o que recordamos enquanto indivíduos é condicionado pelo facto de pertencermos a um grupo. Segundo Elsa Peralta, «ao sujeitar a memória a este determinismo social, Halbwachs negligencia as tensões dialécticas

³ Maurice HALBWACHS, *Les Cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994 (1925) e *La Mémoire collective*, Paris, PUF, 1968 (1950).

existentes entre a memória individual e a construção do passado»⁴. Este aspecto já fora salientado por Fentress e Wickham⁵ que preferem a designação de «memória social» em detrimento da designação «memória colectiva» por considerarem que a primeira concebe o indivíduo como um autómato obediente a uma vontade colectiva.

No final dos anos 70 surge uma nova abordagem das políticas da memória que assume que as imagens do passado são habilmente inventadas e manipuladas por sectores dominantes da sociedade para servir as suas próprias necessidades no presente. Como refere Peralta, «esta perspectiva procura analisar quem controla ou impõe o conteúdo da memória social e de que forma essa memória socialmente imposta serve os propósitos actuais dos poderes instituídos»⁶. Dos investigadores que seguem esta linha destaca-se Eric Hobsbawm e Terence Ranger com a obra *The Invention of Tradition*, de 1983⁷. Estes autores procuraram demonstrar que certas tradições são deliberadamente inventadas e difundidas pela esfera política, mediante a imposição de uma memória oficial. Apesar da popularidade conseguida junto de muitos investigadores, são-lhe apontadas algumas debilidades resultantes da desvalorização da dimensão experiencial em favor da dimensão política e da aceção da univocidade das representações mnemónicas.

Em 2003, Barbara Misztal⁸ teorizou sobre a abordagem da memória popular sustentando a possibilidade de resistência popular à ideologia dominante. Sem negar que a «memória é instrumental» e influenciada por objectivos presente, esta abordagem considera a possibilidade das versões do passado serem emanadas a partir do local e do particular, podendo ser posteriormente utilizadas e assumidas pelos «poderes instituídos»⁹.

No início da década de oitenta, o historiador francês Pierre Nora¹⁰ introduz o conceito de «lugares da memória» e reflecte sobre a diferença entre memória e história. Mais recentemente, no livro *Présent, nation, mémoire*, o investigador reuniu um conjunto de trinta e dois artigos/reflexões relacionados com o trabalho publicado anteriormente sobre os «lugares da memória», com datas bem diferentes que vão desde

4 E. PERALTA, “Arquivos da Memória” in *Antropologia, Escala e Memória*, N.º 2, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2007.

5 J. FENTRESS e C. WICKHAM, *Memória Social*, Lisboa, Teorema, 1994. Outro importante passo nesta área é dado em 1966 com a publicação de *A Arte da Memória* da autoria de Frances A. Yates, onde a autora escreve sobre a forma como a memória foi tratada ao longo do tempo, desde os oradores gregos ao século XVII, e sobre a relação da arte da memória com a história da cultura. A este respeito ver Frances YATES, *The art of memory*, London, Pimlico, 2001.

6 E. PERALTA, “Arquivos da Memória”, art. cit., p. 8.

7 E. HOBBSAWM e T. RANGER, *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

8 B. MISZTAL, *Theories of Social Remembering*, Philadelphia, Open University Press, 2003.

9 *Ibidem*, p. 12

10 Pierre NORA, *Les Lieux de mémoire*, Paris, Gallimard, 1984-1992.

os anos 70 até aos nossos dias. Nora refere que «l'explosion de la mémoire s'est vite révélée de dimension mondiale. Elle a touché, pour des raisons multiples et sous des formes diverses, toutes les aires de civilisation»¹¹.

Em 1986, Jacques Le Goff¹², no livro *História e Memória*, apresentou, igualmente, um resumo dos principais aspectos relativos à memória, tocando em aspectos centrais como a relação da história com a memória, a memória como narrativa e identidade, a memória social e étnica, os factos associados à construção da memória, entre outros aspectos.

As palavras memória e história evocam o mesmo tempo - o passado. Contudo, apesar desse tronco comum, é a ideia de que memória e história não se confundem a mais difundida. Halbwachs, na primeira metade do século passado, no livro atrás referido *A Memória Colectiva* (1949), tinha já procurado sublinhar a diferença entre estes dois termos. Para ele a memória colectiva ou social não pode ser confundida com história, sendo que, pelo contrário, a história começa justamente onde a memória acaba e a memória acaba quando deixa de ter como suporte um grupo, daí a necessidade de fixá-las por escrito visto que se as palavras e os pensamentos morrem o mesmo não acontece com os escritos.

Ana Isabel Buescu, num outro contexto, reconheceu a historiografia como algo fundamental na constituição da identidade histórica de um grupo social, de uma comunidade ou nação, contudo refere também que «a manipulação pela memória colectiva e, mais concretamente, a funcionalidade de certas imagens e representações é inseparável da memória histórica e da sua construção»¹³, existindo um verdadeiro fosso entre a verdade da memória e a história. A existência de uma interligação entre estes dois conceitos é clara, e, como refere Fernando Catroga, «se não se quiser cair numa posição cientificista, tem de se aceitar o cariz ambíguo e indeciso das relações entre a memória e a história»¹⁴.

Para Halbwachs¹⁵ a diferença entre a história e a memória reside sobretudo no facto desta última trabalhar com o vivido, o que ainda está presente no grupo, enquanto a história trabalha e constrói uma representação de factos distantes. Nessa perspectiva, Pierre Nora¹⁶, em 1997, propaga a ideia de que a memória liga-se à lembrança das

11 Pierre NORA, *Présent, nation, mémoire*, Paris, Gallimard, 2011, p. 13.

12 Jacques LE GOFF, *História e Memória*, Lisboa, Edições 70, 2000.

13 Ana Isabel BUESCU, «Vínculos da Memória», in *Portugal: Mitos Revisitados*, coord. Yvette Kace Centeno, Lisboa 1993.

14 Fernando CATROGA, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, 2001, p. 65

15 Maurice HALBWACHS, *Les Cadres sociaux de la mémoire*, ob.cit.

16 Pierre NORA, *Les Lieux de mémoire*, ob.cit.

vivências por laços afectivos e de pertencimento, portanto é aberta e em permanente transformação, enquanto a história é a crítica e a reflexão sobre a memória.

2. Protagonistas e heróis: representações, instrumentalizações e manipulações

O esquecimento voluntário de factos devido a objectivos políticos, sociais ou que simplesmente não são simpáticos à memória colectiva, faz parte do comportamento humano. Por outro lado, tendo em vista os mesmos objectivos, são também reavivados, através de práticas memorialísticas, outros momentos da história. Vivemos portanto entre lembranças e esquecimentos e é precisamente através da selecção da lembrança que se passa à instrumentalização da memória¹⁷. Mais. Tal como sublinha Maria Isabel João, «essa evocação não se pode dissociar de uma dupla necessidade que é comum a todas as sociedades: a legitimação do poder instituído, que procura na apropriação presente desses acontecimentos e figuras uma forma de marcar a continuidade com um passado glorioso, e a afirmação da identidade colectiva, que se estriba na memória de um percurso histórico inventado e reinventado pelos grupos humanos ao sabor dos seus interesses, emoções, sentimentos e valores»¹⁸

A historiadora brasileira Angélica de Castro Campideli¹⁹ refere que a escolha dos documentos, acontecimentos e bens a serem preservados é algo determinado por um grupo de pessoas. A memória colectiva revela-se assim facilmente manipulável. Dependendo da abordagem efectuada e dos objectivos a atingir, um acontecimento importante pode ser simplesmente produzido ou resignificado, levando a sociedade a ter uma memória direccionada para um determinado fim. A título de exemplo a investigadora refere o caso do brasileiro Tiradentes, um simples criminoso que, aquando da proclamação da República, se tornou um mártir e conseqüentemente um herói nacional. Uma história que encontra alguma semelhança no Zé do Telhado português, apesar de que aqui o herói é inicialmente um valoroso militar e só depois um vilão. Não obstante continua a ser considerado um herói, uma espécie de Robin dos Bosques português que roubava aos ricos para dar aos pobres. Em ambos os casos, os factos

¹⁷ Paul RICOEUR, «Entre mémoire et histoire», in *Project*, Nº 248, p.12.

¹⁸ Maria Isabel JOÃO, «Memória e comemoração», *História Revista*, UFG, 8 (1/2), 2003, pp. 57-88. Da mesma autora, veja-se também a sua tese de doutoramento *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002; «Public memory and power in Portugal (1880-1960)», *Portuguese Studies*, 2002; «Memória, História e Educação», *Noroeste. Revista de História*, 1, 2005, pp. 81-100.

¹⁹ Angélica de Castro CAMPIDELI “A Manipulação da Memória Colectiva”, Setembro de 2010, in <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/2549942>.

menos abonatórios às personagens desaparecem enquanto as características que fazem deles heróis são deliberadamente repetidas.

Recuando um pouco no tempo, vejamos ainda o caso de Viriato, o dito pastor lusitano que combateu vitoriosamente os Romanos. Na verdade Viriato era um poderoso chefe do povo dos Lusitanos, que habitava a zona Sul da Península Ibérica, actual zona fronteira luso-espanhola, e que apesar das vitórias obtidas contra os Romanos acabou por ser assassinado. Uma vez vencido o inimigo, os conquistadores atribuíram o nome de Lusitânia a uma província do seu império, cuja capital era Mérida. A ideia de que os portugueses descendiam dos lusitanos teve início por volta do século XVI e, apesar de descartada por Alexandre Herculano no século XIX, foi particularmente utilizada durante o Estado Novo, numa atitude que encontra justificação nos ideais nacionalistas da ditadura salazarista. Apesar da ascendência lusitana ter sido descartada pela investigação histórica, Viriato continua a povoar o imaginário da maioria dos portugueses que quase o identificam como o primeiro herói nacional, denotando-se uma clara preferência das massas a favor da memória em detrimento da verdade histórica.

Em Portugal, outro caso, muito semelhante áquele que aqui nos propomos trabalhar, é a naturalidade de D. Afonso Henriques que nas últimas duas décadas tem estado envolvida em alguma controvérsia. Embora ao longo do tempo tenha sido tida como certa a naturalidade vimaranense do primeiro monarca português, a tese que aponta para Viseu ganhou cada vez mais apoiantes no seio dos investigadores de História Medieval e hoje já são poucos os que põem em causa os argumentos apresentados por A. de Almeida Fernandes naquele que foi um estudo realizado a pedido da Unidade Vimaranense - Associação para o Desenvolvimento de Guimarães e da sua Região, mas cujo resultado, segundo o historiador, parece não ter agradado – «como se a História fosse feita para agradar»²⁰. Na realidade, a publicação deste trabalho deu origem a um despoletar de acontecimentos tanto positivos como negativos. Por um lado, verificou-se por parte dos vimaranenses a negação dos dados apresentados. Por outro lado, Viseu, depois de deixar pousar a poeira causada pela novidade que mexeu com a história de Portugal, começou, na primeira década deste século, a assumir-se como berço de D. Afonso Henriques, tendo criado órgãos de apoio à perpetuação da memória do fundador do reino português.

20 A. de Almeida FERNANDES, citado in <http://tv1.rtp.pt/noticias/?t=Tese-de-nascimento-de-D-Afonso-Henriques-em-Viseu-ressuscitada.rtp&article=160190&visual=3&layout=10&tm=4>

Mais um caso. A naturalidade de Cristóvão Colombo foi durante muito tempo uma questão enigmática, uma vez que segundo o seu próprio filho, Fernando Colombo, na sua *História del Almirante D. Cristóvão Colón*, este não teria interesse em divulgar dados sobre a sua origem. Esta vontade de não revelar muitos dados sobre os seus laços familiares, que muito contribuiu para aguçar curiosidades, poderá, segundo o historiador Salvador de Madariaga²¹, estar relacionada com uma suposta ascendência judaica catalã, acrescentando, no entanto, que Cristóvão Colombo seria genovês. Não obstante, as hipóteses que durante muito tempo mais se destacaram foram a portuguesa, galega e catalã. A hipótese galega foi uma das mais comentadas até que, em 1928, a Academia de História espanhola a desclassificou enquanto fonte histórica uma vez que ficou provado que os documentos que sustentavam esta tese tinham sido manipulados. A hipótese portuguesa baseia-se acima de tudo nos portuguesismos encontrados em muitos escritos do navegador e à toponímia atribuída às terras que descobriu. Esta foi uma tese defendida por Patrocínio Ribeiro numa conferência apresentada à Academia das Ciências em 1915. Cerca de uma década mais tarde vai-se mais longe e afirma-se que Cristóvão Colombo era natural de Colos no Alentejo e que o seu verdadeiro nome seria Cristóvão Colos. Os investigadores que defenderam a naturalidade portuguesa do navegador sucederam-se, sendo várias as interpretações que faziam dos factos para sustentarem as suas teses.

Se nos casos anteriormente analisados vimos exemplos de como certos factos são trabalhados de forma a reavivar determinadas memórias, outros há em que os esforços são efectuados com uma intenção oposta, ou seja, no sentido de apagar momentos ou personagens que não interessam à história oficial.

Na antiga URSS com a morte de Lenine, em 1924, Estaline impõe-se como figura central na revolução e no início de uma nova época política marcada acima de tudo pela violência totalitária. A alternativa a Estaline teria sido Leon Trotsky, que hoje se sabe o preferido de Lenine para liderar o destino da União Soviética, mas cujos planos divergiam daquele que assumiu o poder. Enquanto Trotsky era partidário da revolução permanente, e ambicionava a expansão desta revolta socialista pela Europa, Estaline acreditava que o primeiro passo deveria ser a consolidação do socialismo na Rússia e só depois expandi-lo. Uma vez iniciada a sua governação, Estaline pôs em prática um plano para apagar da memória dos soviéticos os seus principais rivais. A estratégia utilizada passou essencialmente pela manipulação de fotografias, onde aqueles que eram

21 Salvador de MADARIAGA, *Vida del muy magnífico señor don Cristóbal Colón*, Espasa, Calpe, 1975.

indesejados eram simplesmente eliminados. Entre os vários exemplos de fotografias retocadas, uma das mais conhecidas, e símbolo da Revolução Russa, é a de Lenine num palanque em frente ao Teatro Bolshoi a discursar para as tropas. Na foto original, Trotsky encontra-se de pé, junto ao palanque, numa posição óbvia de destaque. Contudo na fotografia oficial, tantas vezes publicada, inclusive em manuais escolares, aquele que poderia ter dado continuidade aos projectos de Lenine deixa de estar presente, escondendo-se, assim, um percurso alternativo àquele que foi tomado²².

No caso alemão, Bernard Umbrecht, no artigo *A Memória Apagada da Alemanha Oriental*²³, refere que, ao procurar uma identidade nacional, os alemães passam por uma obsessão em recuperar o passado judeu, ao mesmo tempo que apagam com ferocidade o que existia a leste do Muro de Berlim. Esse esquecimento propositado diz respeito tanto à política e à cultura quanto à sua infra-estrutura industrial e científica. Umbrecht menciona a historiadora Régine Robin, que considera que na Alemanha há uma tradição de *damnatio memoriae*²⁴, mas cuja influência é variável. Assim, «no momento em que a Alemanha ataca o Palácio da República, ela manda restaurar o estádio nazista dos Jogos Olímpicos para o campeonato do mundo de futebol. E isso parece não incomodar, observa a historiadora. Os postes e candelabros criados por Speer, o arquitecto de Adolf Hitler continuam intactos, assim como a maioria dos edifícios nazistas não atingidos pelas bombas, enquanto os prédios construídos pela RDA, mesmo aqueles da Alexanderplatz, são demolidos sistematicamente. É assim visível um processo no sentido de tornar a RDA ilegítima. O desejo é que esse seja um parêntese na história da Alemanha, uma vergonha semelhante à do Terceiro Reich. Hino, bandeira, emblemas, heróis, nomes de rua, edifícios, manuais escolares, cursos universitários, tudo deve desaparecer»²⁵.

A criação de heróis como Fernão de Magalhães é frequente e constitui um bom exemplo de manipulação de factos históricos a favor de interesses de sectores dominantes da sociedade com vista a servir determinados objectivos. Apesar do seu reconhecido mérito enquanto guerreiro e principalmente hábil navegador, responsável pela descoberta de caminho por via ocidental para o Oriente, o facto é que Fernão de Magalhães abandonou o seu país e ofereceu os seus serviços ao principal rival português, o rei de Espanha. A saída do navegador de Portugal e o resultado daí advindo

22 Sobre este assunto consultar: http://www.newseum.org/berlinwall/commissar_vanishes/index.htm

23 Artigo publicado em <http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=575&PHPSESSID=f29ff9ba1c4582c98e034a5a0e9cddb>

24 *Damnatio memoriae*: sentença póstuma votada no Senado romano para apagar qualquer traço público de um homem político.

25 Régine ROBIN, *Mémoire Saturée*, Paris, Stock, 2003, p.78.

é um aspecto que não passa despercebido na cronística portuguesa quinhentista. Alguns estudos apresentados no *VII Simpósio de História Marítima*²⁶, que decorreu entre 24 e 26 de Outubro de 2001 em Lisboa, nomeadamente os trabalhos de José Manuel Garcia e de Ana Paula Menino Avelar, dão-nos uma imagem muito clara da matéria escrita a propósito de Magalhães e da sua viagem pelos cronistas portugueses da época, designadamente por Fernão Lopes de Castanheda, Duarte Resende, João de Barros, Jerónimo Osório, Gaspar Correia, Damião de Góis, António Galvão e Gabriel Rebelo. Através de uma leitura atenta é detectável nestas narrativas um posicionamento crítico em relação à opção tomada por Fernão Magalhães, um acto considerado de traição à Coroa Portuguesa. Este descontentamento é particularmente perceptível nos textos de Fernão Lopes Castanheda e João de Barros atingindo depois um pico com Jerónimo de Osório, que não se esforça por esconder o desprezo com que encara a opção feita por Fernão de Magalhães.

No século XIX, conhecido como o século da história devido ao grande aumento da produção historiográfica, procurou-se ultrapassar o sentimento decadentista que se vivia, investindo para tal na exaltação dos feitos e no culto dos grandes homens. É neste período que Fernão de Magalhães começa a ser apresentado como herói, imagem bem patente nas biografias romanceadas acerca do navegador que começaram a abundar. A obra do austríaco Stefan Zweig, *Fernão de Magalhães – O Homem e o seu Feito*, publicada em 1938, para além de ser a biografia mais conhecida e, provavelmente a mais vendida, constitui uma peça desse investimento mítico.

Uma vez atingido estatuto de herói, a corrida à criação de uma ligação Fernão de Magalhães é cada vez mais frequente. No que toca ao seu local de nascimento são várias as localidades que reclamam o berço do navegador reunindo fontes favoráveis e afastando outras que não o são.



Fig. 1: Retrato de Fernão de Magalhães no Kunsthistoriches Museum, Viena.

Autor anónimo com data provável do século XVI ou XVII. Na legenda pode ler-se: "Ferdinan[dus] Magellanus superatis antarctici freti angustii clariss".

²⁶ A este respeito ver "Fernão de Magalhães e a Sua Viagem no Pacífico: Antecedentes e Consequentes" in *Actas do VII Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia da Marinha, 2002.

3. O caso de Fernão de Magalhães – Apontamento biográfico

Fernão de Magalhães, descobridor do estreito com o seu nome, é figura relevante da historiografia mundial, quer pela aventura que empreendeu quer pelo resultado daí advindo, sendo hoje inúmeras as referências ao seu nome que é constantemente escolhido para intitular projectos inovadores ou arrojados. Desde galáxias e sondas espaciais, a crateras na lua, a sistemas de navegação por GPS, a computadores ou a lojas de artigos para viagens, o seu nome está um pouco por toda parte e é origem de muitas inspirações.

Sobre o seu local de nascimento, tema também tratado neste trabalho, as fontes disponíveis são poucas e controversas, contudo, acerca de outros aspectos da sua vida existe documentação vária que nos permite redigir, com certa segurança a sua biografia.

À luz de documentos recentes²⁷ e outros já conhecidos e amplamente estudados, todos eles incluídos no apêndice documental deste trabalho, podemos afirmar que Fernão de Magalhães nasceu por volta de 1480, sendo o filho mais velho de Rodrigo de Magalhães e de Alda Mesquita, possuidores de terras em Gaia, e que tiveram mais três filhos: Duarte de Sousa, Diogo de Magalhães e Isabel de Magalhães.

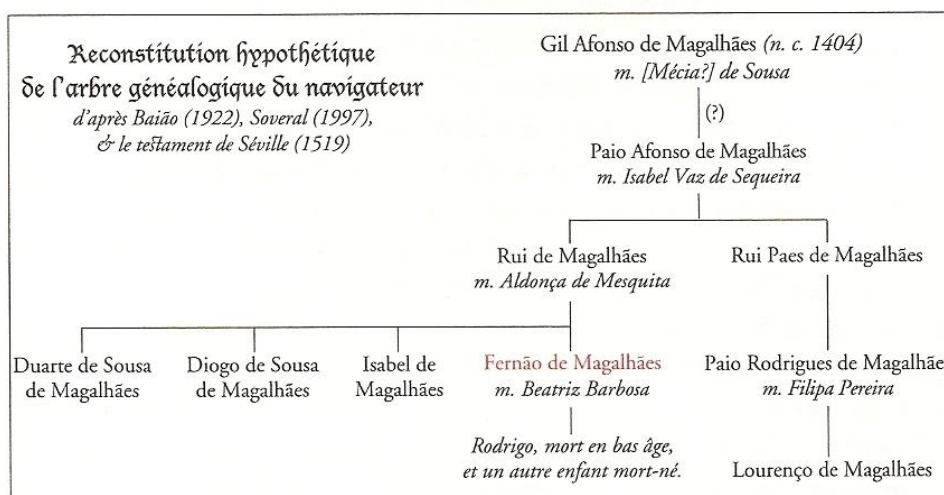


Fig.2: Hipotética árvore genealógica de Fernão de Magalhães apurada através dos estudos de Baião (1922), Soveral (1997) e do testamento de Sevilha (1519). Fonte : *Le Voyage de Magellan (1519-1522) – La relation d'Antonio Pigafetta et autres témoignages*, Édition établie par Xavier Castro, Jocelyne Hamon et Luís Filipe Thomaz, Paris, Chandeigne, 2007, p. 311.

27 Trata-se de documentos relativos a uma doação de terras em Gaia por parte de Fernão de Magalhães a sua irmã Isabel de Magalhães, publicados em 2009 por Juan GIL em *El Exilio Portugués en Sevilla - De los Braganza a Magallanes*, Fundación Cajazol, Sevilha, 2009, pp. 271-272, e referidos na conferência *Fernão de Magalhães: um agente secreto de D.Manuel?* por José MATTOS e SILVA e António MATTOS e SILVA, que teve lugar no Centro Nacional de Cultura no dia 20 de Outubro de 2010.

O facto de Fernão de Magalhães ser o irmão mais velho e, como se verá, ter embarcado para a Índia com cerca de 25 anos, poderá indiciar que pertencia a uma família que, embora de ramo nobre, não gozaria de uma condição socioeconómica muito elevada. Com efeito, os primogénitos das famílias nobres do Reino raramente abalavam em missões para o Oriente. Considerava-se que a eles competia garantir a continuidade da linhagem e do morgadio²⁸. Pelo que se poderá concluir que ele pertencia a uma pequena nobreza, sem grandes meios de fortuna.

Pertencente à família nobre dos Magalhães das Terras da Nóbrega²⁹, que devem o seu nome à Torre de Magalhães situada na freguesia de São Martinho do Paço Vedro³⁰, com cerca de onze anos, Fernão de Magalhães terá partido para a Corte onde, segundo Leonardo Argensola³¹, serviu como pajem de D. Leonor, tendo recebido, à semelhança de outros jovens ao serviço da rainha, uma educação humanista. Em 1495, com a morte de D. João II, subiu ao trono D. Manuel, irmão de D. Leonor, primo de D. João II e legítimo herdeiro da coroa portuguesa, a quem Fernão de Magalhães começou por servir como escudeiro.

Em 1505 embarcou para a Ásia, assim como o seu irmão Diogo de Sousa e o seu amigo Francisco Serrão, na armada de D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei português da Índia³². Entre 1506 e 1507, Fernão de Magalhães esteve na África Oriental e, entre 1508 e 1512, na Índia, onde participou em 1509 na batalha de Diu, decisiva para o domínio português no Índico, e na tomada da cidade de Malaca em 1511.

Foi durante a sua estada no Oriente que ocorreram dois episódios muitas vezes mencionados por aqueles que pretendem enaltecer o carácter do navegador, dotando-o de francas qualidades de herói.

O primeiro refere-se ao salvamento de Francisco Serrão aquando da emboscada dos malaios. A 18 de Agosto de 1509, Fernão de Magalhães partiu de Cochim, sob o comando de Diogo Lopes de Sequeira, em direcção a Malaca onde chegaram a 11 de Setembro do mesmo ano. Sendo inicialmente bem recebidos, os portugueses foram vítimas de uma emboscada que causou a morte de sessenta homens e o aprisionamento

28 A respeito dos morgadios ver Maria de Lurdes ROSA, *O Morgadio em Portugal – sec.XIV-XV*, Lisboa, Editorial Estampa (Col.Histórias de Portugal, nº16), 1995.

29 A Terra da Nóbrega, situada a norte da Serra do Oural, englobava trinta e uma freguesias que, à excepção de seis, actualmente correspondem ao concelho de Ponte da Barca.

30 Actualmente, freguesia de Paço Vedro de Magalhães, Ponte da Barca.

31 Bartolomeu LEONARDO DE ARGENSOLA (1562-1631), *Historia de la Conquista des las islas Malucas...*, Madrid, 1609. As informações existentes sobre a infância do navegador são parcas e tardias, devendo ser encaradas com algum cuidado. Na realidade, nenhum cronista português fornece informações acerca de Fernão de Magalhães antes da sua partida para a Índia.

32 Segundo ementas da casa da Índia Fernão de Magalhães recebia de moradia mensal a quantia de 1000 réis mais cevada.

de dezanove. Fatal destino teria tido Francisco Serrão que, tendo procurado refúgio junto à praia, foi salvo por Fernão de Magalhães³³.

O segundo episódio, que revela um sentido de dever e lealdade do navegador, refere-se ao encalhamento de dois navios nos recifes de Pádua a poucos dias de viagem de Cananor³⁴. Perdidos os navios, os batéis disponíveis para o salvamento da tripulação só comportavam a oficialidade e alguns fidalgos, sendo os restantes obrigados a permanecer no local do naufrágio. Perante esta situação, Fernão de Magalhães, demonstrando um comportamento solidário, ofereceu-se para acompanhar a marinhagem que via assim as probabilidades de regressarem em seu auxílio aumentarem consideravelmente, o que de facto veio a acontecer duas semanas mais tarde, e tanto tripulantes como mercadoria foram resgatados.

Nada nos permite afirmar com certeza que Fernão de Magalhães participou na primeira expedição a Goa, ordenada pelo novo governador da Índia, Afonso de Albuquerque, em 1510. Por outro lado é sabido que fez parte do conselho de oficiais reunido a 10 de Outubro de mesmo ano em Cochim com o intuito de organizar a ofensiva que teria lugar a 24 de Novembro e que resultaria na vitória dos portugueses.

Queirós Veloso³⁵, citando Jean Denucé, aponta para a particularidade de Fernão de Magalhães emprestar dinheiro a juros, referindo que em Cochim, no ano de 1510, o navegador emprestou a Pedro Anes Abraldez cem cruzados, obrigando-se o devedor a pagar duzentos em Portugal. Esta foi uma dívida que o navegador só conseguiu cobrar em 1515, uma vez que o seu credor faleceu e que as diligências para receber esta quantia junto de João Abraldez, pai e herdeiro do primeiro, não surtiram qualquer efeito. Esta questão veio entretanto a ser resolvida uma vez que o rei, devendo a mesma quantia a João Abraldez, autorizou o pagamento a Fernão de Magalhães no almoxarifado de Ponte de Lima, e que, Duarte de Sousa, irmão e procurador do navegador, recebeu a 24 de Novembro de 1515.

No final de 1511, Afonso de Albuquerque envia uma armada comandada por António de Abreu às Molucas. Nela parte Francisco Serrão, amigo do navegador, ao comando de um dos navios. Ao contrário do que foi apontado por Fernandez de Oviedo (1557), San Roman (1603) e Leonardo de Argensola (1609), é hoje comunmente aceite que Fernão de Magalhães não participou nesta expedição.

33 Queirós VELOSO, *Fernão de Magalhães: a Vida e a Viagem*, Lisboa, Edições Ocidente, 1941, pp. 19-20. Este episódio é descrito por CASTANHEDA (1552, II, 114-116) e GÓIS (1567, III, 2).

34 *Ibidem*, pp.20-21.

35 *Ibidem*, p. 21

A 11 Janeiro de 1513 Fernão de Magalhães, acompanhado pelo seu escravo malaio Henrique, deixou Malaca de regresso a Portugal. No mesmo ano, participou da tomada a cidade Azamor (3 de Setembro de 1513), no Norte de África, hoje Marrocos, onde perdeu o seu cavalo e sofreu um ferimento numa perna, que o terá deixado um pouco coxo. A perda do cavalo levou Fernão de Magalhães a tomar um conjunto de atitudes que deixam transparecer o carácter ambicioso, determinado e altivo do navegador. Insatisfeito com a indemnização recebida pela perda da sua montada, uma vez que era apenas uma parte do que lhe havia custado o cavalo, escreve directamente uma carta ao rei D. Manuel solicitando o pagamento da diferença. O pedido foi recusado, o que, a par de uma anterior recusa do monarca português a um pedido de compensação em relação a um negócio perdido, terá contribuído para azedar relações entre ambos. A estes factos acresce ainda o de ter sido acusado de repartir de forma pouco clara os despojos da conquista e o de lhe ser negado o reconhecimento dos seus feitos enquanto guerreiro, uma vez que D. Manuel, revelando sempre uma certa implicância para com Fernão de Magalhães, não lhe satisfaz o pedido de aumento de moradia em mais cem réis nem o beneficiou com qualquer outra concessão.

Um acontecimento muitas vezes mencionado como o momento-chave da decisão do navegador partir para Castela é-nos relatado por Correia. Vendo as suas aspirações impedidas, Fernão de Magalhães terá pedido ao rei que o deixasse partir para outro reino onde procuraria outra sorte, ao que este terá respondido para ele fazer o que bem entendesse. Quando se dirigiu ao monarca para lhe beijar a mão, este terá recusado dar-lha. Apesar de este ser um relato tardio e talvez demasiado dramatizado, este episódio simboliza o corte de relações entre D. Manuel e o seu súbdito.

Segundo João de Barros, as cartas que o navegador escreveu ao seu amigo Francisco Serrão foram encontradas em Ternate e, numa delas, referia-se que «prazendo a Deus, cedo se veria com ele; e que quando não fosse per via de Portugal, seria per via de Castela, porque em tal estado andavam as suas cousas, portanto que o esperasse lá»³⁶, deixando assim claro o descontentamento que o marcava. As cartas que terá recebido do seu amigo Francisco Serrão, fornecendo-lhe indicações sobre as Molucas, terão contribuído decisivamente, segundo José Manuel Garcia³⁷, para que este começasse a delinear um plano com vista a atingir aquele arquipélago por ocidente.

36 João de BARROS, *Ásia*, Terceira Década, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, f. 145 v. – 155, citado por José Manuel Garcia, *A Viagem de Fernão de Magalhães e os Portugueses*, Lisboa, Editorial Presença, p. 27.

37 José Manuel GARCIA, *A Viagem de Fernão de Magalhães e os Portugueses*, Lisboa, Editorial Presença., p. 26.

Ambicioso e de relações tensas com o monarca português que lhe negava benefícios ou cargos que aumentassem a sua posição social, Fernão de Magalhães decidiu oferecer os seus serviços ao rei D. Carlos I, futuro imperador Carlos V do Sacro Império-Germânico, apresentando-lhe um plano que visava atingir as Molucas por via ocidental. Não raras vezes encontramos a referência de que este projecto foi primeiramente apresentado a D. Manuel, que o teria recusado, precipitando assim a saída de Fernão de Magalhães de Portugal. Esta é uma ideia falsa uma vez que o monarca português não teria qualquer interesse em abrir mão de bens materiais e humanos para conseguir algo que já possuía e que era o monopólio do comércio das Índias por via oriental.

A partida do navegador português para Espanha é, na opinião de Castro-Hamon-Thomaz, natural. Como muitos dos seus compatriotas que não encontraram glória, fama e fortuna em Portugal, Fernão de Magalhães atravessa a fronteira para procurar novas oportunidades.

Tendo chegado a Sevilha em Outubro de 1517, em Dezembro juntam-se-lhe os irmãos Rui e Francisco Faleiro, sendo o primeiro um astrólogo avesso a D. Manuel por este lhe ter negado o cargo de Astrólogo Real.

Nos seus primeiros tempos em Sevilha, o navegador estabeleceu contacto com Diogo Barbosa, português que havia colaborado com a casa de Bragança tendo acompanhado D. Álvaro no exílio em Castela, onde mais tarde serviu também D. Jorge. Juan Gil³⁸ prova que este fidalgo tinha uma certa influência e teve um papel decisivo para que Fernão de Magalhães obtivesse o consentimento do rei D. Carlos I para pôr em prática o seu plano de atingir as Molucas por ocidente. A ligação entre Diogo Barbosa e Fernão de Magalhães tornou-se mais próxima quando o navegador casou com Beatriz Barbosa, filha de Diogo Barbosa e da sua esposa Maria Caldeira, natural de Beja³⁹. Terá sido graças a Diogo Barbosa que Fernão de Magalhães estabeleceu relações com Juan de Aranda, feitor da *Casa de la Contratacion de las Índias*. É também neste período que o navegador, bem como Rui Faleiro, recebe o título de Cavaleiro da Ordem de Santiago, da qual o sogro era Comendador.

38 Juan GIL, *El Exilio Portugués en Sevilla - De los Braganza a Magallanes*, Sevilha, Fundación Cajasol, 2009, p.176.

39 Juan GIL aponta, com base nas escrituras de protocolos sevilhanos, Maria Caldeira como filha de Gonçalo Caldeira e Isabel Faleiro.ob.cit., p. 170.

Fernão de Magalhães viu a sua proposta ser aceite em Março de 1518⁴⁰, altura em que a expedição de cinco navios e, segundo o participante e sobrevivente António Pigafetta, 237 homens⁴¹, começou a ser preparada no porto daquela cidade.

Durante o tempo que antecedeu a viagem, Fernão de Magalhães foi, por diversas vezes, abordado no sentido de o dissuadirem da viagem. Sebastião Álvares, feitor de Portugal em Sevilha, cumprindo ordens de D. Manuel, procurou Magalhães na sua casa para o demover do seu plano, avisando-o que se teimasse em prosseguir «em desserviço de seu verdadeiro rei e senhor»⁴², isso traria grande dano ao monarca português.

Apesar de tudo estar a correr conforme o navegador havia desejado, alguns contratemplos deixam adivinhar problemas futuros. Muitos espanhóis, motivados por um nacionalismo exacerbado, não vêem com bons olhos o projecto do português. Apesar da confiança que Carlos I parece depositar em Fernão de Magalhães, o monarca ordena três vezes a diminuição do número de portugueses na armada, incluindo a substituição de Rui Faleiro por João de Cartagena que foi nomeado suplente do capitão-general conseguindo assim o segundo lugar da hierarquia a bordo.

A 20 de Setembro de 1519, a expedição parte de Sanlúcar de Barrameda constituída pelos seguintes navios: *Trinidad* sob o comando do capitão-general Fernão de Magalhães, *San Antonio* sob o comando de João de Cartagena, *Victoria* sob o comando de Luiz de Mendoza, *Concepcion* sob o comando de Gaspar Quesada, e *Santiago* sob o comando de João Rodrigues Serrão. Rui Faleiro acabou por não participar na viagem, ao que tudo indica por motivos de saúde⁴³.

Aquando da sua partida Fernão de Magalhães tinha um filho, Rodrigo de Magalhães, cujo nome seria uma homenagem ao pai do navegador, encontrando-se a sua esposa, Beatriz Barbosa, grávida do seu segundo filho⁴⁴.

A armada chega a Tenerife a 26 de Setembro onde permanece durante três dias para se abastecer de água e lenha. Aqui, segundo Gaspar Correia, Fernão de Magalhães terá recebido uma carta do seu sogro avisando-o para que tivesse cuidado com os

40 Para conseguir a aprovação do monarca, Fernão de Magalhães teve o apoio do feitor da Casa de la Contratacion, Juan de Aranda, e, ao que tudo indica, do bispo de Burgos.

41 Este número é posto em causa por vários autores, no entanto na *Relacion de la gente que vá en cada não del armada, a quien pagaron socorro en Sevilla y lo que tienen cada mês*, publicada por José Toribio Medina em *Magalhães e sus compañeros*, doc. LXVII, são apontados 231 tripulantes aos que acrescem os 10 nomes de capitães e pilotos, perfazendo um total de 241.

42 Carta de Sebastião Álvares a D. Manuel, datada de 18 de Julho de 1519, publicada em apêndice à tradução portuguesa de Diego de Barros Arana (*Vida e Viagens de Fernão de Magalhães*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciencias, 1881).

43 Na carta supracitada Sebastião Álvares refere que Rui Faleiro parece que está como homem torvado de juízo.

44 Rodrigo faleceu ainda criança e o outro filho do navegador nasceu sem vida.

membros da sua tripulação visto que se dizia que alguns se revoltariam contra ele e que o queriam matar⁴⁵.

A frota chegou à região do Rio de Prata, na América do Sul, no ano seguinte. A 30 de Março de 1520, o inverno e motins originados por uma tripulação desconfiada e sem esperança no sucesso da viagem retiveram Magalhães por seis meses em San Julian, hoje território argentino. A revolta liderada por Quesada, Cartagena e Mendoza iniciou-se quando um grupo de trinta homens armados assaltou a *San Antonio* e prendeu Álvaro Mesquita e João Rodrigues de Mafra. Quesada ficou com o comando do navio e Cartagena tomou a *Concepcion*. Quesada escreveu então uma carta a Magalhães participando a revolta que terá ocorrido devido à falta de consideração com que o capitão-general os tratava. Magalhães respondeu, também por carta, marcando uma reunião e dizendo que estava disposto a ouvir as razões de seu descontentamento mas na realidade resolveu sufocar a rebelião. O mensageiro, Gonçalo Gomez de Espinosa, ao entregar a correspondência, cravou uma punhalada a Luiz de Mendoza que, a par de outro golpe de um colega seu, acabaria por lhe tirar a vida. Entretanto chega Duarte Barbosa acompanhado de quinze homens fiéis a Magalhães, e consegue recuperar a nau. A tripulação da *San Antonio*, após uma tentativa de fuga, acabou por render-se. Gaspar Quesada e António de Coca foram presos e Cartagena entregou-se. Fernão de Magalhães, talvez procurando servir-se da situação para dar exemplo e evitar futuras situações semelhantes, aplicou penas pesadas. Luíz Mendoza, já cadáver, foi conduzido para terra e esquartejado, Gaspar de Quesada foi decapitado e esquartejado e Cartagena foi condenado ao desterro. Os restantes foram condenados a trabalhos forçados.

Sobre este episódio, os desertores da *San António* descreveram mais tarde em Sevilha bárbaros castigos aplicados por Fernão de Magalhães.

45 Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, Tomo II, p. 627.

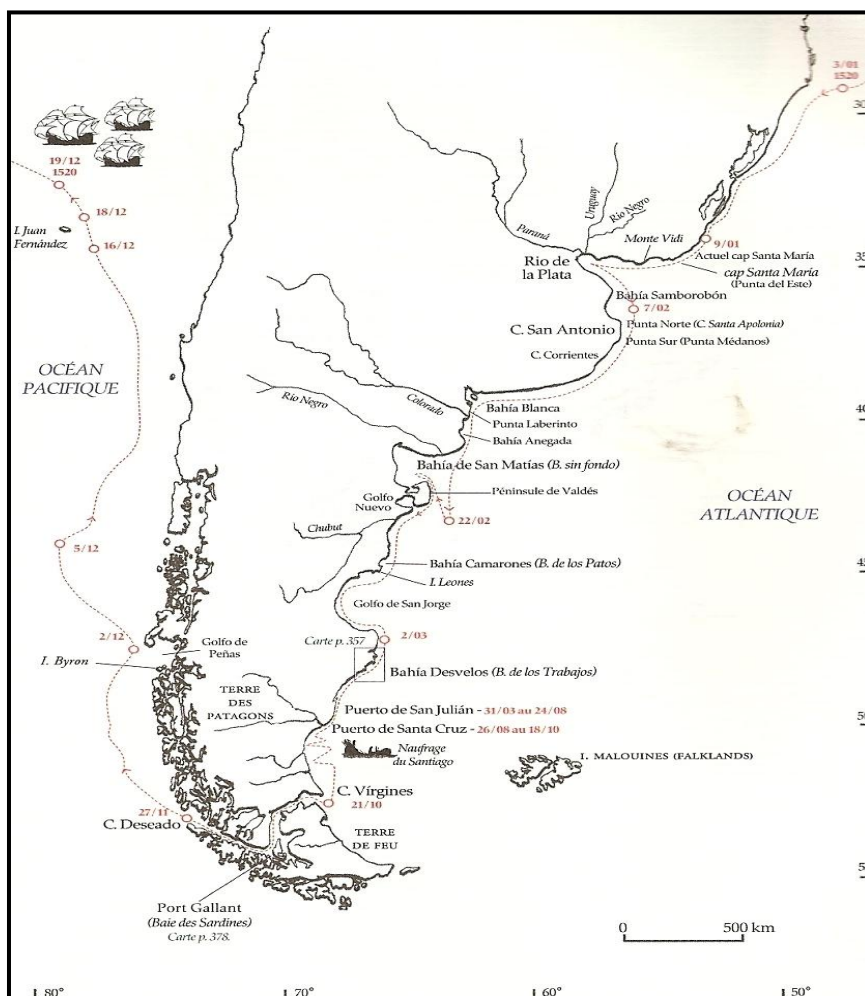


Fig.3: O contorno da América do Sul. Mapa publicado em *Le Voyage de Magellan (1519-1522) – La relation d'Antonio Pigafetta et autres témoignages*, édition établie par Xavier Castro, Jocelyne Hamon et Luís Filipe Thomaz, Paris, Chandeigne, 2007, p.289.

Foi já no final de Março de 1520 que Magalhães faz a sua entrada no estreito que viria a receber o seu nome. Em Novembro de 1520 os navios entram, já sem a nau *San Antonio* que havia desertado durante a travessia do estreito, no Mar do Sul, onde passariam mais de noventa dias sem ver terra, contrariando as convicções iniciais de Magalhães e dos irmãos Faleiro, que estavam persuadidos de que as Molucas não estariam muito distantes do estreito.

Uma vez no oceano que Magalhães denominou de Pacífico, a armada rumou maioritariamente para N.O., facto que impediu que encontrassem as ilhas Molucas, que o navegador sabia apenas, através das cartas do amigo Francisco Serrão, situarem-se abaixo do Equador, revelando no entanto grandes incertezas em relação à sua longitude.

Em Março de 1521, a armada atingiu o arquipélago que apelidaram de S. Lázaro (Filipinas), onde estabeleceram relações cordiais com Colombau, rei de Massana, que indicaria Cebu, um porto vizinho, para que Magalhães pudesse estabelecer novas relações comerciais. O próprio Colombau ter-se-á disposto a acompanhar a tripulação. A chegada da armada às Filipinas representa uma nova esperança. Cansados, doentes e subnutridos devido aos noventa e oito dias passados no Pacífico⁴⁶, os tripulantes acreditavam agora que estavam perto das Ilhas das Especiarias. Tal crença é reforçada pelo facto de Henrique, o escravo malaio do navegador, conseguir comunicar com os nativos. Este escravo tinha sido adquirido, como já referimos, dez anos antes em Malaca e tinha acompanhado Fernão de Magalhães desde então. A circunstância de Henrique conseguir comunicar com os habitantes das Filipinas no seu dialecto poderá apontar para o facto de este ter nascido naquelas ilhas, sendo depois capturado por caçadores de escravos de Sumatra e vendido mais tarde em Malaca. Assim sendo, Henrique, ao regressar à sua terra natal na armada de Fernão de Magalhães, teria sido o primeiro homem a dar a volta ao mundo.

Humabon⁴⁷, rei de Cebu, apesar de alguma desconfiança inicial, recebeu bem a tripulação, tendo-se mesmo tornado cristão e jurado lealdade a Carlos V, ali representado na pessoa de Fernão de Magalhães. Segundo o *Roteiro*⁴⁸ do Piloto Genovês, e talvez de forma a garantir a soberania espanhola durante a sua ausência, Fernão Magalhães terá pretendido que todos os reis locais jurassem obediência ao rei de Cebu, facto que não foi bem aceite pelo soberano da ilha de Mactan que se insurgiu contra o rei de Cebu e não pagou, como todos os outros, o tributo ao capitão-general. Comandados por Fernão de Magalhães, cerca de quarenta homens⁴⁹ avançaram sobre os nativos hostis que, em maior número e conhecedores do território, venceram os europeus. Muitos foram os que pereceram nesta batalha, entre os quais Fernão de Magalhães.

A participação neste ataque a Mactan terá sido questionada por alguns membros da tripulação. Se analisarmos a questão vemos que Fernão de Magalhães pouco tinha a

46 Esta situação da tripulação tinha sido apenas amenizada nas ilhas Marianas que Fernão de Magalhães apelidou de Ilha dos Ladrões.

47 O nome do rei de Cebu não é consensual nos diversos relatos da viagem conhecidos. Optamos por colocar aqui o nome referido por António de Pigafetta em *Navegação e descobrimento da Índia Superior feita por mim, António Pigafetta, gentil-homem vicentino e cavaleiro de Rodes, dedicada aui excelente e mui ilustre senhor Filipe Villiers de L'Isle Adam, grão-mestre de Rodes*. Maximiliano Transilvano apelida-o de Subutyto.

48 *Navegação e viagem que fez Fernando de Magalhães de Sevilha pêra Maluco no ano de 1519 anos, por um piloto genovês*, publicado por José Manuel García, *A Viagem de Fernão de Magalhães e os portugueses*, ob. cit., pp. 210-223.

49 Na Epístola de Maximiliano Transilvano ao cardeal salisburguês, são referidos quarenta espanhóis contra mais de três mil índios. Francisco Albo, que participou na expedição a Mactan e que regressou a Sevilha na nau *Victoria*, referiu que seriam trinta e oito ou trinta e nove espanhóis contra mais de dois mil locais.

ganhar com este ataque, no entanto, levado pelo seu espírito de cruzada e pelo sucesso até ali atingido entre as outras tribos filipinas, avançou pondo em risco a sua verdadeira missão que era chegar às Ilhas das Especiarias.

Sem Fernão de Magalhães as relações entre Humabon e os europeus acabaram por se deteriorar e os primeiros acabaram por ser vítimas de uma emboscada, ao que tudo indica arquitetada por Henrique, o escravo de Fernão de Magalhães, a quem foi recusada a liberdade depois da morte do seu senhor.

Reiniciada a viagem, foi decidido queimar a *Concepcion*, devido à falta de mão-de-obra para manter as três restantes naus, e efectuou-se uma votação que colocou Gonzalo Gómez de Espinosa no comando da *Victoria* e João Lopes de Carvalho na *Trinidad*, sendo também este último nomeado capitão-general. Esta nova composição vai sofrer até ao final da viagem várias alterações, revelando assim grande instabilidade e falta de alguém com forte espírito de liderança.

A 6 de Novembro de 1521, quase vinte e sete meses depois da partida, a armada, com menos três naus e uma centena de homens, chegou finalmente às Molucas. Uma vez na terra prometida, estabeleceram-se relações comerciais com os reis locais e carregaram as naus com especiarias. A *Victoria*, carregada com cravo e com cerca de 60 sobreviventes, partiu da ilha de Tidore, nas Molucas, a 21 de Dezembro de 1521, rumo à Europa pela Rota do Cabo da Boa Esperança. Deixou para trás a *Trinidad* que metia água e precisava de reparações. Por esse motivo, esta nau só pôde abalar de Tidore em Abril do ano seguinte. Tentou regressar pela via do Pacífico, mas sem sucesso, pelo que acabou por retornar às Molucas, onde, em Ternate, a carga e a tripulação foram capturadas pelos portugueses que, entretanto, aí haviam construído uma fortaleza (1420-1522)⁵⁰. Quanto à *Victoria*, apesar de ter optado por sulcar mares que, segundo o Tratado de Tordesilhas, estavam sob alçada de Portugal, conseguiu escapar à vigilância das armadas portuguesas até Cabo Verde. Aqui, ficaram retidos pelo capitão da ilha de Santiago treze marinheiros. O comandante Juan Sebastian Elcano, com uma tripulação agora reduzida a dezoitos homens, conseguiu escapar, chegando a Sanlucar de Barrameda a 6 de Setembro de 1522. Completava-se assim a primeira viagem de circum-navegação.

⁵⁰ Cerca de mil quintais de cravo - cinquenta toneladas – carregava esta nau, os quais só por si seriam suficientes para justificar as despesas da viagem.

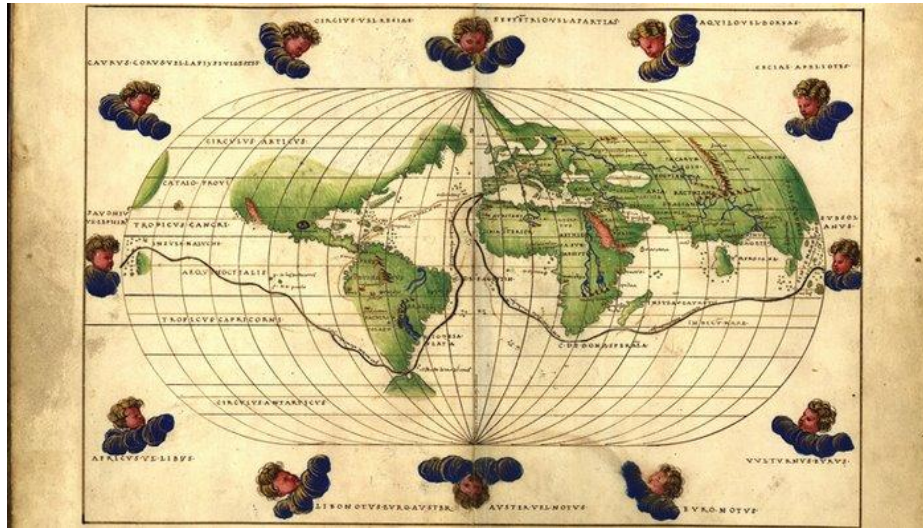


Fig.4: Rota seguida pela armada de Fernão de Magalhães. Planisfério de Battista Agnese, 1536 (Biblioteca Nacional de França)

O período que se segue na Península Ibérica é de tensão. Tanto Portugal como Espanha reclamaram para si a posse das Molucas considerando-as dentro da zona de exploração definida pelo Tratado de Tordesilhas. Abria-se, assim, a chamada «Questão da Molucas», em que o problema residia na correcta delimitação do anti-meridiano do referido tratado. Enquanto decorriam as negociações, cada uma das partes tentou ganhar posições no terreno. Carlos I após várias incursões às Molucas por via ocidental, que se revelaram trágicas em termos de perdas humanas e materiais, acabou por desistir das Ilhas das Especiarias e, em 1529, foi assinado o Tratado de Saragoça. Nele foi acordada a cessão a Portugal, pela quantia de 350 000 ducados de ouro, de todos os direitos respeitantes à navegação e comércio no arquipélago das Molucas. Paradoxalmente, a Coroa portuguesa pagava por um preço elevado os direitos à posse deste arquipélago que, afinal se situavam na sua área de hegemonia. Punha-se fim a uma questão formalmente levantada por D. João III mas que teve na sua génese a vontade de Fernão de Magalhães em atingir estas ilhas por ocidente.

PARTE II
A NATURALIDADE DE FERNÃO DE MAGALHÃES
ARQUIVOS DA MEMÓRIA

O estudo da questão da naturalidade de Fernão de Magalhães assenta num número limitado de fontes documentais e narrativas que, ao longo dos anos, alimentaram teorias e debates nos discursos historiográficos sobre o seu local de nascimento. Na base desses discursos, não raras vezes polémicos, há um conjunto de testemunhos escritos, alguns dos quais de importância e fidedignidade duvidosas.

Nesta segunda parte do trabalho, começaremos por uma enumeração, criticamente analisada e comentada, dos testemunhos documentais que, ao longo do tempo, foram localizados e divulgados e se tornaram a base de diferentes leituras historiográficas sobre a naturalidade do navegador e, em última análise, o sustentáculo a partir do qual se construíram as diferentes teorias que levaram às construções da memória. De seguida, faremos um apanhado do discurso historiográfico que se foi produzindo em torno da figura e viagem de Fernão de Magalhães, começando pelos primeiros escritos (relações) e passando, depois, a um breve levantamento das principais etapas da produção cronística e historiográfica. Este exercício centrar-se-á nos autores que trataram especificamente da questão da naturalidade de Fernão de Magalhães ou realizaram estudos de síntese sobre a vida e acção do navegador, contribuindo para que se sedimentassem e difundissem «certezas» sobre a sua naturalidade.

1. As fontes documentais e narrativas

Doc. 1 - Testamento de Fernão de Magalhães (1504)

Certidão de testamento, datado de Belém, 17 de Dezembro de 1504, em que Fernão de Magalhães nomeia como seus únicos herdeiros a irmã D. Teresa de Magalhães, seu marido João da Silva Teles, senhor da Casa de Pereira em Sabrosa, e o filho de ambos Luís Teles da Silva. Nele institui um legado de doze missas, todos os anos, no «meu» (entenda-se de Fernão de Magalhães) altar de Senhor Jesus da Igreja de

Santo Salvador de Sabrosa, ao qual vinculava a «minha quinta de Souta que esta no mesmo termo de Sabroza».

A certidão deste testamento faz parte de um código, inumerado, pertencente ao Arquivo da Família Aragão em Vila Flor, cujo título é: *Documentos relativos ao grande navegador Fernão de Magalhães, descobridor do estreito com o seu nome, e outros títulos e notícias sobre a sua família em Sabroza*.

Publicado, pela primeira vez na íntegra, por Francisco Manuel Alves, em «O grande navegador Fernão de Magalhães», in *O Instituto*, vol.68.º, 1921, p. 65 e segs.

Comentário – Este documento reveste-se de importância, uma vez que após a divulgação da sua existência por Ferdinand Denis, em 1860, ele se tornou testemunho fundamental da tese que defende ser Sabrosa a terra natal de Fernão de Magalhães. No entanto, algumas incongruências, nele detectadas por vários investigadores, levantam fortes suspeitas de que seja falso. São elas:

- a) A circunstância de dele só se conhecer uma certidão, passada por um escrivão da Câmara de Fafe em 1796 a requerimento de António Luís Alvares Pereira Coelho da Silva Castelo Branco de Magalhães, descendente do navegador.
- b) O facto de ter sido celebrado em Belém que, em 1504, que ao tempo era um burgo sem importância. Além de que o tabelião geral nele indicado não consta dos índices de registo do reinado de D. Manuel.
- c) A ausência de explicações para o referido testamento ter ido parar a Fafe.
- d) O facto de não serem considerados ou sequer referidos os irmãos Diogo e Isabel de Magalhães, citados muitas vezes no testamento de Sevilha, feito por Fernão de Magalhães, em 1519, antes da sua partida para as Molucas e cuja autenticidade não é posta em dúvida.
- e) O uso da fórmula «Sua Majestade», para referir o rei D. Manuel, num documento datado de 1504, levanta muitas suspeitas, uma vez que ela só viria a ser utilizada no reinado de D. Sebastião.

Uma última observação se impõe, tendo em conta a importância deste testamento na polémica sobre a naturalidade do navegador: nada nele consta em que explicitamente

se afirme que era natural de Sabrosa. Tal ilação é presumida pelas indicações de que possuía, em Sabrosa, um altar na igreja de Santo Salvador e uma quinta, e de que o seu suposto cunhado era senhor da casa de Pedrosa na mesma localidade⁵¹.

Doc. 2 – Assentos de Moradia da Casa Real e respectivos recibos (1511-1525)

Trata-se de três documentos referentes à Moradia da Casa Real de um Fernão de Magalhães, cujas datas são relevantes na medida em que permitem apurar factos importantes em relação à filiação do navegador Fernão de Magalhães.

- a) O primeiro assento data de 1511 e o respectivo recibo de 12 de Janeiro de 1512, referindo-se ao pagamento de 3000 reais devidos por três meses de moradia.
- b) O segundo assento, cuja data desconhecemos, é de oito mil e cem reais correspondentes à moradia do primeiro quartel de 1512, datando o recibo de 14 de Julho do mesmo ano;
- c) O terceiro assento, que apesar de não ter indicação do ano é possível através do recibo verificar-se que reporta ao ano de 1523, é de cinco mil e sessenta e seis reais, quantia essa que foi recebida a 14 de Novembro de 1525.

Localização: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Mac. 1º das Moradias da Casa Real – Liv. 2, fl. 17 v. ; Liv. 3, fl. 12 v.; Liv. 7, fl. 47v.

Publicado por António Baião, “Fernão de Magalhães – Dados inéditos para a sua biografia”, in *Arquivo Historico Portuguez*, Vol.III, nº 7/8, Lisboa, Agosto de 1905, pp.308-309

Comentário: Todos os assentos referem Fernão de Magalhães como filho de Pedro de Magalhães. No entanto, o último recibo mostra claramente, como bem notou António Baião⁵², que este Fernão de Magalhães não é o navegador que descobriu a passagem para o Pacífico mas um homónimo uma vez que, à data da assinatura do recibo, Fernão de Magalhães já tinha falecido há quatro anos e já estava ausente de Portugal há oito.

51 Como adiante se verá, foram vários os investigadores que, através dos seus estudos, puseram em causa a fidedignidade deste testamento. Entre outros José Manoel Noronha, António Baião e o Visconde de Lagoa.

52 António BAIÃO, “Fernão de Magalhães – Dados inéditos para a sua biografia”, in *Arquivo Historico Portuguez*, Vol.III, nº 7/8, Lisboa, 1905.

Gaspar Álvares de Lousada, enquanto escrivão da Torre do Tombo (1612-1629), escreveu os sumários das moradias da Casa Real acima referidas, mencionando também que no maço 46 estava «outro» Fernão de Magalhães, filho de Ruy de Magalhães, que serviu dez meses em Azamor. Esta última informação converge com os documentos do Arquivo de Sevilha, nomeadamente com a doação feita à sua irmã Isabel de Magalhães (docs. 6 e 7) e com o processo de Lourenço de Magalhães (doc. 13).

Doc. 3 - Procuração passada por Fernão de Magalhães a Duarte de Sousa (1515)

Procuração, datada de Lisboa, 4 de Julho de 1515, em que Fernão de Magalhães institui seu irmão, Duarte de Sousa, como procurador para, em seu nome, receber de Lopo Pereira, almoxarife de Ponte do Lima, a quantia de 200 cruzados de ouro.

Localização: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, II-58-179.

Publicada por António Baião, «Fernão de Magalhães – Dados Inéditos para a sua Biografia», in *Arquivo Historico Portuguez*, Vol.III, nº 7/8, Lisboa, 1905, p. 311

Comentário - Este documento é relevante por permitir apurar um dado genealógico importante referente a um dos irmãos do navegador. Como já atrás se referiu⁵³, esta quantia de dinheiro reportava-se a uma dívida contraída por Pedro Anes Abraldez, a quem Fernão de Magalhães emprestara dinheiro a juros, em Cochim, no ano de 1510.

⁵³ Ver na I parte deste trabalho, título 1.3 – O caso de Fernão de Magalhães – apontamento biográfico.

Doc. 4 - Contrato entre Fernão de Magalhães, Rui Faleiro e Juan de Aranda (1518)

Contrato realizado a 23 de Fevereiro de 1518 em Valhadolid, em que Fernão de Magalhães e Rui Faleiro se comprometem a dar Juan de Aranda, feitor da Casa da Contratação de Sevilha, a oitava parte do produto que obtivessem da Armada das Especiarias. Neste documento Fernão de Magalhães é dado como «vecino de la ciudad del Puerto».

Localização: Arquivo Geral das Índias, Patronato, 34, R. 3.

Publicado na *Collección general de Documentos relativos a la Islas Filipinas* existentes no *Archivo de Indias de Sevilla*, tomo I, Barcelona, 1918. José Manoel Noronha, em «Algumas Observações sobre a Naturalidade e a Família de Fernão de Magalhães», *O Instituto*, nº 68, 1921, publicou um extracto deste documento.

Já anteriormente Martim Fernandez de Navarrete publicara o mesmo texto segundo original conservado no Arquivo de Simancas, em *Coleccion de los viages i descubrimientos que hecieron por mar los españoles desde fines del siglo XV*, vol. IV (Madrid, 1837), pp. 110-113.

Comentário - Neste contrato Fernão de Magalhães é apontado como “vecino” da cidade do Porto. A interpretação da palavra “vecino” é um dos principais pontos de discórdia entre os historiadores do século XX que se debruçaram sobre a problemática da naturalidade de Fernão de Magalhães, visto que uns acreditam que o termo em causa remete para o seu local de nascimento, enquanto outros admitem que remete apenas para o local onde fora morador.

Doc. 5 - Carta de D. Carlos V ao rei de Portugal (1518)

Nesta carta, datada de 21 de Julho de 1518, D. Carlos V intercede junto do rei de Portugal a favor dos irmãos Simão Barreto de Magalhães e Francisco de Magalhães, que haviam sido condenados à pena de morte e perda dos bens por terem assassinado um Juiz em Ponte da Barca, por estes serem parentes de servidores seus.

Localização: Arquivo Geral das Índias, 139-1-5, tomo VII, fl. 70 v.

Publicada por José Toribio Medina em *El Descubrimiento del Océano Pacífico*, Santiago do Chile, Imprensa Universitaria, 1920, p. 243.

Comentário - Este é um documento usado por alguns investigadores que defendem a naturalidade minhota do navegador, embora através dele não seja possível tirar muitas conclusões, uma vez que não é possível determinar com certeza que Carlos V, quando fala em «parentes de servidores seus», se refere a Fernão de Magalhães e/ou aos familiares que o acompanharam para Castela. Embora seja muito provável que o parente em causa se trate do navegador, esta carta prova apenas que existia uma relação amistosa e de relativa proximidade entre o navegador e os donatários das Terras da Nóbrega com quem partilhava raízes familiares.

Doc. 6 - Doação de Fernão de Magalhães a Isabel de Magalhães (Março de 1519)

Documento datado de 19 de Março de 1519, em que Fernão de Magalhães doa à sua irmã Isabel de Magalhães uma quinta de vinhas e castanhais que possuía em terras de Gaia, término da cidade do Porto, que havia herdado dos seus pais como «fijo mayor».

Localização: Arquivo de Protocolos de Sevilha (hoje no Arquivo Provincial de Sevilha), Livro do ano 1519, Oficio XV, Livro I, fl. 551v.

Extracto publicado por Juan Gil em *El Exilio Portugués en Sevilla - De los Braganza a Magallanes*, Fundación Cajasol, Sevilha, 2009, pp. 271.

Comentário – Esta doação é a primeira de duas que o navegador faz a Isabel de Magalhães, ambas referentes aos mesmos bens, e permite-nos apurar que este era detentor de terras em Gaia tendo estas sido herdadas dos seus pais enquanto filho mais

velho do casal. Para além disto, reforça a ideia de que este tinha uma irmã chamada Isabel de Magalhães, conforme é mencionado no seu testamento datado de 1519.

Doc. 7 - Doação de Fernão de Magalhães a Isabel de Magalhães (Junho de 1519)

Muito idêntica à doação anterior, desenvolve apenas alguns aspectos nomeadamente no que diz respeito a rendas de certas terras devidas à «Iglesia mayor».

Localização: Arquivo de Protocolos de Sevilha (hoje no Arquivo Provincial de Sevilha), Livro do ano 1519, Ofício XV, Livro II, fl. 125r.

Extracto publicado por Juan Gil. *El Exilio Portugués en Sevilla - De los Braganza a Magallanes*, Fundación Cajazol, Sevilha, 2009, pp.272.

Comentário - Este documento distingue-se do primeiro porque, para além do já referido, nele existe uma referência directa ao nome do progenitor do navegador: Rodrigo de Magalhães contribuindo para o esclarecimento da sua filiação

Doc. 8 - Testamento de Fernão de Magalhães (1519)

Por este testamento, redigido em Sevilha a 24 de Agosto de 1519, Fernão Magalhães designava como herdeiro do morgadio que instituía Rodrigo de Magalhães, seu filho e de sua esposa Beatriz Barbosa. Em segunda instância, se este viesse a falecer, o filho que sua mulher, ao tempo grávida, viesse a ter. Morrendo também este, o morgadio passaria para seu irmão, Diogo de Sousa e, em última instância, para sua irmã Isabel de Magalhães. Alguns requisitos eram impostos ao titular do morgadio: o uso do apelido e brasão de Magalhães e viver e casar em Castela. De notar, ainda, entre os donativos piedosos deste testamento, a inclusão do «monesterio de Santo Domingo de las Dueñas de la çibdad del Puerro de Portugal»

Localização: Arquivo Geral das Índias, Patronato, 36, 8.

Um extracto deste testamento foi primeiramente publicado por Fernandez Navarrette, ob. cit., pp. LXXIX-LXX e, posteriormente, em versão integral, na *Colección general de documentos relativos as las Islas Filipinas existentes en el Archivo de India*, Barcelona, Compañía General de Tabacos de Filipinas, vol. II, Barcelona, 1918, p. 314 e sgs. Pouco depois, seria divulgado em Portugal por José Manoel Noronha, art. cit., pp. 132-137. Mais recentemente, Juan Gil, ob. cit., pp. 426-430, deu a conhecer o texto desta escritura em edição crítica, feita a partir da cópia reproduzida nas anteriores publicações e de uma outra, conservada no mesmo Arquivo (Patronato, 36,2, f. 29r e sgs.) que considera mais antiga.

Comentário - Este testamento permite apurar dados importantes relativos genealogia do navegador, nomeadamente, para além do nome da sua mulher e filho, o nome de dois dos seus irmãos, Isabel e Diogo. Parece, por outro lado, ficar claro, embora Juan Gil tenha anotado que o apelido «Sousa» na cópia mais antiga foi lançado entrelinhas, que Fernão de Magalhães usava no seu brasão as armas dos Magalhães e dos Sousa. Lembre-se a este propósito que os seus irmãos utilizavam o apelido Sousa. Esta particularidade vai alimentar vários discursos sobre a que ramo dos Magalhães e Sousa pertencia o navegador.

Embora não seja prova directa que Fernão de Magalhães tenha nascido no Porto, a doação feita neste testamento ao Mosteiro de São Domingos das Donas é apontada como sendo prova de uma ligação do navegador aquela cidade. Este Mosteiro, também conhecido por Convento *Corpus Christi*, situa-se no cais de Gaia, na freguesia de Santa Marinha.

Doc. 9 - Ordem de pagamento de ajuda de custos a Martim de la Mezquita (1520)

Através deste ofício, datado de 26 de Agosto de 1520, é dada ordem de pagamento de “quinze mill maravedis” a Martim de la Mezquita, sobrinho de Fernão de Magalhães, para que este pudesse sustentar-se até ao regresso da armada.

Localização: Arquivo Geral das Índias, ES.41091.AGI/16404.46.5.1 // Contratacion, 784, Liv.1, fl.38 v.

Publicado por José Toribio Medina Medina, *Hernando de Magallanes y sus compañeros: el descubrimiento del Oceano Pacífico*, 1920, pp. 58-59.

Comentário – Esta ordem de pagamento revela que Fernão de Magalhães tinha um sobrinho chamado Martim Mesquita que foi com ele para Espanha, apurando-se assim mais um dado da sua genealogia.

Há referência num documento datado de 1525⁵⁴ a um Miguel de la Mesquita, que, ao que tudo indica, será a mesma pessoa, tratando-se neste caso de um erro de transcrição.

Doc. 10 - Saldo da dívida aos capitães e oficiais das naus *Victoria*, *Concepcion* e *Santiago* (1522)

Trata-se de uma relação, datada de 8 de Setembro de 1522, onde são referidos os montantes em dívida aos que participaram na armada, desde a data da sua partida até às suas mortes ou regresso a Sevilha. Entre os mencionados aparece um Martim de Magalhães, filho de António Martins e Catarina de Magalhães, residentes em Lisboa, que foi na nau *Concepcion* e veio na nau *Victoria*, tendo falecido a 26 de Junho de 1522.

Localização: Arquivo Geral das Índias, ES. 41091.AGI/16410.1.2//Contaduria, 2.

Publicado por José Toribio Medina Medina, *Hernando de Magallanes y sus compañeros: el descubrimiento del Oceano Pacífico*, 1920, p. 216.

Comentário - Esta relação ganha relevância na nossa investigação, uma vez que, Martinho de Aiamonte, no seu relato, escreve que Martim de Magalhães «se dizia parente do dito Fernão de Magalhães»⁵⁵ e que era natural de Lisboa. Além deste pequeno apontamento de Aiamonte, no documento em si nada é apontado que possa estabelecer de forma segura uma ligação familiar entre o Fernão e Martim de

54 *Real cédula por la que se ordena pagar cierto salario a Miguel de la Mezquita, acalando lo que él y Fernando de Magallanes habian servido*, Arquivo das Índias, 46-4-10, l. 1, fol.77, publicado por Toribio Medina *Hernando de Magallanes y sus compañeros: el descubrimiento del Oceano Pacífico*, 1920, pp.250-251.

55 Martinho de AIAMONTE, “A Viagem de Fernão de Magalhães por uma Testemunha Presencial”, in Neves ÁGUAS, *Fernão de Magalhães. A Primeira Viagem à Volta do Mundo contada pelos que nela participaram*, 1990, p. 176.

Magalhães. No entanto, é possível que o facto de partilharem o mesmo nome de família seja revelador de tal ligação uma vez que seria grande a coincidência de ambos se encontrarem, ou viajarem, para Sevilha sem que essa ligação existisse. O mais verosímil é que, embora parentes, não partilhassem laços familiares directos.

Doc. 11 - Relato de António Pigafetta (1523-1524)

António Pigafetta, italiano que participou na expedição de Fernão de Magalhães e que foi um dos dezoito sobreviventes que regressaram na nau *Victoria* a Espanha, escreveu um diário completo de toda a viagem, que rapidamente se constituiu como uma fonte preciosa.

Localização: São conhecidas quatro cópias manuscritas deste texto, que datam da primeira metade do século XVI, conservadas nos seguintes arquivos: Biblioteca Ambrosiana, Milão, escrito em italiano, (L.103); Biblioteca Nacional de França, também conhecido por de Montfaucon, em francês (Fond français n.º 5650); Biblioteca Nacional de França, também conhecido por de Lavallière, em francês (Fond Français n.º 24224); Biblioteca Beinecke da Universidade de Yale, em francês (n.º 1978 341).

A primeira edição conhecida, que não é integral mas sim um resumo, foi impressa em Paris na primeira metade do século XVI, entre 1526 e 1536, presumindo-se que o seu tradutor terá sido Jacques Antoine Fabre a pedido de Luísa de Sabóia, regente de França. O relato de Pigafetta foi depois publicado em tradução italiana por Giovanni Battista Ramusio na colectânea *Delle Navigazioni et Viaggi*, vol.I, Veneza, 1550, ff. 280-387v. e, posteriormente, por diversos autores nas mais diversas línguas. Em português, a primeira edição data de 1938, publicada pelo Visconde Lagoa no seu *Fernão de Magalhães - A sua vida e a sua Viagem*⁵⁶, e a segunda de 1975, publicada por Francisco Leite Faria. Em 2007, saiu em edição crítica registando as variantes entre as quatro cópias conhecidas no I volume da obra, *Le Voyage de Magellan (1519-1522). La relation d'Antonio Pigafetta & autres témoignages*, edição estabelecida por Xavier

⁵⁶ Visconde de LAGOA, *Fernão de Magalhães – A sua vida e a sua viagem*, Lisboa, Seara Nova, 1938.

de Castro, Jocelyne Hamon et Luís Filipe Thomaz, com prefácio de Carmen Bernard e Xavier de Castro (Paris, Éditions Chandeigne).

Comentário: Trata-se de uma fonte importante na questão da genealogia de Fernão de Magalhães uma vez que no corpo do texto António Pigafetta menciona Álvaro Mesquita como primo-irmão⁵⁷ do navegador, permitindo assim desencobrir outro dado acerca deste tema que, ao contrário da viagem que realizou, é tão parco em informações.

Doc. 12 - Prólogo de Fernando de Oliveira a relação da viagem de Fernão de Magalhães (1560-1570)

Sob o título «Prólogo da viagem de Magalhães na demanda de Maluco por el-rei de Castela», Fernando de Oliveira prefaciou, supõe-se entre 1560 e 1570, uma relação da viagem de Magalhães de autor anónimo. O pouco que se sabe sobre este autor resume-se a informação dada por Fernão de Oliveira no referido prefácio: foi escrito por homem que foi na companhia de Magalhães. O relato teria sido escrito por um dos sobreviventes da nau *Trinidad*, tendo em conta o detalhe da narrativa no que respeita ao fim desta nau e a sua tentativa de voltar a Espanha. F. Contente Domingues aventa a hipótese de o seu autor ter sido o seu capitão Gonçalo Gómez de Espinosa, um dos raros sobreviventes desta nau que, chegado a Lisboa, foi encarcerado no Limoeiro em 1524⁵⁸. Até que ponto houve interferência do prefaciador no texto em causa é uma questão que permanece em aberto. Com efeito, na opinião de Francisco Contente Domingos, Fernando de Oliveira reescreveu, mais do que traduziu⁵⁹.

Localização: Biblioteca de Leida (Voss. Lat. F. 41, f.239-254).

A primeira edição deste texto, levada a cabo por Marcus de Jong, saiu sob título *Um Roteiro Inédito da Circum-navegação de Fernão de Magalhães* e foi publicada pelo Instituto alemão da Universidade de Coimbra em 1937. A segunda edição surgiu em

57 Álvaro Mesquita, na versão da Biblioteca Ambrosiana, é apontado como primo direito de Fernão de Magalhães, enquanto que a versão da Biblioteca de Paris indica que este seria aparentado, não indicando qual o tipo de parentesco que os une; os outros diários referem apenas que eram primos, e a carta de Maximiliano Transilvano refere que Álvaro Mesquita seria sobrinho de Fernão de Magalhães.

58 F. Contente Domingues, comentário final à edição de «Relato da Viagem de Fernão de Magalhães», in *Grandes Viagens Marítimas*, direcção de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 125.

59 Idem, ibidem, p.126.

1976 por P. Vallière em *Le Voyage de Magellan raconté par un homme qui fut en sa compagnie. Édition critique, traduction et commentaire du text manuscrit recueilli par Fernando Oliveira*, seguindo-se depois uma edição de Neves Águas, em 1987, na obra *Fernão de Magalhães. A primeira viagem à volta do Mundo Contada pelos Que Nela Participaram*. Em 1989 o relato volta a ser publicado por Francisco Contente Domingues na obra *Grandes Viagens Marítimas*, e em 2007 por José Manuel Garcia no livro *A Viagem de Fernão Magalhães e os Portugueses*.

Comentário - O que torna este documento fundamental para o tema em análise é o prólogo de Fernando de Oliveira que aponta o Porto como local de nascimento do navegador.

Doc. 13 - Processo de Lourenço de Magalhães (1567)

Este documento, também conhecido entre os investigadores como as «provanças» de Lourenço de Magalhães, datado de 5 de Fevereiro de 1567, tinha como finalidade provar que Lourenço de Magalhães era o parente varão mais próximo de Fernão de Magalhães e portanto seu herdeiro. Morador em Jerez de la Frontera, Lourenço de Magalhães alegava o seu direito à herança por ser neto de um primo co-irmão de Fernão de Magalhães.

Neste processo foram recolhidos testemunhos de figuras como José de Magalhães e Meneses, Senhor da Barca; Heitor de Magalhães e Fernão de Magalhães, escudeiros fidalgos, moradores em Ponte de Lima; Francisco de Magalhães, escudeiro, também morador em Ponte de Lima; António de Magalhães, neto de Fernão de Magalhães, de Estorãos, Ponte de Lima; e fidalgos octogenários de Ponte da Barca e Braga.

Através deste requerimento ficamos a saber que, para além de Lourenço de Magalhães, já Beatriz do Prado Magalhães se havia habilitado à herança do navegador, tendo enviado a Castela o seu procurador de Entre Douro e Minho, João Montalvão, mas sem sucesso.

Localização: Archivo Geral das Índias, Sevilha, Estante 1, Cajon 2, Legajo 3/3, N.º8

Publicada por António Baião, “A questão da naturalidade de Fernão de Magalhães: transmontano não, minhoto”, Coimbra, Imp. Universidade, Sep. *História e Memórias* da Academia das Ciências de Lisboa, 1921, pp. 13-61.

Comentário: A herança de Fernão de Magalhães era tentadora em honras e proventos, e não faltaram interessados em obtê-la. O primeiro foi o seu irmão, Diogo de Sousa a quem, em 25 de Outubro de 1524, a mando do Conselho das Índias se pagou parte do saldo devido ao navegador. Também o seu sogro, Diogo Barbosa, juntamente com a sua filha Beatriz Barbosa, agora viúva, conseguiram obter uma sentença favorável. No entanto, estes foram pouco a pouco desaparecendo. Em 1563, Beatriz do Prado de Magalhães, que se afirmava sobrinha do navegador, enviou o seu procurador de Entre Douro e Minho, João Montalvão, para tratar deste assunto, contudo desconhece-se o paradeiro do processo, sendo a única informação disponível aquela que nos é mencionada no processo seguinte que é o de Lourenço de Magalhães.

O facto de a grande maioria das testemunhas inquiridas ser originária da zona da Ribeira Lima, nomeadamente aquelas que revelavam ter conhecido o navegador ou o seu pai, levou António Baião a apontar aquela região como berço do navegador. Através deste documento é possível apurar, entre outros elementos, o nome do pai do navegador que seria Rui de Magalhães, e de seu avô paterno que seria Pedro Afonso de Magalhães. Estes dados vão de encontro ao que Baião já havia apurado em 1905 através dos assentos de moradia da Casa Real.

Se a autenticidade deste documento dificilmente poderá ser posta em causa, o mesmo não se pode dizer em relação à sua naturalidade minhota, uma vez que ao longo do texto não se encontra referência ao local de nascimento de Fernão de Magalhães. Neste sentido este documento aponta unicamente para uma ligação muito próxima entre os Magalhães da zona Ribeira Lima e o navegador.

Doc. 14 - Testamento de Francisco da Silva Telles (1580)

Certidão de testamento de Francisco da Silva Telles, filho de João da Silva Teles e de Teresa de Magalhães, redigido no Maranhão, Brasil, a 3 de Abril de 1580. Nele, o suposto sobrinho-neto de Fernão de Magalhães nomeia seus herdeiros universais, o filho, António da Silva de Magalhães e Faria, e o seu neto, Gonçalo Alvares Moreira da

Silva. Neste testamento é referido o brasão de armas da Quinta de Souta no termo de Sabrosa, que terá sido mandado picar por D. Manuel I, no seguimento de supostas perseguições de que os Magalhães terão sido alvo, após Fernão de Magalhães se ter colocado ao serviço de Carlos V, obrigando assim os familiares próximos a fugir para o Brasil.

Este testamento, tal como o de Fernão de Magalhães de 1504, já descrito, faz parte de um códice inumerado pertencente ao Arquivo da Família Aragão em Vila Flor, cujo título é: *Documentos relativos ao grande navegador Fernão de Magalhães, descobridor do estreito com o seu nome, e outros títulos e notícias sobre a sua família em Sabroza.*

Publicado por Francisco Manuel Alves, “O Grande Navegador Fernão de Magalhães” in *O Instituto*, vol.68, pp. 65 e seguintes.

Comentário – Este documento vem reforçar a posição de Sabrosa como local de nascimento do navegador. No entanto, assim como acontece com o que foi redigido em 1504, apresenta alguns incongruências que levaram os historiadores a duvidar da sua autenticidade, nomeadamente;

- a) É conhecido apenas através de uma certidão passada em Fafe no ano de 1796 desconhecendo-se a localização do original;
- b) Este testamento e o suposto testamento de Fernão de Magalhães, feito em Belém, em 1504, estão transcritos no mesmo livro com apenas 44 folhas de intervalo, apesar dos 76 anos que os medeiam;
- c) Apesar de estar implícito no documento que os Magalhães foram alvo de perseguições, existem vários documentos que comprovam que a família Magalhães continuou na Corte após a desnaturalização de Fernão de Magalhães.

Doc. 15 - Nobiliário da Casa do Casal do Paço (Arcos de Valdevez)

Este nobiliário da autoria de Frei João da Madre de Deus, escrito por volta de 1765, aponta a zona de Figueiró dos Vinhos como local de nascimento do navegador. Dos vários nobiliários existentes, optámos por referir o da Casa do Casal do Paço por

ser aquele que reúne mais consenso, uma vez que é o único que vai de encontro a alguns dados genealógicos já apurados e tidos como seguros, como é o caso dos irmãos Isabel e Diogo, cujo parentesco directo a Fernão de Magalhães é provado através do testamento do navegador feito em 1519.

Localização: Biblioteca Pública Municipal do Porto ms. nº 324.

Publicado (extracto) por José Manoel Noronha, em «Algumas Observações sobre a Naturalidade e a Família de Fernão de Magalhães», *O Instituto*, nº 68, 1921, pp.41-45.

Comentário - Os nobiliários, prova de estatuto e condição social, instrumento de aceitação ou recusa, foram muitas vezes alvo de limpezas que visavam acima de tudo enobrecer os implicados. Esta situação faz com que a sua fiabilidade enquanto fonte única de investigação seja limitada. Embora valiosos os nobiliários deverão ser tidos em conta em conjunto com outros documentos que os sustentem.

2. O discurso historiográfico

2.1. Das narrativas da viagem à cronística

Logo após a viagem sucederam-se os relatos por parte daqueles que participaram naquela que é considerada a grande odisséia do século XVI.

Dois desses relatos, como já se assinalou, têm especial pertinência para o estudo da questão da genealogia e da naturalidade do navegador: o de António Pigafetta (doc.11) e o de autor anónimo que foi prefaciado e, eventualmente, reescrito por Fernando de Oliveira (doc. 12).

Mas, além destas relações, outras são conhecidas, também elas memórias de sobreviventes da viagem de circum-navegação. Algumas tiveram, ao tempo, uma projecção significativa, como aconteceu sobretudo com aquelas que foram integradas na colectânea de textos de viagens de G. B. Ramúcio. Outras, embora seja lícito supor que teriam circulado em cópias manuscritas, caíram no esquecimento até que, descobertas séculos mais tarde, acabariam por ser publicadas. De igual modo, embora não tendo saído da pena de testemunhos presenciais da célebre viagem, outros textos foram

produzidos logo após o feito, redigidos a partir de informação fornecida por aqueles que nela participaram.

Embora cientes de que este conjunto de narrativas e descrições é vulgarmente classificado na categoria de fontes, entendemos começar este capítulo do nosso trabalho pela sua apresentação, tendo em conta a sua importância, mas também porque, em última análise, elas testemunham o arranque de um discurso construído em torno da figura de Fernão de Magalhães e da viagem que o imortalizou.

Assim, neste conjunto, incluem-se cinco relações sobre a viagem que, com as já analisadas nos docs.11 e 12 do ponto 1 desta II parte do nosso estudo, perfazem um total de sete narrativas escritas por sobreviventes e duas cartas redigidas pouco após o sucesso, que passamos a discriminar. Começando pelas relações feitas por testemunhos presenciais, na sua maioria escritas segundo se deduz logo ou pouco tempo após a realização da viagem, apresentam-se por ordem de publicação.

O Relato de um português, companheiro de Duarte Barbosa [...] é o único texto que se conhece escrito por um português. Embora o original se tenha perdido, este relato é-nos dado a conhecer através da versão que foi traduzida para italiano e publicada em 1554 na segunda edição do *Primo Volume delle Naviagationi et Viaggi* de Giovanni Battista Ramusio. Segundo José Manuel Garcia, que publicou pela primeira vez este diário-roteiro em versão portuguesa⁶⁰, existe uma forte probabilidade que este relato, que permaneceu no anonimato porque o seu editor e tradutor apenas referiu que era um português companheiro de Duarte Barbosa, tenha sido escrito por Luís Peres. Trata-se de um sumário muito breve composto essencialmente por informações sobre as rotas tomadas e por outras indicações que normalmente fazem parte de um diário de bordo.

Roteiro da navegação de Fernam de Magalhães é outra das preciosas relações existentes e foi escrita por um piloto genovês não se tendo conseguido até hoje apurar a sua identidade. Apontam-se, porém, dois nomes: Juan Bautista de Punzozol, natural de Génova, e Leon Pancaldo natural de Savona. Deste roteiro existem três manuscritos:

- a) Na Biblioteca Nacional de França (Manuscrit Portugais 40, f. 57-64);
- b) Na Torre do Tombo, em Lisboa (Manuscritos do Brasil 25);
- c) Na Academia Real de História de Madrid.

60 José Manuel GARCIA, *A Viagem de Fernão Magalhães...*, ob.cit., pp.190-194.

Em 1826, este relato foi publicado este relato pela Academia Geral das Ciências na *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem os Domínios Portuguezes, ou lhes são vizinhos*, voltando depois a ser publicado em 1876, pela Imprensa Nacional, nas *Obras Completas do Cardeal Saraiva*. Seguem-se depois várias outras publicações, sendo a mais recente a de José Manuel Garcia que a reeditou no seu livro *A viagem de Fernão Magalhães e os Portugueses*. Neste relato, bem mais resumido que o de Pigafetta, mas igualmente importante, é dada especial atenção ao lado prático da viagem e às suas vicissitudes.

Francisco Albo, também conhecido por Alvo e Calvo, piloto real contratado para contramestre da nau *Trinidad*, é o autor do *Diário o derrotero del viage de Magallanes, desde el cabo de Sant-Agustin em el Brasil, hasta el regreso a España de la nao Victoria*. Foi publicado em 1839 na *Colección de los viages e descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV*, tomo IV, com coordenação de D. Martim Fernandez de Navarrete. Neste texto é feita uma descrição pormenorizada da rota seguida e algumas observações sobre os produtos que encontravam nas terras onde atracavam, não abundando no entanto a informação relativa às relações a bordo e ao contacto com autóctones como acontece, por exemplo, na obra de António Pigafeta.

O *Libro que trata del descubrimiento del estrecho que se llama de Magalhanes* é da autoria de Gines de Mafra, espanhol, natural de Jerez de la Frontera, que embarcou na expedição como marinheiro da nau *Trinidad*. O seu relato foi publicado em 1920 no volume *Descripción de los reinos, costas, puertos e islas que hay des el Cabo de Buena Esperanza hásta los Leyquios, por Fernando de Magallanes, piloto português que lo vió y anduvo todo*, pelo bibliotecário da junta directiva da Real Sociedade Geográfica, António Blásquez y Delgado Aguilera, em Madrid.

A Viagem de Fernão de Magalhães por uma testemunha presencial é uma das preciosas narrativas existentes. Baseia-se no depoimento de Martin de Aiamonte, grumete da nau *Victoria*, tendo sido descoberto por António Baião no Corpo Cronológico da Torre do Tombo (Parte II, maço 101, doc.87). O documento, intitulado «Certidã m sobre as perguntas que se fizerão a dous espanhoes q chegaram a Fortaleza de Malaca, vindos da ilha de Timór na Comp.^a de Alvaro Zuzarte, capitam de hum junco e outros, etc.» é o auto de inquirição mandado fazer pelo capitão de Malaca, Jorge

de Albuquerque, a 1 de Junho de 1522, e foi publicado pelo mesmo António Baião em 1933 no *Arquivo Histórico de Portugal*, vol. I, fasc.5 e 6 com o título «A viagem de Fernão de Magalhães por uma testemunha presencial». Este é um relato breve que dá conta dos principais aspectos da viagem sendo omissos em questões de alguma importância como disso é exemplo a não menção da modificação da armada após a morte de Fernão Magalhães.

Para além destas narrativas escritas por aqueles que fizeram a viagem de circunavegação, existem dois outros documentos daquela altura que são considerados importantes uma vez que, embora não tenham sido escritos pelos membros da armada, baseiam-se nos seus depoimentos. Falamos da carta de António de Brito ao rei de Portugal, dando-lhe conhecimento do sucesso da viagem de Fernão Magalhães, e da célebre carta de Maximiliano Transilvano ao cardeal-arcebispo de Salisburgo.

A carta de António de Brito, capitão que na altura se encontrava em São João de Ternate, dirigida a D. João III e datada de 11 de Fevereiro de 1523, inscreve-se num costume de enviar relatórios ao rei de Portugal, informando-o de factos considerados importantes. Para escrever este relatório, António de Brito baseia-se no testemunho dos tripulantes da nau Trindade que, devido à avaria já mencionada, não acompanharam a nau *Victoria* no regresso a Espanha. Esta carta, conservada na Torre do Tombo (Gaveta 18, maço 6, doc.9) foi publicada em *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*, volume I, Lisboa, 1954, pp. 132-158, e em *As Gavetas da Torre do Tombo*, volume VIII, Lisboa, 1970, pp. 632-645⁶¹.

Bem mais importante para a divulgação do feito de Fernão de Magalhães na Europa foi a célebre carta de Maximiliano Transilvano, datada de Outubro e dirigida ao cardeal-arcebispo de Salisburgo. Secretário do imperador Carlos V, Maximiliano teve oportunidade de ouvir o testemunho do grupo de sobreviventes (Juan Sebastian Elcano, Francisco Albo, Hernando de Bustamante, António Pigafetta, entre outros) que se dirigiu à corte de Valladolid, após aportarem em Espanha. Aproveitando estes depoimentos, redigiu, em latim, a referida carta com a relação completa da viagem. A primeira edição conhecida desta carta data de Janeiro de 1523 e foi publicada em Colónia com o título *De Moluccis in // sulis, itemq; alijs pluribus mirādis, quae //*

61 Um extracto desta carta, em tradução castelhana, já fora publicado por FERNANDEZ DE NAVARETE, na Colección *de los viajes i descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV, con varios documentos inéditos concernientes á la historia de la marina castellana y de los establecimientos españoles en Índias*, vol. IV, Madrid, Imp. Nacional, 1837, pp.305-311.

*nouissima Castellanorum nauigatio Se- // reniss. Imperatoris Caroli. V. auspicio // suscepta, nuper inuenit: Maximiliani // Transyluani ad Reuerendiss. Cardina- // lem Saltzburgensem epistola lectu per- // quam incuda. //*⁶². Seguiram-se, no mesmo ano, mais duas edições, uma em Paris e outra em Roma. Ainda no séc. XVI, esta carta viria a ter ampla divulgação através da sua publicação, em tradução italiana, na 1ª edição (1550) no *Primo Volume delle Navigazioni et Viaggi* de G. B. Ramusio.

Depois das narrativas que resultaram e se seguiram à viagem, a primeira obra de carácter histórico de grande fôlego em que se relata a viagem de circum-navegação sai em latim da pena de Pedro Mártir de Anghiera (1457-1526), humanista italiano que se estabeleceu em Espanha onde, entre os vários cargos e missões que desempenhou, foi também cronista das Índias. Sob título *De Orbe Nouo Decades*, foi publicada postumamente (Alcalá, Dezembro de 1530) esta obra de Pedro Mártir, constituída por oito Décadas, resultantes de cartas e relatos por ele escritos desde 1511. Sabe-se, no entanto, que a descrição da viagem de Magalhães, assente no testemunho de um sobrevivente e inserta na *Década* quinta, foi redigida em 1525.

As referências ao feito de Magalhães e às peripécias da viagem de circum-navegação aparecem logo nas primeiras crónicas das Índias espanholas. Cite-se, a título de exemplo: a *Historia general de las Indias* de Francisco López de Gómara (1511-1566), cuja primeira edição data de 1552⁶³; o *Libro XX dela segunda parte dela general historia delas Indias, de Gonzalo Fernandéz de Oviedo y Valdés* (1478-1557), de que, em vida do autor, se editaram somente vinte dos cinquenta livros que, no total, compunham esta obra, sendo que o livro XX (sobre a viagem de Magalhães) foi objecto de uma edição isolada em Valladolid em 1557, no ano da morte do autor⁶⁴; a *Historia General de los hechos e de los castellanos en las Islas e Tierra firme del Mar Océano*, de António de Herrera (1559-1625), uma obra muito completa e de interesse significativo que colmata algumas lacunas deixadas pelas edições anteriormente mencionadas que se baseiam apenas numa interpretação rebuscada de Transylvanus e de Pigafetta.

62 Ainda no séc. XVI, esta carta viria a ter ampla divulgação através da sua publicação, em tradução italiana, na 1ª edição (1550), do *Primo Volume delle Navigazioni et Viaggi* de G. B. Ramusio.

63 Até à proibição da obra por Filipe II em 1566 (?), saíram mais duas edições em Espanha. Ainda no século XVI, a obra foi objecto de edições em italiano, francês e inglês.

64 Só entre 1851 e 1855, foi levada a cabo a publicação completa deste trabalho de Oviedo, em edição de José Amador de Los Ríos, sob os auspícios da Real Academia de le Historia.

Em Portugal, as primeiras construções narrativas sobre a viagem de Fernão de Magalhães aparecem nos chamados cronistas da Ásia: Fernão Lopes de Castanheda (c. 1500-1559), livro VI (capítulos VI-X) da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Coimbra, 1554; João de Barros (c. 1496-1570), livro V, capítulos VIII- X da *Terceira Década da Ásia*, Lisboa, 1563⁶⁵; e ainda Gaspar Correia, talvez o primeiro destes cronistas que escreveu sobre os sucessos portugueses na Ásia, nas *Lendas da Índia*, onde encontramos todo um capítulo - o capítulo XIV da «Lenda de Diogo Lopes de Sequeira» - dedicado à viagem de Fernão de Magalhães⁶⁶. Também António Galvão (c.1490-1557), na obra vulgarmente designada *Tratado dos Descobrimientos* e publicada postumamente em 1563, anota os sucessos da armada nos registos referentes aos anos de 1519, 1520, 1521 e 1522. De referir, por último, a atenção que lhe é dada por Damião de Góis (1502-1574), no capítulo XXXVII da quarta parte da *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Manuel*, Lisboa, 1967, um breve apontamento sobre a viagem propriamente dita, precedido de uma detalhada informação sobre o processo e preparativos da mesma.

Exaustivo seria enumerar toda a produção escrita, inédita ou publicada, em torno da figura e viagem de Fernão de Magalhães, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, até porque na sua esmagadora maioria passa ao lado da questão que nos interessa, ou seja, a sua naturalidade. Para este largo período, as exceções resumem-se a quatro textos de carácter diverso.

Em primeiro lugar, o já citado «prólogo» de Fernando de Oliveira a uma relação da viagem de Magalhães de autor anónimo (doc. 12), escrito provavelmente entre 1560 e 1570, mas só pela primeira vez publicado em 1937, no qual se afirma ser o navegador português «natural da cidade do Porto». Uma afirmação que não se pode dissociar do percurso e autoridade de quem a fornece. Com efeito, Fernando de Oliveira, nascido em Aveiro cerca de 1507, foi autor de uma variadíssima obra, com destaque, no âmbito do tema que nos interessa, para as questões relacionadas com a náutica e construção naval. Embora à data em que a armada de Magalhães saiu de Sanlucar de Barrameda tivesse apenas 12 anos, sabe-se que na década de 1530 foi preceptor dos filhos de João de

65 Para escrever sobre a viagem de Fernão de Magalhães, João de Barros apoiou-se na obra de Duarte Resende, única obra quinhentista portuguesa completamente dedicada a este tema, intitulada *Tratado da navegação que Fernão de Magalhães e seus companheiros fizeram às ilhas do Moluco*. Esta obra de Duarte Resende, escrita em 1522 e entretanto perdida, é referida por Diogo Barbosa Machado na Biblioteca Lusitana, tomo I, Lisboa, António Isidoro da Fonseca, 1741, p. 742. Para além do tratado de Duarte de Resende, João de Barros consultou ainda livros escritos por Gonzalo Gomez Espinosa, capitão da nau Trinidad, e de Andrés de San Martín.

66 As *Lendas da Índia* permaneceram inéditas até 1858/1866, anos em que, sob os auspícios da Academia das Ciências de Lisboa, foram pela primeira vez publicadas. Sabe-se, no entanto, que circularam em versão manuscrita, como é atestado pelos cronistas que delas se aproveitaram.

Barros, altura em que, como sustenta F. Contente Domingues, poderia ter tido acesso a alguns testemunhos, hoje desaparecidos, de que se serviu este cronista da Ásia⁶⁷.

De salientar, em segundo lugar, dois cronistas espanhóis, cujas obras foram publicadas nos inícios do séc. XVII. Referimo-nos a:

- a) Frei Antonio San Roman de Ribadeneyra que, no livro II, cap. 25, p. 341 da sua *Historia de la Yndia Oriental. Los descubrimientos y conquistas que han hecho las armas de Portugal, en el Brasil y en otras partes de Africa, y de la dilatacion del sancto Evangelio por aquellas grandes provincias desde sus principios hasta el año de 1557*, publicada em Valladolid em 1603, declara que Fernão de Magalhães era natural de Lisboa;
- b) Bartolomé Leonardo de Argensola que no livro I da sua obra intitulada *Conquista de las Islas Malucas* e publicada em Madrid em 1609, declara que o navegador português era natural da cidade do Porto.

Por último, mas num outro tipo de registo, produto de um campo de pesquisa afim ao historiográfico, há a assinalar, já na segunda metade do séc. XVIII, o «Nobiliário da Casa do Casal do Paço» da autoria de Frei João da Madre de Deus, onde se aponta a zona de Figueiró dos Vinhos como local provável de nascimento do navegador (doc. 25). Genealogia cuja credibilidade é hoje posta em causa em virtude dos erros e lacunas de que enferma, nomeadamente no respeitante à paternidade de Fernão de Magalhães, ao número e nomes de irmãos que teve, e, por último, à sua situação de «casado na ilha de S. Miguel».

Num balanço geral, pode afirmar-se que, contrariamente ao século XVI, os séculos XVII e XVIII foram relativamente pobres em obras que mencionassem a vida e a viagem de Fernão de Magalhães. Este período de menor publicação acerca do navegador, principalmente em relação à sua biografia, vai constituir uma fase de transição no fim da qual este deixa de ser descrito na historiografia portuguesa como traidor – estigma poeticamente sintetizado por Luís de Camões nos versos *O Magalhães, no feito, com verdade / Português, porém, não na lealdade*⁶⁸ - e passa a ser considerado um homem de admirável coragem, abrindo já caminho para a figura de herói que surgirá nos meados do século XIX e no século XX.

67 Cf. F. Contente Domingues, comentário final à edição de «Relato da Viagem de Fernão de Magalhães», in *Grandes Viagens Marítimas*, direcção de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 125.

68 *Os Lusíadas* (Lisboa, 1572), canto X, estrofe 140.

2.2 A polémica em torno da naturalidade: emergência e consagração do herói

A partir do século XIX, século do romantismo e de acentuadas mudanças na forma como se escreve a história, marcado, em Portugal, pelo trabalho de Alexandre Herculano, a produção historiográfica intensifica-se. Na segunda metade deste século, Fernão de Magalhães começa a ser alvo da atenção de muitos investigadores, multiplicando-se assim o número de obras que abordam a sua vida, a sua viagem ou ambas.

Com o aumento da historiografia relativa a Fernão de Magalhães, para evitarmos possíveis lacunas ao tentar aqui enumerar tudo o que foi escrito, optámos por centrar-nos naquilo que é incontornável para o estudo da naturalidade do navegador, que é afinal o tema aqui tratado. Dentro deste assunto, para além daqueles historiadores que debruçaram a sua investigação sobre este caso em particular, referimos também algumas obras sobre a viagem que empreendeu e que contêm opiniões sobre o possível local de nascimento de Fernão de Magalhães. Achamos de igual modo pertinente não excluir os investigadores que, embora não tenham estudado a questão da naturalidade ou da genealogia, reuniram e publicaram documentos de grande utilidade, directa ou indirectamente, para o desenvolvimento do discurso historiográfico sobre essa temática, pois, como se verá, ele pautou-se em grande parte ao ritmo do descobrimento e interpretação das fontes.

Neste campo, foi sem dúvida um marco fundamental a publicação, em 1837, do volume IV da já citada colectânea *Colección de los viages i descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV, con varios documentos inéditos concernientes á la historia de la marina castellana y de los establecimientos españoles en Índias*, organizada por Martin Fernández Navarrete.

Este IV volume, exclusivamente dedicado à «Expedición al Maluco = viagem de Magallanes y de Elcano», é precedido de uma «Notícia biográfica de Fernando de Magallanes», pp. XXV-XC, onde se pode ler que:

«Fue Hernando de Magallanes natural de la ciudad do OPorto, en el reino de Portugal, en donde estuvo vecindado. Ilamóse su padre Rui ó Rodrigo de Magallanes, aunque en algun documento se le da el nombre de Pedro,

equivocándolo tal vez com el abuelo paterno que se llamava Pedro Alfonso: todos eran hidalgos de cota de armas y de solar conocido»⁶⁹.

Para suportar a sua afirmação sobre a naturalidade portuense do navegador, Fernandez Navarrete recorre: i) à escritura de Fernão de Magalhães e Rui Faleiro (*Obligacion que hecieron Hernando de Magallanes y Rui Falero, portugueses, de acudir al Factor de la Casa de Contratacion de Sevilla com la octava parte de lo que se hobiere en el descubrimiento de la especiería*) realizada a 23 de Fevereiro de 1518, escritura essa que publica na colectânea documental e que também nós incluímos neste trabalho em apêndice (doc. 4); ii) ao testamento de 24 de Agosto de 1519 (doc. 8) nomeadamente ao donativo feito ao mosteiro de S. Domingos das Donas do Porto, como indicador do «interes que el tenia por aquel Pueblo (Porto)»; iii) à predilecção por ele manifestada por um criado seu, Cristóvão Rebelo, também ele natural do Porto. Para o esclarecimento do nome do pai de Fernão de Magalhães apoia-se fundamentalmente em documentação relativa ao processo de Lourenço de Magalhães (doc. 13).

Temos assim que, na viragem para a segunda metade do século XIX, apesar de duas vozes discordantes que, sem fundamentos, apontavam Lisboa ou Figueiró dos Vinhos, era consensual a convicção de que Fernão de Magalhães teria nascido na cidade do Porto. Tal panorama iria, todavia, ser abalado quando, em 1860, Ferdinand Denis, o célebre especialista em história e cultura portuguesas e do Novo Mundo, em verbete sobre Fernão de Magalhães publicado na *Nouvelle Biographie Général*⁷⁰, aventa a hipótese de o navegador português ter nascido em Sabrosa, na comarca de Vila Real, província de Trás Montes. Tal hipótese assenta, como o próprio informa, em documentos inéditos que lhe fizeram chegar de Portugal. Na nota de rodapé sobre o assunto, esclarece que se trata de um testamento feito pelo navegador, datado de 29 de Dezembro de 1504 (doc. 1), subentendendo-se, pelo emprego da expressão «dit-on», não ter tido acesso a ele ou não o ter totalmente convencido a informação que dá sobre as disposições testamentárias nele consignadas em que não anota nenhuma referência a Sabrosa⁷¹. Reforça esta suspeita a referência que, na continuidade desta nota, faz a outros documentos, «provenientes de uma fonte não menos respeitável», que o davam

69 Martín FERNANDEZ DE NAVARRETE, *Colección de los viajes i descubrimientos que hecieron por mar los españoles...ob. cit.*, Tomo IV, p. XXV.

70 Ferdinand DENIS, «Magellan (Ferdinand)» in *Nouvelle Biographie Général*, dir. D'Hoefler, Tomo 32, pp. 671-690, Paris, Firmin Didot Frères ed., 1860.

71 Outro sinal de que não terá tido acesso ao documento é o dia em que ele foi assinado. F. Denis escreve 19 de Dezembro, a maior parte dos autores que se lhe seguiram, 29 de Dezembro. Para Francisco Manuel Alves, que o transcreveu directamente do arquivo da família de Aragão em Vila Flor, era datado de 17 de Dezembro.

como originário de Figueiró dos Vinhos, citando a esse propósito o *Nobiliário da Casa do Casal do Paço* de Frei João da Madre de Deus (doc. 15). Não deixa também de realçar a sua ligação particular à cidade do Porto, provada por documentos autênticos revelados por Juan Bautista Muñoz⁷², referindo explicitamente o já citado testamento de 24 de Agosto de 1519, em que o próprio se apresenta como «vecino» do Porto.

Embora, como se sublinhou, Ferdinand Denis tenha sugerido com algumas reticências a localidade de Sabrosa como terra natal de Fernão de Magalhães, o certo é que, com ele, se inicia um novo período sobre a questão da naturalidade que, como se verá, a breve prazo será marcado por controvérsias e debates.

Pode afirmar-se que, para a fixação da nova tese sobre a naturalidade de Magalhães e para a projecção que ela foi ganhando, muito contribuiu o historiador chileno Diego Arana de Barros. Encontrando-se na altura a recolher informação para uma obra sobre a história do Chile⁷³, toma conhecimento, crê-se através de Ferdinand Denis, das recentes descobertas documentais, o que o leva a fazer uma abordagem à naturalidade do navegador no seu livro *Vida e viagens de Hernando de Magallanes*, publicado no Chile em 1864 e, em Portugal, em 1881, com a chancela da Academia Real das Ciências, sob o título *Vida e Viagens de Fernão de Magalhães*. Nesta última edição, o tradutor para português, Fernando de Magalhães Villas-Boas, acrescenta à obra um apêndice original do qual consta o testamento acima referido bem como o de 1580. Na biografia de Fernão de Magalhães, o historiador chileno, tendo como base o testamento de 1504 (doc.1), e o testamento de Francisco da Silva Teles, filho de Luiz Teles da Silva, celebrado no Maranhão Brasil em 1580 (doc.14), aponta Sabrosa como terra natal de Fernão de Magalhães. No entanto, em relação à sua genealogia, refere três fontes com informações diferentes: o *Nobiliário da Casa do Casal do Paço* (doc.15) que apresenta Lopo Rodrigues de Magalhães como pai do navegador e Margarida Nunes como mãe; o processo de habilitação de herdeiros de Lourenço de Magalhães (doc.13) onde são apresentadas testemunhas em como o pai seria Rui ou Rodrigo de Magalhães e o avô Pedro Afonso de Magalhães; e um recibo assinado por um Fernão de Magalhães, a 12 de Junho de 1512, que se afirma filho de Pedro de Magalhães. Como se

72 Juan Bautista Muñoz (1745-1799), cosmógrafo-mor da Índia e um dos responsáveis pela criação do Archivo de Indias em Sevilha, deu nome a uma colecção documental que organizou tendo em vista a composição de uma *História do novo Mundo* que nunca chegou a concretizar. Os documentos, que seleccionou e copiou de diversos arquivos eclesiásticos e civis, bem como alguns trabalhos que redigiu, foram reunidos em mais de 140 volumes, a maior parte dos quais se encontra hoje na *Real Academia de la Historia*. Sobre o assunto, veja-se *Catálogo de la colección de Juan Bautista Muñoz*, Documentos interesantes para la Historia de América, Madrid, Real Academia de la Historia, 1955-1956, 3 tomos.

73 A monumental *História do Chile*, da autoria de Diego BARROS ARANA, em 16 volumes, viria a ser publicada entre 1886 e 1902.

verá, a credibilidade de algumas destas fontes viria a ser contestada. A título de exemplo, porque o caso mais simples: António Baião provou que o recibo de 1512 se reporta a um homónimo do navegador⁷⁴.

Mas, como dizíamos, foi grande o impacto da nova teoria, de tal modo que, logo em 1873, Pinho Leal dela faz eco, escrevendo, no seu *Portugal Antigo e Moderno*⁷⁵: «Se não há certeza, há toda a probabilidade para crermos que Fernão de Magalhães nasceu na casa solar da Pereira, de Sabroza...».

Cautelosa era ainda a afirmação de Pinho Leal, numa data em que ainda não fora publicada tradução portuguesa do historiador chileno com o respectivo apêndice documental. No entanto, pouco após esta data surgiram duas obras que, em nosso entender, foram fundamentais para que, em Portugal, Sabrosa fosse aceite como terra natal do navegador quer nos meios mais cultos quer junto das população em geral, deixando raízes que perduram até à actualidade.

Em data que não conseguimos precisar, mas que teria ocorrido pouco após a referida edição portuguesa do livro de Arana de Barros, Oliveira Martins escreve um ensaio histórico sobre Fernão de Magalhães, que tem como mote (uma espécie de recensão crítica, diríamos hoje) precisamente a edição portuguesa de 1881 da obra do historiador chileno. Este ensaio viria a ser publicado, em 1889, no capítulo VI da colectânea *Portugal nos Mares. Ensaios de crítica, História e Geografia*, a qual nas palavras do próprio autor na Introdução: «é uma colecção de ensaios, em parte inéditos, e que na outra parte andavam dispersos pelas publicações periódicas». Vale a pena, transcrever o passo em que, sem citar expressamente uma localidade, Oliveira Martins, mestre de imagens expressivas, escreve: «Era transmuntano, da província onde os homens, afirmativos e duros, não têm a meiguice celta do minhoto, nem também a violência quase semita do alentejano»⁷⁶. Páginas atrás a alusão a uma outra «prova» da naturalidade do navegador bem mais sugestiva que as documentais: «Na tradição local vive em Sabrosa (de Trás-os-Montes) a lembrança de como o povo, ao saber que Fernão de Magalhães renegara a Pátria indo servir Castela, apedrejou os sobrinhos do renegado, perseguindo-os a ponto de terem de emigrar para o Maranhão, ao tempo deserto ainda, regressando depois a Fafe, mas escondendo o apelido, que os herdeiros só retomaram

74 António BAIÃO, “Fernão de Magalhães: - Dados Inéditos para a sua biografia”, ob. cit., pp. 308-309.

75 Pinho LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol.8, Lisboa, Livraria e Editora Mattos Moreira & Companhia, 1878, p. 275.

76 João Pedro de Oliveira MARTINS, *Portugal nos Mares*, Lisboa, 1984, p. 129. A primeira edição, saída em 1889, é da responsabilidade da Livraria Bertrand. Como testemunho do sucesso desta obra, releve-se que, já no séc. XX, ela foi objecto de sete reedições (1900, 1902, 1924, 1954, 1984, 1988 e 1994, sendo que a edição de 1988, Círculo de Leitores, está disponível em versão digitalizada no sítio do Instituto Camões).

pelos fins do século XVIII»⁷⁷. Pensamos que esta tradição oral foi Oliveira Martins buscá-la a sucessos narrados no testamento de Francisco da Silva Teles de 1580 (doc. 14) e a requerimento, feito por Luís Alvares P. C. da Silva Castelo Branco de Magalhães, em 1798 (sublinhámos, 1798) para que seis escrivães e quatro testemunhas confirmassem que as armas da Casa de Pereira, em Sabrosa, se achavam picadas desde o ano de 1518⁷⁸.

A segunda obra, intitulada *Fernão de Magalhães*, sai dos prelos da editora de David Corazzi, em 1884, integrada na colecção «Biografias de Homens célebres dos tempos antigos e modernos». Pequeno livro dirigido às escolas e famílias contendo para além da biografia do navegador algumas ilustrações, onde é indicado que «Fernão de Magalhães nasceu no ano de 1480 na pequena aldeia de Sabrosa, província de Traz-os-Montes»⁷⁹. Não se tratando propriamente de um trabalho histórico, entendemos ser importante incluir este registo, tendo em conta o papel que, à época, teve a editora de David Corazzi na propagação de ideias em Portugal e Brasil, através de colecções que foram verdadeiros sucessos comerciais como a «Biblioteca do Povo e das Escolas», o «Dicionário do Povo», «As grandes viagens e os grandes viajantes». Um sucesso que não pode dissociar-se das inovadoras formas de distribuição utilizadas, como captação de clientes através da assinatura de colecções, utilização da via postal para envio das obras etc.

Embora o tema da naturalidade de Fernão de Magalhães raramente tenha sido objecto de análise por investigadores de outras nacionalidades que, de um modo geral, se têm interessado mais pela viagem de circum-navegação e, nos estudos biográficos, pela vida do navegador após a sua partida para a corte castelhana, constata-se também entre eles a aceitação da tese de Sabrosa. A título de exemplo, refira-se o inglês F.H.H. Guillemard que, logo em 1890, publica *The life of Ferdinand Magellan and the first circumnavigation of the Globe*, onde, sem hesitações, escreve: «Fernão de Magalhães was born about the year 1480 at Sabrosa, near Chaves, in the province of Traz-os-Montes...»⁸⁰

Igual registo, dois anos mais tarde é feito pelo alemão Rodolfo Cronau, na sua história do descobrimento da América: «Magalhaes ó Magallanes, pues com este ultimo

77 *Idem, ibidem*, p. 127

78 Estes documentos foram publicados por Francisco Manuel ALVES, «O grande navegador Fernão de Magalhães (Documentos)», *O Instituto*, vol. 68, n.º 2 (Fevereiro de 1921), Coimbra Imprensa da Universidade, 1921, pp. 65-80.

79 *Fernão de Magalhães: Livro de Leitura para famílias e escolas*, Lisboa, Edições David Corazzi, 1884, p. 3.

80 F.H.H. GUILLEMARD, *The life of Ferdinand Magellan and the first circumnavigation of the Globe*, London, George Philip, 1890, p. 18,

nombre es más conocido, nació por el año de 1480 en Sabrosa provincia de Trás os Montes...»⁸¹.

Ainda nos finais do séc. XIX, contributo importante seria dado pelo historiador e bibliófilo chileno José Toribio de Medina ao publicar, entre 1888 e 1902, a *Collección de documentos inéditos para la historia de Chile, desde el viaje de Magallanes hasta la batalla de Maipú (1518-1818)*⁸². Esta colecção constituída por 80 volumes integra muitos documentos históricos até então inéditos. Mais tarde, como adiante se verá, publicará outra obra sobre os navegadores que se evidenciaram na descoberta do oceano Pacífico, no apêndice da qual incluiu extracto da petição de Lourenço de Magalhães que, como já referimos, pretendia provar o seu parentesco com o navegador e conseguir assim ser declarado o seu legítimo herdeiro. É através desta publicação que António Baião fica a conhecer este documento que o levará a defender a naturalidade minhota do navegador.

No dealbar do séc. XX, surgem os primeiros estudos em que a tese de Sabrosa começa a ser posta em causa. Eles devem-se a António Baião e Sampaio Bruno.

No que respeita a António Baião, o seu interesse pela figura de Fernão de Magalhães inicia-se com a publicação de dois artigos. O primeiro, saído em 1904, tendo por título «Fernão de Magalhães e a primeira circum-navegação ao globo»⁸³, e que constitui uma parte da dissertação por ele apresentada no concurso para professor do 2º Grupo de Escolas Industriais. O segundo, publicado em 1905, com o título «Fernão de Magalhães: Dados Inéditos para a sua Biographia»⁸⁴, esclarece a questão da paternidade do navegador. Se nestes artigos não aborda ainda a questão da naturalidade de Fernão de Magalhães, aceitando inclusivamente no primeiro deles Sabrosa como seu local, é no segundo que põe em causa a credibilidade de uma das fontes utilizadas no apêndice documental da edição portuguesa da obra de Arana de Barros. Com efeito, além de apurar que o assento de moradia da Casa Real, publicado nesse apêndice, faz parte de um conjunto que se refere a um homónimo do navegador, apura ainda que o nome de seu pai era Rui e não Pedro como registado no dito assento (doc. 2). Tal descoberta vem resolver o problema até então não esclarecido de não concordância entre o citado

81 Rodolfo CRONAU, *América: Historia de su descubrimiento, desde los tiempos primitivos hasta los mas modernos*, vol.II, Barcelona, Montaner y Simón, 1892, p. 260.

82 *Collección de Documentos inéditos para la historia de Chile*, recolhidos e publicados por José Toribio Medina entre 1888 e 1902 (30 volumes).

83 António BAIÃO, "Fernão de Magalhães e a primeira circumnavegação ao globo", in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. II, nº 9, Setembro de 1904.

84 António BAIÃO, "Fernão de Magalhães – Dados inéditos para a sua biografia" in *Archivo Historico Portuguez*, Vol.III, nº 7/8, Lisboa, Agosto de 1905.

assento, em que pai seria Pedro de Magalhães e os documentos de Sevilha, designadamente o testamento de 1519 (doc. 13) em que o pai seria Rui de Magalhães. No mesmo artigo, António Baião provaria a existência de Duarte de Sousa, um irmão de Fernão de Magalhães até então desconhecido, contrariando aqueles que afirmavam que Fernão de Magalhães designara Teresa de Magalhães (uma suposta irmã sua), seu marido e o filho de ambos seus herdeiros, no testamento de 1504, por não ter outros irmãos.

A intervenção de Sampaio Bruno, decorrente do que em rigor não se pode considerar um exercício historiográfico, ocorre dois anos depois. No seu livro *Portuenses Ilustres*⁸⁵, mostrando-se relutante em retirar Fernão de Magalhães da galeria dos notáveis nascidos no Porto, chama atenção para as fragilidades dos argumentos avançados pelos defensores da tese de Sabrosa contra a naturalidade portuense de Fernão de Magalhães. Entende não ser forçada a leitura que davam à palavra «vecino», constante no contrato estabelecido entre Fernão de Magalhães, Rui Faleiro e Juan de Aranda (doc.4). No que respeita à referência ao «meu altar do Sr. de Jesus da igreja do St. Salvador de Sabrosa», no testamento de 1504 (doc.1), considera que a instituição de um donativo para o altar de uma igreja de Sabrosa não era por si só prova de nascença na referida localidade.

Anos mais controversos foram aqueles em que se realizaram as comemorações de IV centenário da primeira viagem de circum-navegação. Disso nos dá testemunho a variedade de leituras sobre a naturalidade de Magalhães nas intervenções proferidas na sessão solene, realizada em Coimbra a 27 de Abril de 1921, organizada pelo Instituto de Coimbra, encarregado por portaria do ano anterior de promover as celebrações que, em Portugal, tiveram como ponto alto o dia em que se completavam os quatrocentos anos sobre a morte do navegador.

Variedade de leituras que explicará que Henrique Lopes de Mendonça, no discurso proferido em representação da Academia das Ciências de Lisboa, tenha declarado: «A naturalidade corpórea desse homem (Fernão de Magalhães) é um incidente, importante embora, mas que apenas secundariamente interessa à sua biografia»⁸⁶. Situação que, abarcando a produção bibliográfica da época, é bem sintetizado por J. de Azevedo e Menezes, em artigo sobre o navegador, publicado no mesmo ano: «Li algures que lhe fôra berço a cidade do Porto, mas Oliveira Martins dá-

85 Bruno SAMPAIO, *Portuenses Ilustres*, Porto, Magalhães e Moniz, 1907.

86 «A inspiração de Fernão de Magalhães», alocução proferida por Henrique Lopes de Mendonça, pub. *O Instituto*, vol. 68, nº 6 (Junho de 1921), Coimbra Imprensa da Universidade, 1921, pp. 304-321 (citação colhida pp. 305-306).

lh' o em Traz-os-Montes; e é bem possível que ainda alguém lh' o descubra no Minho ou na Extremadura (...) Pelos modos as variantes de naturalidade são apanagio de homens célebres. Dos medíocres ninguém se ocupa»⁸⁷. Curiosamente, nesse mesmo dia, António Baião, em sessão promovida pela Academia das Ciências de Lisboa para comemorar a mesma efeméride, avançava com a tese da naturalidade minhota do navegador.

Dos projectos programados pela comissão organizadora destas comemorações muitos não passaram disso mesmo. Que saibamos, nunca se chegou a concretizar a promessa de uma publicação erudita sobre Magalhães em que participariam vários investigadores e a edição popular de uma biografia⁸⁸.

Seja como for, ficaram vários artigos sobre Magalhães publicados nesse ano na revista *O Instituto*, bem como, no âmbito das mesmas comemorações mas noutro fórum, a primeira tomada de posição de António Baião sobre a naturalidade minhota de Fernão de Magalhães.

Das publicações d' *O Instituto*, duas se relevam para o nosso estudo, as duas publicadas antes das supracitadas sessões comemorativas. Uma da autoria de Francisco Manuel Alves, reitor do Baçal, e outra de José Manuel de Noronha que era o secretário da comissão organizadora das comemorações. Se para o primeiro Fernão de Magalhães era um transmontano, para o segundo o mais provável era a naturalidade portuense.

O trabalho de Francisco Manuel Alves resulta da missão de que foi incumbido pelo *Instituto*: examinar os documentos existentes em Vila Flôr, no arquivo de Alexandre Alves Pereira de Aragão. Como resultado dessa tarefa, publica no número da dita revista de Fevereiro de 1921, cinco documentos, alguns inéditos, todos eles provas fundamentais para a tese de Sabrosa⁸⁹. Estes documentos e vários outros não publicados por Francisco Manuel Alves estavam cosidos e reunidos num só volume com título *Documentos relativos ao Grande navegador Fernão de Magalhães, descobridor do estreito do deu nomes, e outros títulos e noticias sobre sua familia em Sabroza*. Uma espécie de «dossier» que, segundo Francisco Manuel Alvares, foi provavelmente compilado, em finais do séc. XVIII, por Luís Alvares Pereira Coelho da Silva Castelo Branco de Magalhães. Vale a pena dedicar um pouco mais de atenção aos cinco

87 J. de Azevedo e MENEZES, «Fernão de Magalhães», *O Instituto*, vol. 68, nº 5 (Maio de 1921), Coimbra Imprensa da Universidade, 1921, pp. 231-237 (citação colhida, p. 231, sendo o itálico é nosso).

88 José Manuel de NORONHA, «A Comemoração do 4º centenário de Fernão de Magalhães», nota introdutória à publicação das alocações da sessão solene, na sua qualidade de secretário da Comissão organizadora das comemorações, *O Instituto*, vol. 68, nº 6 (Junho de 1921), Coimbra Imprensa da Universidade, 1921, pp. 273-276.

89 Francisco Manuel ALVES, «O grande navegador Fernão de Magalhães (Documentos)», *O Instituto*, vol. 68, nº 2 (Fevereiro de 1921), Coimbra Imprensa da Universidade, 1921, pp. 65-80.

documentos seleccionados e publicados, pois como se verá o conhecimento da série e das circunstâncias em que foi organizada é determinante para as conclusões tiradas por José Manuel de Noronha acerca deste acervo.

Os dois primeiros documentos são os já sobejamente citados testamento de Fernão de Magalhães de 1504 (doc. 1) e testamento de Francisco da Silva Teles, sobrinho-neto de Fernão de Magalhães, datado de 1580 (doc. 14). Ambos são cópias, passadas por ordem judicial de 1796 e autenticadas pelo então secretário da Câmara e Almotaçaria de Fafe, que, no prelo das certidões, informa que os testamentos em causa foram colhidos, respectivamente, a folhas 89 e 133, de um livro velho, com as folhas iniciais rotas e portanto sem título, «que em meu poder e cartório (entenda-se, de Fafe) se acha».

O terceiro documento é um requerimento de Luís Alvares Pereira Coelho da Silva Castelo Branco de Magalhães, datado de 1798, para que seis escrivães e quatro testemunhas visitassem e confirmassem em forma autêntica que «as armas da sua casa (entenda-se, casa de Pereira de Sabrosa) se achão picadas desde o anno de mil quinhentos e dezoito pela criminosa fugida do irmão de sua oitava Avó Tereza de Magalhães, Fernando de Magalhães, Almirante Capitão General Adiantado mayor do Estreito de Magalhens (...) e como as armas se conservam picadas desde o dito tempo por ordem expreça do Senhor Rey D. Manuel». Seguindo-se a conformação dos testemunhos e escrivães dos factos constantes no registo.

O quarto documento é também uma cópia em publica forma, autenticada e reconhecida por via consular, da célebre «capitulación» ou assento entre a Coroa de Castela e os descobridores Fernão de Magalhães e Rui Faleiro, firmado em 22 de Março de 1518⁹⁰.

Por último, o quinto documento. Uma folha avulsa, impressa em espanhol, designada por Francisco Manuel Alvares árvore genealógica dos descendentes de Fernão de Magalhães, mas que em boa verdade é uma listagem dos nomes dos detentores do «patronato» da quinta de Souta em Sabrosa. Segundo o mesmo investigador, todos os dados nela fornecidos são confirmados por certidões autênticas, passadas por ordem judicial, reconhecidas por notários públicos ou, as oriundas do estrangeiro, por via consular. Certidões essas que, tal como os restantes documentos, integram o volume *Documentos relativos ao Grande navegador Fernão de Magalhães do Arquivo de Vila Flor* e que, naturalmente, não foram publicadas por Francisco Manuel Alvares, mas cuja existência teve o cuidado de anotar junto a cada um dos

⁹⁰ Documento pela primeira vez publicado por Fernández NAVARRETE, ob. cit., doc. 3.

nomes. A listagem contém treze gerações (distribuídas por 15 números), começando em Fernão de Magalhães, passando por sua irmã Teresa de Magalhães e, entre outros, Francisco da Silva Teles (autor do testamento de 1580) e de Luís Alvares Pereira Coelho da Silva Castelo Branco de Magalhães, autor do requerimento acima de 1798 (o quarto desta série de documentos), que se viria a intitular «Señor de los Derechos de Fernando de Magallanes».

Este trabalho de Francisco Manuel Alvares reveste-se de extrema importância, não só porque pela primeira vez saem em letra de forma as versões integrais e, diríamos, cuidadosamente transcritas, das certidões dos testamentos de 1504 e de 1580, as provas fundamentais da tese de Sabrosa, mas também de outros fontes que se relacionavam com a mesma tese conservadas no arquivo de Vila Flor. Ironicamente, ele que era um entusiasta defensor da naturalidade transmontana de Fernão de Magalhães, tornou públicos os dados que, a breve prazo, iriam descredibilizar essa origem do navegador português.

E foi precisamente José Manuel de Noronha, em artigo publicado no mesmo ano na revista *O Instituto*, sob título «Algumas observações sobre a naturalidade e a família de Fernão Magalhães» que, num exercício de rigorosa análise e interpretação dos fundamentos desta tese, provou pela primeira vez a sua inconsistência e a falsidade dos testemunhos em que assentava⁹¹. Embora raramente citado e muitas vezes ignorado pela actual investigação histórica sobre o tema, realidade tanto mais grave quanto, que saibamos, ele foi o primeiro investigador a publicar estudo dedicado, específica e autonomamente, à questão da naturalidade do navegador português. Tal «esquecimento» dever-se-á porventura à sua juventude (ainda com poucos títulos publicados) e à circunstância de ter morrido três anos após a redacção deste artigo.

Começando pela questão da naturalidade que, desde logo sublinha, não se pode dissociar das pesquisas sobre a família do navegador, José Manuel de Noronha faz um apanhado das duas teses que, ao tempo, mais acolhimento tinham: Porto e Sabrosa. Relembre-se que só um mês após a publicação deste trabalho, António Baião viria a lançar a hipótese da naturalidade minhota de Fernão de Magalhães.

No que respeita à naturalidade transmontana do navegador, retoma o já referido estudo de Sampaio Bruno, considerando que a afirmação, contida no testamento de 1504 (doc. 8), de que era proprietário da quinta da Souta e do altar do Senhor de Jesus

91 José Manuel NORONHA; título «Algumas observações sobre a naturalidade e a família de Fernão Magalhães», *O Instituto*, vol. 68, nº 3 (Março de 1921), Coimbra Imprensa da Universidade, 1921, pp.113-141.

na Igreja do Santo Salvador, ambos em Sabrosa, não bastava para provar a sua nascença na mesma terra. Quanto à prova de que Fernão de Magalhães seria, também na mesma localidade, proprietário da casa de Pereira, tendo por base o testamento de Francisco da Silva Teles de 1580 (doc. 14), José Manuel Noronha considera-a sem fundamento. Em frase alguma nele se afirma ter a casa pertencido ao navegador. Mais. Quando o testador (Francisco da Silva Teles) escreve que as armas da sua casa de Pereira foram picadas, por sua mãe, D. Teresa de Magalhães, ser irmã do navegador está implícito que a casa a ela pertencia e não a Fernão de Magalhães. Leitura que é confirmada pelo próprio testamento de 1504 e também por omissão que José Manuel Noronha detecta na comparação do texto deste testamento, publicado por Fernando de Magalhães Vilas Boas no apêndice documental da edição portuguesa de 1881 da obra de Arana de Barros, com o que foi publicado por Francisco Manuel Alvares.

Onde, em Vilas Boas, se lê: «Nomeio por meus únicos herdeiros minha Irmã D. Thereza de Magalhães, e seu marido João da Silva Telles e a seu filho meu sobrinho Luiz Telles da Silva.». Na cópia de Francisco Manuel Alvares há mais uma informação, assinalada a sublinhado, que não deixa dúvidas sobre o detentor dessa propriedade: «Nomeio por meus únicos herdeiros a minha Irmã Dona Thereza de Magalhaens e seu marido João da Silva Telles Senhor da Casa da Pereira de Sabrosa e a seu filho e meu sobrinho Luiz Telles da Silva...».

Passa, depois, à análise da tese portuense da naturalidade de Magalhães, centrando-se nas duas fontes mais credíveis que até então a sustentavam: o testamento de Fernão de Magalhães, de 24 de Agosto de 1519 (doc. 8) e o contrato feito a favor de Juan Aranda em 23 de Fevereiro de 1518 (doc. 4)⁹². Quanto à primeira fonte, entende que a disposição aí consignada a favor do mosteiro de S. Domingos das Donas na cidade do Porto não é prova suficiente, pois «Magalhães podia estimar particularmente o convento, ou mesmo a cidade, sem que todavia tivesse nascido no Porto». Mais significativa lhe parece, no segundo testemunho, a declaração do próprio Magalhães de que era «vecino de la cibdad del puerto en el dho reino (de Portugal)». Embora reconhecendo que «vecino» não indica naturalidade mas residência, admite que, neste caso particular, pode ter o último sentido, pois é utilizada numa data em que Magalhães já renunciara livremente à sua qualidade de português e há mais de quatro meses se fixara em território castelhano. Em abono desta interpretação, cita o exemplo de Juan de

92 O autor, em apêndice documental ao seu artigo, disponibiliza pela primeira vez em Portugal, o texto integral do testamento em causa, pp. 132-137, e extracto do contrato de 1518, p.132.

Aranda que, no mesmo documento, é designado como «vecino da la cibdad de burgos», quando se sabe que a sua residência era em Sevilha onde exercia as funções de feitor da Casa da Contratação das Índias.

Mesmo assim, não tem certezas, concluindo que, apesar de haver uma forte probabilidade de a cidade do Porto ter sido o berço de Magalhães, «prova incontestável não há, porém, nenhuma».

Na segunda parte do artigo, José Manuel Noronha debruça-se sobre a família de Magalhães, contestando mais uma vez os autores que, perfilhando a tese de Sabrosa, afirmam ser a descendência de Teresa de Magalhães a fiel depositária da representação do navegador, na convicção de que, como já se disse, ao instituir pelo testamento de 1504 um vínculo em favor desta irmã, Fernão de Magalhães não tinha irmãos. A estes argumentos contrapõe Noronha que, além dos dois irmãos (Diogo de Sousa e Isabel de Magalhães) contemplados no testamento de Sevilha de 24 de Agosto de 1519 (doc. 8), havia um outro, Duarte de Sousa, residente em Lisboa, como recentemente o provara António Baião (doc. 3)⁹³. É ao mesmo artigo deste conceituado investigador que recorre para denunciar que a prova avançada por Diogo Arana de Barros, e com ele outros autores, para rejeitar a paternidade de Fernão de Magalhães registada nos documentos de Sevilha: um recibo, datado de 1512, assinado por um Fernão de Magalhães que se dizia filho de Pedro de Magalhães. Ora, como demonstrara A. Baião, este recibo não se reportava ao navegador, mas a um seu homónimo que ainda vivia em 1525. Tendo o mesmo investigador descoberto, a partir dos «Sumários das Moradias da Casa Real», elaborados por Gaspar A. Lousada, que Fernão de Magalhães era filho de Rodrigo de Magalhães como se declara nos supracitados documentos de Sevilha.

Também o «Nobiliário do Casal do Paço» (doc. 15) é objecto de algumas considerações por parte de Noronha, até porque nele se apoiaram aqueles que dão Lopo Rodrigues de Magalhães e Margarida Nunes, como progenitores de Magalhães. Estes e outros dados pouco fiáveis aí fornecidos, como o casamento de Fernão de Magalhães na ilha de S. Miguel, quando o único casamento conhecido do navegador foi com Beatriz Barbosa, levam-no a concluir que, muito embora as suas indicações possam ser exactas, elas reportam-se a outra pessoa que não o célebre navegador.

Mas, sem dúvida, a parte mais arrasadora para a tese de Sabrosa do artigo de José Manuel Noronha é a terceira e última - uma análise crítica do conjunto de documentos

93 António BAIÃO, “Fernão de Magalhães – Dados inéditos para a sua biografia” in *Archivo Historico Portuguez*, Vol.III, nº 7/8, Lisboa, Agosto de 1905.

recentemente publicados pelo seu confrade do Instituto de Coimbra, Francisco Manuel Álvares, após a qual não hesita em asseverar que os testamentos que sustentavam esta tese eram falsificações e faziam parte de um processo forjado nos finais do séc. XVIII. Vejamos.

Não deixa de ser estranho, anota, que os dois testamentos, que estiveram na base de tudo, um feito em Belém (Lisboa), em 1504, e outro no Maranhão (Brasil), em 1580, se encontrassem, ao tempo da certidão (1796), ambos em Fafe, no mesmo livro, a 44 folhas um do outro, quando entre os dois mediavam 76 anos e entre a morte de Magalhães e o segundo testamento 59 anos. Mais grave é a circunstância de no testamento de 1504 se recorrer três vezes à expressão «Sua Majestade» quando é sabido que esta fórmula não era usada, em Portugal, para designar os reis portugueses no tempo em que o testamento foi supostamente redigido, mas sim «Sua Alteza»⁹⁴. Por fim, pergunta, como se explica a contradição de nele justificar o legado à sua irmã, marido e filhos de ambos «por ser justo que a varonia tenha augmentação», quando se sabe, quer pelo testamento de 1519 quer por procuração de 1515, que tinha três irmãos, um deles seguramente já nascido em 1504, deduzindo-se que os restantes também o seriam. Por outro lado, como se explica ainda que no testamento de 1519, esse sim da autoria de Magalhães, nem uma menção se faça aos presumíveis herdeiros do primeiro testamento, que ficavam sem a herança que lhes fora anteriormente prometida.

Passando ao testamento de 1580, José Manuel Noronha alinha também uma série de interrogações e contradições que passamos a enumerar: i) a afirmação de que D. Manuel mandou picar as armas da Casa de Pereira, sabendo-se, pelo testamento de 1504, que essa casa era propriedade do marido da irmã de Magalhães (D. Teresa) e que ele nem usava as armas dos Magalhães; ii) a perseguição que se diz ter sido movida a estes «herdeiros» que os obrigou a fugir para o Maranhão, que não joga com a circunstância de um irmão do próprio de Fernão de Magalhães, Diogo de Sousa, indicado como seu herdeiro no testamento de Sevilha, continuar a viver pacificamente na corte portuguesa; iii) o modo como se processou a passagem da quinta da Souta (a única propriedade, além de um altar que, segundo o testamento de 1504, o navegador possuía em Sabrosa) para os herdeiros de sua irmã, tendo em conta a lei de D. Manuel que mandava confiscar todos os bens, quer móveis quer de raiz, aos pilotos, mestres e

94 A fórmula «Sua Majestade» começa a ser utilizada esporadicamente só nos finais do reinado de D. Sebastião. O seu uso em Portugal consolidou-se no tempo dos Filipes.

marinheiros que fossem servir para armadas estrangeiras⁹⁵; se esta ordenação foi aplicada essa quinta não podia ter sido herdada pelos descendentes desta suposta irmã do navegador; se não foi é lícito perguntar porque não aparece mencionada no testamento de Sevilha.

Cruzando este tipo de incongruências com a árvore genealógica (listagem dos nomes dos detentores do «patronato» da quinta de Souta em Sabrosa), conservada no mesmo livro do arquivo de Vila Flôr, José Manuel Noronha conclui que o testamento de Francisco da Silva Teles de 1580 foi forjado com o objectivo de fazer remontar a linhagem nela apresentada até à geração de Fernão de Magalhães. O que o leva a tal conclusão é a constatação de que, nesta árvore genealógica, constituída por treze gerações, só a partir sexta geração a sucessão da linhagem é comprovada por certidões de nascimento ou de casamento (a mais antiga dessas certidões é do casamento de António Magalhães y Faria realizado em 1600). Daí para cima, é o testamento de 1580 que estabelece e sustenta documentalmente a ligação à geração do navegador, razão de ser do excesso explicações nele contidas sobre a «família» e peripécias por que passou, inabituais neste tipo de documentos. Dito por outras palavras, foi forjado com a função de atestar o laço entre António Magalhães y Faria e Luís Teles da Silva (o suposto sobrinho de Fernão de Magalhães que é um dos beneficiários do testamento de 1504). Não com muito cuidado, como prova, ao detectar que um dos herdeiros aí declarados, Gonçalo Alvares Moreira, neto de Francisco da Silva Teles, nem sequer tinha ainda nascido, quando o suposto testamento foi assinado em 1580. Isto a dar-se crédito às certidões, que testificam a referida árvore genealógica, segunda as quais António de Magalhães y Faria, o filho do testador, casou a 5 de Março de 1600 e, desse casamento, veio a ter Gonçalo Alvares Moreira. Como poderia este Gonçalo ser incluído num testamento vinte anos antes de nascer?

Em suma, falsificações, incongruências e interrogações que, segundo José Manuel Noronha, têm a sua explicação nas circunstâncias em que estes documentos foram produzidos. Todos eles dizem respeito às pretensões de Sabrosa e dos senhores da casa de Pereira e foram coligidos por António Luís Alvares Pereira Coelho da Silva Castelo Branco de Magalhães, nascido em 1751. Num tempo, portanto, em que não tinha ainda sido divulgada toda a documentação sobre o navegador, hoje conservada nos Arquivos de Sevilha, nomeadamente o testamento de 24 de Agosto de 1519. Pretendia este

95 Esta ordenação de D. Manuel, não datada, mas anterior a 1521 (ano da morte do monarca), conservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, «Leis e Regimentos», maço. 1, n.º 11, publicada no tomo III das Cartas de Afonso de Albuquerque, é reeditada por J. Manuel Noronha, no apêndice documental ao seu artigo, documento n.º 7, pp. 140-141.

fidalgo, então vivendo em Madrid, obter, através das provas coligidas, junto do governo espanhol o cumprimento do estabelecido com Fernão de Magalhães, na qualidade de herdeiro do vínculo do navegador. Um vínculo que, se reconhecido, lhe traria, além de honra e prestígio, assinalável proveito (daí a inclusão no processo de uma cópia autenticada da «capitulación» entre a coroa espanhola e Fernão de Magalhães)⁹⁶. E a altura era oportuna, pois para a concretização deste objectivo contava com um apoio de peso: o tio de sua mulher era o influente D. Manuel de Godoy, duque de Alcudia, mais tarde Príncipe da Paz, que por duas vezes foi primeiro ministro de Espanha. Diga-se que António Luís morreu antes de alcançar a sua pretensão.

Em conclusão, José Manuel Noronha põe em causa não só a existência de Teresa de Magalhães (beneficiária do primeiro testamento), como também todos os factos narrados no segundo testamento (o brasão de armas picado, as perseguições e a fuga para o Brasil). Quanto aos familiares mais próximos de Magalhães, avança com as seguintes certezas: tinha pelo menos três irmãos, Duarte de Sousa, Diogo de Sousa e Isabel de Magalhães, seus pais chamavam-se Rui de Magalhães e M. de Sousa e o avô paterno Pedro Afonso de Magalhães. Como se verá, todas estas ilações estavam certas, à excepção do nome da mãe, deduzido, assim o pensamos, a partir dos apelidos de dois dos seus filhos.

Mas, como se disse, as comemorações em curso não terminariam sem que outros contributos historiográficos fossem carreados para a questão da naturalidade de Fernão de Magalhães. Com efeito, no mesmo dia 27 de Abril em que se celebrava oficialmente o feito do navegador em Coimbra, proferia António Baião uma conferência, em Lisboa, no âmbito das iniciativas promovidas pela Academia das Ciências, em que revelava novas fontes documentais que o levavam a admitir que o navegador nascera em terras minhotas, mais precisamente em Terra da Nóbrega, «crismada depois em Ponte da Barca». Esta conferência, intitulada, *A Questão da Naturalidade de Fernão de Magalhães – Transmontano não, Minhoto*, viria a ser publicada no mesmo ano, assim como outra versão da mesma, sob título *Fernão de Magalhães: O problema da sua naturalidade rectificado e esclarecido* que, na essência, reproduz a primeira, acrescida da publicação do longo processo de candidatura de Lourenço de Magalhães, em 1568, à

96 Nesta «capitulacion» (22 de Março de 1518), a coroa espanhola concedeu-lhe, além de outros privilégios e mercês, a vigésima parte «de todo el provecho e interesse que de todas las tales tierras e islas que así descubriéredes...», o quinto dos lucros da armada de que era nomeado capitão mor e licença para enviar nas armadas seguintes mercadoria no valor de 1.000 ducados. Com base nestes direitos instituiu Fernão de Magalhães, pelo testamento de Sevilha de 14 de Agosto de 1519, um morgado.

herança do navegador⁹⁷. Veemente é a rejeição da tese de Sabrosa, como aliás é expresso no título do primeiro artigo, contra a qual lança mais algumas achas, considerando-a um «romance». Vejamos.

Começando, com certa ironia, por chamar a atenção de um conjunto de situações anormais relacionadas com o aparecimento do testamento de 1504, do qual só se conhece uma certidão apenas, passada pelo escrivão da Câmara de Fafe em 1796, extraída de um livro antigo, cujo grau de antiguidade se ignora, estranha que tenha sido: i) celebrado em Belém, «que para o caso não foi muito bem escolhida, por ser nesse tempo um burgo de nula importância»; ii) autenticado por Domingos Martins, tabelião geral pelo rei «em todos os reinos e domínios», mas cujo nome, como tabelião geral, não consta dos índices de registos de D. Manuel I. A este propósito anota ainda que as Ordenações Afonsinas não obrigavam ao registo de testamentos.

Um «romance» que considera mais transparente quando se atenta no segundo testamento, o de 1580, remetendo neste particular para o estudo de José Manuel Noronha, recentemente publicado, no qual elogia a «muita lucidez e sã crítica histórica».

Já no que se refere à naturalidade portuense, António Baião é muito mais brando nas observações que faz e que se resumem a considerar «vizinho» como sinónimo de morador, sentido que está de acordo com uma das testemunhas da inquirição do processo de Lourenço de Magalhães, que declara Fernão de Magalhães como morador no Porto.

Mas, passemos ao objectivo principal da comunicação de António Baião: a naturalidade de Fernão de Magalhães. A principal fonte em que se apoia para sustentar a sua origem minhota é o referido processo de Lourenço de Magalhães que, na qualidade de sobrinho-neto, se apresentou às autoridades espanholas como parente varão mais próximo do navegador. Conserva-se no Arquivo de Índias, em Sevilha, sob título: «Provanças de lorenço de magallanes y la capitulacion que con frc^o de magallanes su tio se tomo. y testamto del dho magallanes. y la sentencia de rreuista en que se mada cunplir lo capitulado con el heredero en quien concurran las calidades en el asiento y capitalaciones contenidas».

97 O primeiro artigo, *A questão da naturalidade de Fernão de Magalhães: transmontano não, minhoto*, alocação lida em sessão solene, foi publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1921, em separata autónoma de *História e Memórias* da Academia das Ciências de Lisboa (nova série, 2ª classe, tomo XIV). O segundo, *Fernão de Magalhães: O problema da sua naturalidade rectificado e esclarecido*, saiu também em separata, datada do mesmo ano, supondo-se que em impressão da responsabilidade da Imprensa da Universidade. Ele viria a ser publicado no tomo XIV de *História e Memórias* da Academia das Ciências de Lisboa, Nova série, 2ª classe, Ciências Morais e Políticas, e Belas Letras, tomo XIV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922, pp 24-80.

Este longo processo, até então completamente desconhecido em Portugal, é publicado na íntegra por António Baião, anotando que parte dele fora publicado por José Toribio Medina, na colecção de documentos que publica no tomo II da sua obra, *El Descubrimiento del Océano Pacífico. Vasco Núñez de Balboa. Fernando de Magallanes y sus compañeros. Fernando de Magallanes (...)*⁹⁸. Diga-se, a talhe de foice, que, no tomo I desta obra o historiador chileno insere uma biografia de Magalhães, em que na questão da naturalidade não aceita a versão da origem transmontana do navegador, repugnando-lhe admitir como prova suficiente o testamento de 1504 e formulando reservas acerca do testamento de Francisco Teles da Silva, datado de 1580, e da circunstância de ter sido picada a pedra de armas.

Lourenço Magalhães, informa António Baião, era natural de Braga e, à data da sua petição, vivia há doze anos em Espanha, onde casara, intitulado-se vizinho de Xerez de la Frontera. A petição por ele apresentada, em Outubro de 1567, é acompanhada de uma inquirição, para apurar a sua relação de parentesco com Fernão de Magalhães que se realizou, em Abril de 1567, em várias localidades minhotas - Ponte da Barca, Ponte do Lima e Braga – perante o juiz ordinário Gaspar Cerveira, o juiz de fora João de Ruão e um inquiridor bracarense. Significativos são os locais escolhidos, sublinha António Baião, mas muito mais os depoimentos, unanimemente conformes, «proferidos em grande parte por fidalgos da geração dos Magalhães, parentes de Lourenço dentro do quarto grau e igualmente parentes do navegador». Entre quais se alinham nomes, como Manuel de Magalhães e Meneses, Senhor da Barca; Heitor de Magalhães, escudeiro fidalgo, morador em Estorões; Fernão e Magalhães, escudeiro fidalgo e filho de outro Fernão de Magalhães, moradores em Ponte do Lima; Francisco de Magalhães, escudeiro, também morador em Ponte do Lima; e finalmente António de Magalhães, escudeiro fidalgo e neto de um Fernão de Magalhães, morador na Quinta de Mato Bom, em Estorãos. Além destes Magalhães, acrescenta Baião, depuseram ainda fidalgos octogenários da Barca e de Braga.

Apesar de Lourenço de Magalhães não conseguir o que pretendia devido a vários obstáculos colocados pela justiça castelhana que o ameaçou com pesadas indemnizações, ao que respondeu com a desistência do processo alegando empobrecimento, nada do que constava deste documento foi negado pelas autoridades espanholas. Razão que, aliada à circunstância de Lourenço de Magalhães ter ido recrutar quase todas as suas testemunhas ao termo de Ponte do Lima, levam António Baião a

98 Santiago do Chile, Imprensa da Universidade, 1920.

sustentar ser a Terra da Nóbrega, actual Ponte da Barca, berço da família Magalhães e do próprio navegador. Não com certezas, é certo. Assim o deixa entender, na tirada final, empolgada, do seu artigo: «Fernão de Magalhães é bem nosso; ou viesse à luz nas margens daquele rio cujas águas mansas parecem preguiçosas e com as casarias graníticas da Barca ou de Ponte, ou viesse à luz na cidade do Douro a ouvir os vagalhões da Foz, a cuja música tanto embalaria as suas ambições. Fernão de Magalhães é bem nosso. Ramo da aristocrática árvore dos Magalhães». Decididamente, transmontano não. No estilo rebuscado que o caracteriza, chega a afirmar: «Foi árvore que cresceu e frondejou essa lenda do Magalhães transmontano, acolhida durante um século por historiadores nacionais e estrangeiros. Daqui – assim o espero – sairá cortada cerce a golpes de machado de boa crítica»⁹⁹.

Não admira, em síntese, face à veemência da sua crítica, aliada ao seu prestígio como erudito e historiador e aos documentos que descobriu e publicou sobre a vida e família do navegador, que António Baião apareça como o paladino da tese anti-Sabrosa.

Em jeito de balanço, pode afirmar-se que a naturalidade de Fernão de Magalhães como português, quer fosse portuense, transmontano ou minhoto, foi tema que marcou as comemorações do 4º centenário da sua viagem e morte. Definitivamente, ele que fora um dos «esquecidos» no intenso movimento comemorativo dinamizado nos finais do séc. XIX, entrava para a galeria dos «barões assinalados», dos heróis nacionais¹⁰⁰. Consumara-se, na definição de Latino Coelho, a sua «reabilitação», quer na literatura científica quer no discurso político.

Mas, contrariamente ao que António Baião preconizava, a tese de Sabrosa não foi erradicada. É certo que, até ao final do séc. XX, na maioria dos estudos historiográficos produzidos posteriormente sobre a figura de Fernão de Magalhães ou o feito que o celebrou, mesmo que não versando especificamente a questão da sua naturalidade, só duas teorias são consideradas dignas de crédito: a portuense e a minhota. Citem-se, entre outras, as histórias gerais ou dicionários que, de algum modo, sintetizam os resultados da investigação científica. Se nalgumas se passa habilmente ao lado da questão, noutras como é o caso da *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres e Eleutério Cerdeira, Manuel Ramos, no capítulo dedicado à viagem de circum-navegação, ao tratar da problemática da naturalidade de Magalhães, exclui

99 António BAIÃO, *A Questão da Naturalidade de Fernão de Magalhães – Transmontano Não, Minhoto*, ed. cit., p. 6.

100 Seria interessante, no âmbito das políticas memoriais, ver em que localidades, além de Coimbra e Lisboa, se fizeram comemorações. É provável que haja alguma informação nos jornais locais ou no arquivo da revista *Instituto*. No nº 69 de 1922, desta revista, é publicado um relatório feito por um dos confrades sobre as comemorações em Viana do Castelo, a 27 de Abril, em que falou um historiador espanhol, que lamentou que a cidade do Porto não tivesse promovido iniciativa alguma.

justificadamente todas as localidades avançadas, ficando-se pelas duas teorias mais credíveis, a portuense e a minhota¹⁰¹. Posição similar toma Vítor Rodrigues, anos mais tarde, no verbete «Magalhães, Fernão» do *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dirigido por Luís de Albuquerque¹⁰². Já Joaquim Veríssimo, na sua *História de Portugal*, opta pela província de Entre Douro e Minho, acrescentando «crê-se com razões de acerto que em Ponte da Barca»¹⁰³.

Naturalmente há excepções, mas muito pontuais. Assim, logo em 1930, José Emílio dos Santos e Silva, engenheiro e chefe repartição do Ministério das Colónias, que, na década de 1920, publicou vários artigos, sobre lendas e tradições de misticismo nas primeiras navegações e descobrimentos em África e na América, no Boletim da Agência Geral das Colónias, publica no mesmo Boletim (ano 6º, nºs 56-58, Fevereiro-Abril de 1930) uma série de artigos sob título Fernão de Magalhães, fidalgo da casa real portuguesa, 1480-1521, e a volta ao Mundo, 1519-1522. Neste trabalho, resultado da compilação de vários autores, considera que Fernão de Magalhães nasceu em Sabrosa, não obstante escrever, em nota de rodapé, que António Baião provou que o navegador era do Minho. De referir igualmente, o livro de Manuel Alcino de Freitas, *Magalhães nasceu em Sabrosa, distrito de Vila Real, província de Trás os Montes*¹⁰⁴, saído em 1980 e, sabe-se, com o patrocínio da Câmara Municipal de Sabrosa. Ignorando os argumentos contra a tese de Sabrosa que não permitiam qualquer contra-argumentação, assim como muitas incoerências dos testamentos que a sustentavam, fixa-se naqueles que permitiam alguma refutabilidade, como é o caso do sentido da palavra «vecino», esmiuçado exaustivamente, de forma a lançar dúvidas sobre a sua veracidade. Trata-se, de facto, de uma incursão sem rigor histórico sobre o tema, em que se sente apenas falar a voz de um transmontano¹⁰⁵.

Mas, no campo das excepções, o exemplo mais sintomático do enraizamento e persistência de uma teoria é o de Luís de Albuquerque, especialista em náutica e navegação da época dos Descobrimentos, com valiosa produção histórica que prima pelo rigor científico. Nos primeiros verbetes sobre Fernão de Magalhães escritos para

101 Vol. III, p. 599 (Barcelos, Portucalense editora, 1941).

102 Vol. II, 644-647 (Lisboa, Editorial Caminho (Círculo de Leitores, 1994).

103 Vol. III - *O século de ouro* (1495-1580), Lisboa, Editorial Verbo, 1980 2ª edição, revista, p.28. A 1ª edição é de 1978.

104 Sem local de edição nem nome de editora.

105 Nascido em Souto Maior, concelho de Sabrosa, Manuel Alcino de Freitas, licenciou-se em ciências histórico-filosóficas e, já após 1980, doutorou-se com dissertação sobre os índices e as consequências do alcoolismo em crianças do distrito de Vila Real. Depois de um percurso profissional em que se regista e leccionação em vários liceus do país e Angola, por volta de 1980 passou a leccionar no Instituto tuto Universitário de que resultaria posteriormente a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

dicionários históricos, dá-o como transmontano¹⁰⁶ e, num dos seus últimos trabalhos, a colecção de biografias *Navegadores, Viajantes e aventureiros portugueses – séculos XV e XVI*, já admite outras naturalidades, mas não descarta Sabrosa: «Sabe-se apenas que seria oriundo de uma família nortenha – transmontana, minhota ou portuense...»¹⁰⁷.

Sobre a pertinaz fixação do «mito de Sabrosa» (como lhe chamam alguns autores) e as formas como foi e continua a ser alimentado noutros discursos, que não o historiográfico, trataremos noutra parte deste trabalho. Curiosamente, um reflexo dessa persistência é captado na atenção, com objectivo de o refutar ou o combater, que continuam a dar-lhe praticamente todos os historiadores que, depois de José Manuel Noronha e António Baião, se debruçaram sobre a vida ou especificamente sobre a naturalidade de Fernão de Magalhães. Geralmente, repetindo até à exaustão o já dito. Raramente, acrescentando dados novos para a sua refutação.

Por isso e retomando o discurso histórico sobre a naturalidade de Fernão de Magalhães, na breve resenha, que de seguida apresentaremos, limitámo-nos a assinalar o que de novo foi carreado.

2.3 O tempo das grandes biografias: a fixação das teses portuense e minhota

Pode afirmar-se que as décadas de 30 e 40 do séc. XX foram marcadas pelo aparecimento de grandes biografias sobre o navegador. A começar pela biografia escrita por Stefan Zweig, publicada em 1937, sob título *Magellan. Der Mann und seine Tat*, que, logo no ano seguinte, foi objecto de edições em várias línguas e países. Em Portugal, com a primeira edição da Livraria Civilização (Porto), datada de 1938, sob título *Fernão de Magalhães*, em breve se tornou um sucesso editorial, registando-se, até ao final de terceiro quartel do século, nada menos que 12 reedições. Pese embora algum romantismo, o gosto pela interpretação psicológica e a carga simbólica que perpassa a obra, está fora de dúvida a sua sólida base documental¹⁰⁸. Como é, aliás, atestado pelas palavras que dedica à questão da sua naturalidade: «E o lugar em que nasceu é muito

106 *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. II, pp. 886-888, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, e *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, coordenação de José Costa Pereira, vol. 1, pp. 415-416, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

107 Vol. II, pp. 36-41, citação colhida na p. 31, Lisboa, Editorial Caminho /Círculo de Leitores, 1987. Na 2ª edição em um só volume, das mesmas editoras e datada de 1992, pp. 232-237.

108 Sobre o assunto ver, entre outros títulos, Maria de Fátima Gil SILVA, *Magellan. Der Mann und seine Tat* de Stefan Zweig: *um exemplo de "biografia moderna" dos anos 30 sobre uma figura histórica portuguesa*. Tese de doutoramento em Letras, na área de Línguas e Literaturas Modernas (Literatura Alemã), apresentada à Fac. de Letras de Coimbra, Coimbra, 2005 (<http://hdl.handle.net/10316/726>).

discutido. Sabrosa, em Trás-os-Montes, indicado pelos cronistas não é em verdade sua terra natal, pois é um pseudo-testamento a que iam buscar esta afirmação, segundo as últimas indagações; mais verosímil é ter Fernão de Magalhães nascido no Porto»¹⁰⁹.

Quase em simultâneo, saíria em Portugal aquela que é considerada, ainda hoje, a obra de referência fundamental para o estudo de Fernão de Magalhães e da viagem de circum-navegação, intitulada *Fernão de Magalhães (A sua Vida e a sua Viagem)*, da autoria do visconde (4º) de Lagoa, especialista em história dos Descobrimentos e da Expansão. Nesta obra, que é precedida de um prefácio de António Baião, inclui-se a relação de António Pigafetta, que é assim publicada pela primeira vez em Portugal¹¹⁰. No que respeita à naturalidade no navegador, analisa criteriosamente os dados até então conhecidos, para concluir que ele nasceu no Porto. Nessa conformidade, refuta as ilações retiradas por António Baião do processo de Lourenço de Magalhães (doc.13) por considerar que do documento não se consegue concluir que Fernão de Magalhães tenha nascido na Ribeira Lima. Por outro lado, considera o contrato de Fernão de Magalhães com Juan Aranda (doc.4), celebrado a 23 de Fevereiro de 1518, onde o navegador se afirma *vecino* da cidade do Porto, uma prova inegável de que ele aí nasceu, suportando a sua tese numa lei de D. Duarte, inserida nas Ordenações Afonsinas, que determinava que vizinho se reportava ao local de nascença.

Mas a produção de biografias de grande fôlego sobre Fernão de Magalhães não se ficaria por aqui. Também Queirós Veloso, outro vulto destacado da historiografia portuguesa, com provas dadas no campo da biografia histórica, se dedica ao estudo do navegador. A questão da naturalidade é a primeira que suscita a atenção de Queirós Veloso. Com efeito, em 1934, proferiu, na Academia das Ciências de Lisboa, conferência sobre o tema, intitulada «A naturalidade de Fernão de Magalhães. Certezas e conjecturas», a qual viria a ser publicada em 1936 no Brasil¹¹¹ e, dois anos depois, em Portugal, pela Academia das Ciências de Lisboa¹¹². Seguir-se-ia, em 1939, em edição francesa, o livro *Fernão de Magalhães: sa vie et son voyage*¹¹³ e, por último, a versão portuguesa, reformulada, *Fernão de Magalhães: a vida e a viagem*, saída em 1941¹¹⁴.

109 Stefan Zweig, *Fernão de Magalhães*, Porto, Livraria Civilização, 1938.

110 Lisboa, Seara Nova, 1938 (2 volumes).

111 Queirós VELOSO, *A naturalidade de Fernão de Magalhães: certezas e conjecturas*, Rio de Janeiro, Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1936 (separata do Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro).

112 *A naturalidade de Fernão de Magalhães*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1938 (separata das Memórias ..., classe de Letras, t. 3).

113 Paris, Librairie Félix Alcan, 1939.

114 Lisboa, Império, 1941

Em todos estes escritos Queirós Veloso posiciona-se a favor da naturalidade minhota do navegador. Ao perfilhar a tese de António Baião, este estudioso passa em revista as teses de Sabrosa e Porto, clarificando alguns aspectos e carreando novos dados para a refutação de ambas.

Passando criticamente em revista os argumentos daqueles que defenderam a naturalidade transmontana do navegador, a «lenda de Sabrosa», retoma, ponto a ponto, a desmontagem que dela fizeram José Manuel de Noronha e António Baião, e não hesita em concluir, de forma mais virulenta que os seus antecessores:

«Os dois testamentos (1504 e 1580) são falsos, expressamente forjados para mostrar que António Luiz Alvares Pereira, Senhor da Casa da Pereira em Sabrosa, descendia do insigne navegador, por linha colateral, na qualidade de oitavo neto e sucessor de D. Tereza, irmã de Fernão de Magalhães. António Luiz Alvares Pereira – que depois passou a assinar-se António Luiz Alvares Pereira Coelho da Silva Castelo Branco de Magalhães – era casado em segundas núpcias, com D. Petronilha López de Aboin, sobrinha do celebrado D. Manuel Godoy, simultaneamente favorito da rainha Maria Luiza e valido do rei Carlos IV. Residindo em Madrid, lembrou-se António Luiz Alvares Pereira de aproveitar a excepcional situação de tio de sua segunda esposa – que já o fizera cavaleiro de Santiago – para se apresentar como representante do descobridor das Filipinas; e requereu ao monarca espanhol não só a restauração das honras concedidas a Fernão de Magalhães, como uma avultada indemnização pela vintena das terras e ilhas descobertas, nos termos do contrato celebrado com Carlos I em 1518, que a morte o impedira de receber. O requerimento é de 1795. Remetido ao Conselho Real das Índias, era preciso instruí-lo com provas convincentes; e surgiram então os falsos testamentos de Belém e do Maranhão, cujas certidões são de 1796. Em 1798, deixou Godoy o cargo de primeiro-ministro. Três anos depois, voltava ao poder, mais onnipotente ainda; mas o sobrinho morreu de desastre quando passeava a cavalo, antes de alcançar o bom despacho das suas ambiciosas pretensões.»¹¹⁵

Já no que respeita à tese do Porto, admite-a como hipótese, mas pouco provável. Para ele, o mais aceitável é que Fernão de Magalhães morasse no Porto aquando da sua partida para Sevilha. Tal asserção resulta da análise que faz dos dois documentos em

¹¹⁵ Queirós VELOSO, *Fernão de Magalhães: a vida e a viagem*, Lisboa, Império, 1941.

que se apoiavam os defensores da naturalidade portuense, nomeadamente aquele que tinha mais força, ou seja, o passo do contrato feito com Juan Aranda, datado de 23 de Fevereiro de 1518, em que Magalhães se declara «vecino» da cidade do Porto. Em seu entender, é forçada a interpretação de «vecino» que, na data em questão, significava mesmo «morador em». Em reforço desta asserção sublinha ser esse o sentido que lhe é dado no testamento de 24 de Agosto de 1519 (doc.8), posteriormente feito pelo navegador em Sevilha, em que se afirma «vecino» desta última cidade. Neste sentido coloca algumas interrogações à interpretação da lei de D. Duarte, consignada nas Ordenações Afonsinas, feita pelo Visconde de Lagoa. Considera que uma leitura atenta e completa desta lei torna óbvio que o monarca pretendia apenas acabar com alguns abusos, podendo concluir-se que a condição essencial para ser vizinho de qualquer povoação não era dada pela naturalidade, mas pela residência.

Face ao exposto, Queirós Veloso, conclui que Fernão de Magalhães só poderá ter nascido em Ponte da Barca ou Ponte de Lima, que são os únicos concelhos da zona Ribeira Lima que testemunhos, apresentados na habilitação de herdeiro de Lourenço de Magalhães de 1568 (doc. 13), apontam ser como o local onde o navegador nasceu e passou a sua infância.

Um outro aspecto salientado por este historiador prende-se com o brasão usado por Fernão de Magalhães que, segundo o próprio, detinha as armas dos Magalhães e dos Sousa. As armas dos Sousas eram três – Sousas antigos, Sousas de Arronches e Sousas do Prado ou Chichorro - sendo que os dois últimos possuíam as quinas de Portugal. Para Queirós Veloso, a ausência de indicação de uma ligação à Casa Real no testamento de Fernão de Magalhães de 1519 revela que este muito provavelmente não fazia parte da família dos Sousas de Arronches nem dos Sousas de Chichorros, sendo mais provável uma ligação aos Sousas antigos.

De entre as reacções suscitadas pela biografia de Fernão de Magalhães, publicada em Portugal em 1941, muitas vezes saídas da pena de estudiosos de uma ou outra matéria relacionada directa ou indirectamente com o tema, seleccionámos a recensão de Luís Pimentel de Vabo, «Fernão de Magalhães – Análise Crítica e Aditamentos ao Livro do Dr. Queiroz Veloso», publicada em 1942, em separata de *A Voz*. Considerando o trabalho de Queirós Veloso honesto, mas omissivo, analisa capítulo, tecendo várias considerações. Ficaremos só pelas que tratam do tema do nosso estudo.

No que se refere à naturalidade do navegador, Pimentel de Vabo, posicionando-se na linha do Visconde de Lagoa, defende a naturalidade portuense de Magalhães,

acrescentando mais alguns dados em abono desta leitura. Assim, no respeitante ao sentido da palavra «vizinho», retoma a já referida lei antiga de D. Duarte, insere posteriormente nas Ordenações de D. Afonso V, que decreta que a palavra vizinho se deve entender como naturalidade, reforçando a interpretação do seu significado com dois exemplos: o Foral do Porto de 20 de Junho de 1517 onde na rubrica intitulada vizinhança se lê: «...declaramos que vizinho se entenda de algum lugar o que for dele natural...»; e, antes deste, a mesma disposição consignada no Foral da Guarda de 1510. Já no que toca à família e armas dos Magalhães, assinala algumas lacunas, considerando que, neste particular, Queirós Veloso nada acrescentou ao já anteriormente publicado por Afonso Dornelas¹¹⁶. Em seu entender o historiador poderia ter tido em conta outros ramos da família dos Magalhães e dos Sosas, pois não concorda que a circunstância de Fernão de Magalhães não mencionar ascendência real seja sinal de que não fazia parte dos ramos dos Magalhães de Arronches ou dos Chichorros, ambos ligados à Casa Real. Para suportar a sua opinião, Pimentel de Vabo recorda o incidente em Sevilha quando Magalhães mandou içar as suas armas e causou um pequeno motim porque foram confundidas pelos presentes com as armas do rei de Portugal, significando que o mais provável é que as armas içadas contivessem as quinas de Portugal contidas nas armas dos Magalhães de Arronches e dos Magalhães de Chichorros¹¹⁷.

No seguimento de António Baião e de Queirós Veloso, também o medievalista, Avelino Jesus da Costa, faz algumas incursões sobre o tema. Artigos que, desde 1941, foi publicando em jornais minhotos, nomeadamente no *Diário do Minho* e no *Povo da Barca*, os quais, reunidos, foram publicados em 2009, no livro *Cónego Avelino Jesus da Costa na Imprensa Barquense*¹¹⁸. Apesar de reconhecer que os seus textos não resultam de investigação específica, mas da análise dos trabalhos publicados por aqueles que mais dedicaram o seu tempo à clarificação do local de nascimento de Fernão de Magalhães, e de não esconder o seu interesse enquanto natural da aldeia de Vila Chã (Ponte da Barca), Avelino Jesus da Costa chama a atenção para fontes até então não muito exploradas. A título de exemplo, a carta de Carlos V ao rei de Portugal, datada de 21 de Julho de 1518 (doc. 5), intercedendo por Simão e Francisco de Magalhães por terem assassinado um juiz em Ponte da Barca. Reflexões sobre o tema que o levam

116 Afonso DORNELAS, «Fernão de Magalhães Navegador Português ao Serviço de Espanha: Elementos de estudo», in Separata do *Elucidario Nobiliarchico*, 2, Lisboa, Centro Tip. Colonial, 1930.

117 Para uma abordagem sobre estas famílias, ver Manuel VILLAS-BOAS, *Os Magalhães*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, obra que tem como principal fonte o Nobiliário das Famílias de Portugal de Felgueiras Gaio (Braga, 1938-1941).

118 Livro publicado e coordenado pelo Município de Ponte da Barca, *Cónego Avelino de Jesus da Costa na Imprensa Barquense*, Ponte da Barca, 2009.

mesmo a incluir, mais tarde, Fernão de Magalhães no capítulo «Barquenses Ilustres» da sua obra *Subsídios para a História da Terra da Nóbrega*, onde, referindo-se ao navegador, escreve: «se o seu nascimento na Terra da Nóbrega não é certo, é, todavia, provável. E é absolutamente certo que ele pertencia à família dos Magalhães, Senhores da Terra da Nóbrega, e que manteve amistosas relações com esta família, mesmo depois de já estar fora de Portugal ao serviço de Espanha»¹¹⁹.

Não poderíamos finalizar este breve apontamento sobre o discurso historiográfico até finais do séc. XX, marcado por acesas polémicas, mas também pela emergência de estudos biográficos de maior fôlego, sem uma palavra sobre a biografia Fernão de Magalhães da autoria de Mário Domingues. Não sendo nem pretendendo ser um trabalho histórico sobre a vida do navegador, contribui para divulgar a importância do seu feito, como aliás, o fez em relação a outras figuras ou sucessos da História de Portugal. Divulgação bem-sucedida, como é comprovado pelo invulgar êxito alcançada pelas suas «evocações históricas», publicadas quer na colecção «Lusitana» da Livraria Romano Torres quer na Livraria Civilização. Num estilo ficcional, mas documentado, Mário Domingues, não deixa de fazer eco do discurso histórico sobre a naturalidade de Fernão de Magalhães, ao escrever: «Supôs-se primeiro que ele era minhoto; depois julgou-se por muito tempo que nascera em Sabrosa, perto de Vila Real de Trás-os-Montes; mas já investigações recentes nos persuadem de que viu a luz do dia na cidade do Porto»¹²⁰.

119 Avelino Jesus da COSTA, *Subsídios para o Estudo da História da Terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*, Vol.I, Ponte da Barca, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1997, p. 153.

120 Mário DOMINGUES, *Fernão de Magalhães*, Porto, Civilização, 1959, p.8.

PARTE III

DO RESSURGIMENTO DOS ESTUDOS SOBRE MAGALHÃES À DESCOBERTA DA PISTA DE GAIA

O dealbar do séc. XXI é marcado por um redobrado interesse pela viagem e figura de Fernão de Magalhães. Não apenas no que à literatura científica se refere, mas também a outros meios de divulgação. A título de exemplo, entre outros, a série radiofónica em quinze episódios, *Magellan, le Premier Tour du Monde. L'histoire du Tour du monde de Magellan, d'après la chronique d'Antonio Pigafetta et les lettres du Pilote Francisco Albo* - programa francófono difundido por Radio Exterior de España¹²¹ - e o documentário televisivo em catorze episódios, *Nos passos de Magalhães* de Gonçalo Cadilhe¹²². Não será, afinal, um sinal desse protagonismo nacional alcançado pelo navegador, o facto de virem agora, num exercício de catarse patriótica, tentar «limpar» a nódoa da «traição» e apresentá-lo como um espião do rei D. Manuel?¹²³

No que ao discurso historiográfico se refere, importa assinalar a publicação de várias obras importantes. A começar pelo conjunto de estudos editados pela Academia de Marinha em 2002, nas actas do VII Simpósio de História Marítima, *Fernão de Magalhães a sua Viagem no Pacífico – antecedentes e consequentes*. No que ao tema que nos ocupa interessa, relevam-se quatro obras, duas publicadas em 2007 e outras duas em 2009. Embora só uma delas verse a problemática da naturalidade do navegador, outras publicaram fontes ou novas leituras sobre o seu percurso.

Em Maio de 2007, surge o livro *A Viagem de Fernão de Magalhães e os Portugueses*¹²⁴ de José Manuel Garcia, onde é apresentada uma perspectiva do navegador nas suas relações com os portugueses, e compilado um conjunto de fontes documentais, muitas das quais até então pouco conhecidas, dispersas ou de difícil acesso¹²⁵, com o objectivo de fazer uma nova leitura da sua biografia e das suas

121 <http://magellan-magalhaes.com>

122 No mesmo ano saiu em livro, publicado em Lisboa pela Oficina do Livro.

123 A tese foi defendida pelos irmãos José Mattos SILVA e António Mattos SILVA, *Casos da História*, Lisboa, 2010. Recentemente, os mesmos autores lançaram (janeiro de 2010) o livro/estudo *Fernão de Magalhães: Um Agente Secreto de D. Manuel I?*

124 José Manuel GARCIA, *A Viagem de Fernão de Magalhães e os Portugueses*, Lisboa, Editorial Presença, 2007.

125 Relembre-se que o último esforço feito para compilar todas as narrativas da viagem deveu-se a Neves ÁGUAS, *Fernão de Magalhães: a primeira viagem à volta do mundo contada pelos que nela participaram*, Mem Martins, Europa-América, 1987 (utilizámos a edição de 1990).

motivações¹²⁶. Nele há apenas uma breve referência ao local de nascimento do navegador por considerar o autor que, face à documentação existente a favor do Porto, este assunto já está esclarecido. Como provas fundamentais, indica: i) o testemunho de Fernando de Oliveira, no relato de um autor anónimo que prefaciou e traduziu acrescentando-lhe o título Viagem de Fernão Magalhães na Demanda de Maluco por El-Rei de Castela (doc. 12), onde se pode ler que «Antre os portugueses que descobriram Maluco foi um chamado Fernão Magalhães, natural da cidade do Porto, em Portugal»¹²⁷; ii) o contrato realizado em Sevilha em 23 de Fevereiro de 1518 com Juan Aranda (doc. 4), onde o navegador se afirma vizinho do Porto; iii) o interesse demonstrado pelo navegador por esta cidade quando fez o seu testamento (doc.8), atribuindo uma doação ao Mosteiro de São Domingos das Donas e a quantia de 30 000 mrs. ao seu pajem Cristóvão Rebelo que era natural do Porto e que, na opinião de José Manuel Garcia, é um factor demonstrativo de uma forte amizade que poderá muito bem remontar às suas origens naquela cidade.

No que diz respeito à genealogia e brasão, José Manuel Garcia debruça a sua atenção no aspecto mais controverso que é a identificação do ramo da família dos Sousa a que Fernão Magalhães pertencia por parte da mãe, que, para ele, seria o ramo dos Sousa de Arronches, ideia que suporta com o já citado relato de um incidente, ocorrido em Sevilha a 22 de Outubro de 1518, depois de o navegador ter mandado içar na nau Trindade a bandeira com as suas armas, provocando uma reacção imediata por parte dos espanhóis que o acusaram de estar a pôr ali as armas do rei de Portugal. Para José Manuel Garcia, tal como já deduzira Pimentel de Vabo, esta confusão apenas se percebe se na bandeira também estivessem as armas do monarca português, o que acontece com o brasão dos Sousa de Arronches¹²⁸.



Fig. 5: Brasão que integra as armas dos Magalhães e dos Sousa de Arronches, e que poderá ter sido o utilizado pelo navegador.

126 Neste mesmo ano foi publicada pela Éditions Chandeigne, a obra *Le Voyage de Magellan (1519-1522). La relation d'Antonio Pigafetta & autres témoignages, édition établie par Xavier de Castro, Jocelyne Hamon et Luís Filipe Thomaz, Préface de Carmen Bernand & Xavier de Castro*. Nos dois volumes desta obra, além do relato de Pigafetta e dos relatos de outros testemunhos, é publicada documentação da época sobre a viagem.

127 Note-se que este testemunho, depois de descoberto e publicado em 1537, caiu um pouco no esquecimento. Só a partir da edição francesa em 1976 e, sobretudo, das edições portuguesas de 1986 (Neves Águas) e de 1989 (Contente Domingues) alcançou mais projecção.

128 Brasão publicado em José Manuel GARCIA, ob. cit., p.303

No mesmo ano, em Outubro, era ainda publicada pelas edições Éditions Chandeigne, a obra *Le Voyage de Magellan (1519-1522). La relation d'Antonio Pigafetta & autres témoignages*, edição estabelecida por Xavier de Castro, Jocelyne Hamon et Luís Filipe Thomaz; prefácio de Carmen Bernand & Xavier de Castro. Nos dois volumes desta obra, além do relato de Pigafetta, em edição crítica com anotação de todas as variantes entre as quatro cópias conhecidas do relato de Pigafetta, são publicados ainda em versão integral todos os relatos, cartas de companheiros de Magalhães, bem como outros documentos contemporâneos. Enriquecida com 120 mapas, ilustrações e itinerários, esta obra é um trabalho precioso também pelas notas, anexos e apontamentos biográficos para os quais o editor contou com a colaboração de trinta investigadores e historiadores de vários países. No que à biografia do navegador se refere faz-se um ponto da situação actualizado, pese embora o reconhecimento de ser escassa a documentação e abundante a fantasia do que sobre ele foi escrito, mesmo por historiadores sérios. Razão pela qual o capítulo que lhe é dedicado no prefácio se intitule «L'enigme biographique».

Nesta obra, cujo valioso contributo para o estudo da vida e feito de Fernão de Magalhães é inegável, sobre o delicado assunto que é o tema do berço de Fernão de Magalhães, Castro, Hamon e Thomaz fazem um resumo em torno das principais hipóteses avançadas, considerando que em relação à zona da Ribeira Lima, defendida por António Baião e Queirós Veloso, o documento em que estes se baseiam, a saber a petição de Lourenço de Magalhães, não é suficiente para provar a sua naturalidade minhota, uma vez que, apesar dos testemunhos serem maioritariamente da zona de Ponte da Barca e de Ponte de Lima, em nenhuma parte do referido documento se encontra a indicação da naturalidade minhota do navegador. No que diz respeito a Sabrosa, os autores consideram que actualmente, dado a falsificação provada dos documentos que a sustentam, a hipótese é obsoleta, persistindo apenas nos livros populares. Os autores referem o manuscrito de Leyde, que reproduz o relato anónimo de um dos companheiros de Fernão de Magalhães, como o único documento do século XVI a fazer referência ao local de nascimento do navegador, apontando este para a cidade do Porto. No entanto, apesar de outras evidências apontarem para este local, esta hipótese é referida como muito frágil.

Contrariamente à convicção de José Manuel Garcia, a naturalidade portuense de Fernão Magalhães não estava definitivamente esclarecida. Com efeito, em 2009, Amândio Barros publicava o livro, *A Naturalidade de Fernão Magalhães Revisitada*¹²⁹, onde revitalizava a origem minhota do navegador. Este livro estrutura-se em torno das três localidades mais destacadas «em que se diz» que Fernão de Magalhães nasceu, ou seja, Sabrosa, Porto e Ponte da Barca.

No que respeita à primeira, afirma desde logo que a investigação histórica há muito provou serem falsos os documentos em que se apoia. Dedicar-lhe, todavia, alguma atenção, tendo em conta tratar-se de uma teoria «que ainda hoje divide a opinião de muitos que não conhecem os factos»¹³⁰. Depois de retomar os fundamentos avançados, quer por Manuel Noronha quer por António Baião, para a contestar, carrega mais alguns provas da falsidade dos testamentos em que se apoia.

No que ao primeiro testamento se refere – o de 1504 -, sublinha que, de acordo com o título LXXVII das *Ordenações Manuelinas*, dificilmente teria aceitação, sem a contestação dos familiares, neste caso dos irmãos do navegador ou dos pais, sendo vivos, pois tinham direito ao seu quinhão.

No segundo testamento – o de 1580 -, concentra a sua análise crítica no relato dos factos, no contexto e forma geral do relato: i) incongruência de certas afirmações nele contidas, como afirmar-se que Magalhães fora «descobrir novas terras» e do sentido de «pátria», expresso na frase «deixámos a nossa pátria, por vergonha, e medo que se levantassem os vizinhos contra nós»; ii) improbabilidade de o povo de Sabrosa alguma vez ter estado informado, em 1518, da fuga de Magalhães para Castela e se ter indignado a ponto de expulsar os Magalhães aí residentes à pedrada; iii) e, por último, o local do Brasil para onde fugiram estes supostos herdeiros do navegador, perguntando-se, o que faziam estes nobres Magalhães no Maranhão em 1580, uma «província ‘totalmente’ ignorada por Portugal, habitada unicamente por tribos de índios canibais»?

Relativamente ao episódio das armas picadas da Casa de Pereira, a tal que era, segundo estes testamentos, propriedade do «cunhado» de Fernão de Magalhães e à confirmação deste acto, a requerimento do suposto herdeiro de Magalhães (António Luís Álvares Pereira), feita por escrivães e testemunhas em 1798, Amândio Barros chama a atenção, com as devidas reservas, para uma lenda que há em Sabrosa que vai a par com a de Magalhães: «a de que a Casa de Pereira teria vindo parar às mãos de um

129 Amândio Morais BARROS, *A Naturalidade de Fernão de Magalhães Revisitada*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2009.

130 *Idem, ibidem*, p. 12.

Távora e as armas haviam sido picadas após a depuração ordenada pelo Marquês de Pombal»¹³¹.

É, todavia, na parte dedicada à teoria portuense que Amândio Barros revela novos dados para o esclarecimento do tema e descobre pistas que, entretanto, documentação publicada por Juan Gil viria a confirmar.

Começando a sua reflexão por um dos argumentos dos defensores desta tese: aquele que se baseia no passo do contrato de 1518 (doc. 4), já várias vezes citado, em que Magalhães se intitula vizinho do Porto, sublinha que palavras como «vizinho», «cidadão», «morador» não traduzem obrigatoriamente o conceito de naturalidade. No caso específico de Fernão de Magalhães, dá como certa a sua ligação à cidade do Porto e admite que em determinado momento, não comprovado por documentação, ele possa ter adquirido a condição de vizinho da cidade, mas com fortes reservas. Reservas essas que se prendem com as dificuldades encontradas, sobretudo pelos nobres, para alcançar aprovação prévia da Câmara para aquisição deste estatuto na cidade do Porto, pelo menos até à segunda metade do séc. XVI, e cuja explicação reside, inicialmente, na defesa das liberdades e autonomias municipalistas e, a partir da segunda metade do séc. XV, na rivalidade entre a burguesia e a nobreza que procurava concorrer com ela (investindo capitais em navios, no trato marítimo e no comércio internacional). Situações houve em que essa carta de vizinhança foi concedida a alguns poderosos, na condição de ficarem fora de muros. Eram os chamados «vizinhos de fora parte». Acresce que, à data provável do nascimento de Magalhães, a cidade vivia um período tenso, na sequência de acontecimentos da Rua Nova contra a casa de Rui Pereira (incendiada pelo povo em 1474). Conjunto de razões que levam Amândio Barros a concluir ser improvável a naturalidade portuense do navegador.

Quanto ao outro fundamento apresentado pelos partidários desta tese - o legado outorgado pelo navegador ao mosteiro «de las dueñas da la cibdad del puerto», no testamento de Sevilha de 1519 – terá havido um erro de interpretação. Como explica, o mosteiro em causa não era o mosteiro dominicano (masculino) do Porto, mas sim o «mosteiro das donas de S. Domingos» (feminino), vulgarmente designado de *Corpus Christi*, situado em Vila Nova de Gaia. Sinais de presença e ligação dos Magalhães a esta área envolvente da cidade do Porto, que explicariam o donativo do navegador, foram encontrados por Amândio Barros. Em primeiro lugar um tombo de propriedade, conservado entre os papéis do mosteiro, feito em 1513, que, no título relativo a Vila

131 *Idem*, p. 19.

Nova de Gaia, refere a existência de uma devesa «junto com o camymho que vay teer ao loguar de Ruy de Magalhães», provável indício de que a família possuía casas neste arrabalde da cidade, o que terá permitido mais tarde a Fernão de Magalhães intitular-se «vizinho do Porto». Em segundo lugar, a circunstância de no mosteiro das Donas de S. Domingos viverem, ao tempo, duas primas suas, uma atestada por documentação da época, outra pelo *Nobiliário* de Felgueiras Gayo.

Todos estes dados, conclui Amândio Barros, não provam a naturalidade portuense de Magalhães, que considera improvável, mas sim a sua grande ligação ao Porto, onde tinha familiares influentes no quadro do funcionalismo régio, e onde, segundo sustenta, se gerou e projectou o empreendimento que o celebrizaria.

Por último, e no seguimento de interpretações sustentadas por António Baião, Queirós Veloso, Avelino Jesus da Costa e Veríssimo Serrão, Amândio Barros passa em revista os testemunhos comprovativos da tese minhota, que, como escreve, lhe permitem recolocar a figura do navegador no seu devido lugar: «entre os naturais de Ponte da Barca, das terras da Ribeira do Lima, do Entre Douro e Minho»¹³².

Vejamos então.

a) As histórias das linhagens medievais portuguesas, todas sem excepção, dão a família Magalhães como originária da unidade senhorial chamada Terra da Nóbrega;

b) A existência de um lugar chamado «Paço Vedro de Magalhães», ou seja, «Paço Velho de Magalhães», remetendo para a casa da família. Neste particular, sublinha a existência na freguesia de S. Martinho, paróquia de Paço Vedro de Magalhães, hoje às portas de Ponte da Barca, de uma torre, o paço, que foi derrubada no séc. XVIII;

c) A exigência de Fernão de Magalhães, consignada no seu testamento (1519), de os seus herdeiros usarem «as armas de magallaes segundo y de la manera que las yo traygo que son de magalles e sosa»;

d) Finalmente, aquela que considera a melhor prova, a informação contida na inquirição de testemunhas, tirada em 1567, que integra o processo de habilitação de herdeiro de Lourenço de Magalhães, atestando que ele era sobrinho-neto do navegador. Discriminando, tal como o fizeram A. Baião e depois Queirós Veloso, os lugares e os nomes daqueles que foram chamados a depor, considera ficar provado à evidência que: i) Lourenço de Magalhães era

132 Idem, p. 62.

filho de Paio Rodrigues e neto de Rui Pais de Magalhães; ii) Fernão de Magalhães, o navegador, era filho de Rui de Magalhães; iii) Rui Pais de Magalhães e Rui de Magalhães, apesar de terem o mesmo nome de baptismo, eram ambos filhos de Pedro Afonso de Magalhães; iv) Paio Rodrigues de Magalhães e Fernão de Magalhães eram primos co-irmãos; v) Lourenço de Magalhães, o requerente da habilitação, era filho de um primo germano de Fernão de Magalhães, sendo o seu parente varão vivo mais próximo.

Em reforço da teoria minhota, releva ainda várias transações operadas na região por familiares muito próximos do navegador, designadamente sua tia Isabel de Meneses, comprovativas da implantação dos Magalhães em Ponte da Barca e na restante Ribeira de Lima. Assim como testemunhos documentais da ligação que o navegador, mesmo à distância, sempre manteve com a terra natal. São eles a carta de Carlos V ao rei português, datada de 31 de Julho de 1518 (doc. 5) intercedendo a favor de dois primos de Fernão de Magalhães, Simão Barreto de Magalhães e Francisco de Magalhães, acusados de assassinio de um juiz de Ponte da Barca, terra onde viviam, alegando que os acusados «son debdos de criados y servidores nuestros», numa alusão, depreendida, a Fernão de Magalhães. E o conjunto de fontes documentais relativo às diligências feitas por Fernão de Magalhães no sentido de reaver dinheiro que, na Índia, emprestara a Pedro Anes Adalbez, o qual viria a ser resolvido a seu contento, sendo que, para o efeito passou, a 15 de Julho de 1515, procuração a seu irmão Duarte de Sousa (doc. 3). O almoxarifado escolhido para a resolução desta dívida foi o de Ponte do Lima, o almoxarifado, sublinha Amândio Barros, que os Magalhães usavam nas suas transações¹³³.

No mesmo ano de 2009 em que Amândio Barros publicava o seu estudo sobre a naturalidade de Fernão de Magalhães, saía em Sevilha o livro de Juan Gil, *El Exilio português en Sevilla – De los Braganza a Magallanes*, em que é dada a conhecer importante documentação sobre o navegador e sua família, conservada em arquivos espanhóis. A obra divide-se em duas partes. Na primeira, o autor trata das peripécias

133 Esta ilação merece-nos algumas reservas. Com efeito, num dos documentos que o investigador refere, o mandado de D. Manuel, datado de 4 de Setembro de 1513, dirigido ao almoxarife de Ponte de Lima (ANTT, Corpo Cronológico, I, 16, 43, pub. Sousa VITERBO, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses*, Lisboa, Academia Real Das Ciências, 1898, pp. 197-198), esclarece-se que Fernão de Magalhães, depois de diligências falhadas para cobrar a dívida, feitas na Casa da Índia e junto do pai do devedor que vivia na Galiza, recorre ao monarca porque soubera, antes da sua partida para a conquista de Azamor, que D. Manuel ordenara ao almoxarife de Ponte do Lima fizesse pagamento a Pedro Anes Aldrabez de verba similar à que este lhe devia. Face às alegações de Fernão de Magalhães, o rei ordenou a suspensão do referido pagamento até que Fernão de Magalhães regressasse de Azamor. Pelo exposto deduz-se que, neste caso, a escolha do almoxarifado de Ponte do Lima foi determinada pelo devedor, ou seja, o local onde ele tinha dinheiro a haver, e não pelo credor (Fernão de Magalhães). Claro que se poderá aventar a hipótese de que, na base do empréstimo feito anos atrás por Magalhães a Aldrabez na Índia, esteve uma relação de conterraneidade.

dos grandes de Portugal (os irmãos do duque de Bragança, o conde de Penamacor, entre outros) que se refugiaram em Sevilha, fugindo da perseguição de D. João II, e também dos servidores que com eles abalaram de Portugal. Entre estes dedica um capítulo especial a Duarte Barbosa, o sogro de Fernão de Magalhães, que teve um papel fundamental para a aceitação do projecto do seu futuro genro e de Rui Faleiro junto da corte castelhana. Na segunda parte, trata do navegantes e cosmógrafos que seguiram o mesmo caminho do desterro, centrando-se esta segunda parte «en una grandíssima figura (Feernando de Magallanes) y dos astro menores (los hermanos Ruy y Francisco Falero)»¹³⁴.

Para o tema em estudo, revestem-se de especial interesse informações que fornece, assim como documentos que, no todo ou parte, publica.

a) Duas cartas de doação de Fernão de Magalhães a sua irmã Isabel de Magalhães, uma datada de 19 de Março e outra de 4 de Julho de 1518, (docs. 6 e 7) doando-lhe uma quinta de vinhas, castanhais e terras de semear, que possuía na terra de Gaia, no termo da cidade do Porto, chamada quinta Exon. Mais informa que a herdou se seus pais, como «fijo mayor», com certos encargos que ela (irmã) seria obrigada a pagar à Igreja maior da cidade do Porto. Esta informação, contida na doação de 19 de Março, é complementada pela que é dada na segunda, escrita, como sublinha Juan Gil, em castelhano eivado de portuguesismos: a quinta de Exon situava-se na terra de «Gaya la Pequeña» (Gaia-a-pequena) e junto com ela tinha certa terra da Igreja maior do Porto, emprazada em três vidas. Neste emprazamento, o pai de ambos, Rodrigo de Magalhães, foi a primeira vida e, ao tempo do seu falecimento, nomeou Fernão de Magalhães por segunda vida; e, pela presente doação, Fernão de Magalhães nomeava sua irmã como «terçera persona», com a obrigação de pagar à Igreja maior, anualmente, o foro que a terra acima referida era obrigada a pagar. Em ambas, Fernão de Magalhães declara que sua irmã é vizinha da cidade do Porto e que ele também o fora. Tal condição, era também a dos pais, como é registado na primeira doação: «yo, el comendador Fernando de Magallaes, capitán de Sus Altezas, fijo legítimo de Rodrigo de Magallaes e de Alda de la Mezquita, su muger, vezinos que fueron de la çiddad del Puerto de Portugal, defuntos...»¹³⁵. Fica-se também a saber que Magalhães manteve e

134 Juan GIL, *El Exilio Portugués en Sevilla - De los Braganza a Magallanes*, Sevilha, Fundación Cajazol, 2009, p. 8.

135 Juan GIL, ob. cit. Extracto transcrito p. 328, nota 46.

mantinha relação com a irmã («así por razón de los muchos cargos que de vos, la dicha Ysabel de Magallanes, mi hermana, tengo») e que, após a partida para Espanha, possivelmente através desta irmã, continuou a receber as rendas da quinta de Gaia («e ayáys e llevéys los frutos e rentas de la dicha tierra, como yo, el dicho capitán Fernando de Magallaes, los he llevado fasta agora»)¹³⁶.

b) Provável colaboração de dois familiares de Fernão de Magalhães – seu irmão Diogo de Sousa e seu sobrinho Martim de Mesquita - no apetrechamento das naus da armada, em Sevilha, como parece deduzir-se em registo das dívidas do navegador, consignado no segundo testamento de Diogo Barbosa, seu sogro, datado de 28 de Março de 1522. No qual, na enumeração das dívidas que, ao que parece, se relacionavam com o apetrechamento da armada, se regista: «di a Rebelo para comprar ciertas cosas para llevar a Sanlúcar al dicho capitán [Magalhães] xjxUdcccxlj mrs; e más que di a Martín de Mezquita para llevar al dicho capitán xxvij ducados, que son diez mil e cento e xxv mrs; y más que di a Diego de Sosa, su ermano, por su mandado [entenda-se, de Magalhães] xv ducados, que son vUdcxxv mrs.»¹³⁷.

c) Habilitação como herdeiro de seu irmão Diogo de Sousa, comprovada por pagamento que lhe é feito, a 25 de Outubro de 1524 pelo Consejo de Indias, de parte do soldo devido ao navegador¹³⁸.

À margem dos debates sobre a naturalidade de Fernão de Magalhães, fornece Juan Gil toda esta informação. Dados adquiridos, assentes em documentação genuína. Não admira, por isso, que, ao iniciar a sua biografia do navegador, se limite a escrever: «Magallanes hubo de nacer en Oporto o en su término – sus padres tuvieron propiedades en Gaia – hacia 1480-1485»¹³⁹. No entanto, em nota a esta afirmação, o investigador lista útil informação sobre as diferentes formas utilizadas pelo navegador, na documentação produzida em Espanha, sobretudo notarial, para caracterizar a sua situação. Sempre que se refere ao tempo que viveu em Portugal declara-se vizinho da

136 Estes dois documentos já haviam sido referenciados pelo investigador mexicano Fredo Arias de LA CANAL, «Magallanes», in *Norte – Revista Hispano-Americana*, Nº 441/442 Set/Dez, 2004, pp. 31-38, com base nos resumos contidos na obra *Catálogos de los Fondos Americanos del Archivo de Protocolos de Sevilla*, Sevilha, Instituto Hispano-Cubano de História de América, 1990.

137 Archivo de Protocolos De Sevilla, XV, 1524 [=9132], f. 705r e texto em 720r, pub. Juan GIL, ob. cit., pp. 434-439.

Como sublinha Juan Gil, p. 338, nota 225, esta informação não concorda com a que é dada pelos editores de *Le Voyage de Magellan (1519-1522). La relation d'Antonio Pigafetta & autres* (Paris, Éditions Chandeigne, 2007), que crêem que a obra, que Diogo de Sousa esteve, de 1 de Fevereiro de 1512 a 31 de Julho de 1519, na Índia. Também não concorda, acrescentaríamos nós, com o testamento de Fernão de Magalhães de 24 de Agosto de 1519, em que este afirma «Diego de Sosa, mi hermano, que agora bive com el sereníssimo señor rey de Portugal».

138 Jun Gil, ob. cit., p.313 e p. 346 (nota 396).

139 *Idem*, p. 251.

cidade do Porto, admitindo Juan Gil que só no contrato que ele e Faleiro fizeram com Juan Aranda, em 1518 (doc. 4), o emprego do termo equivalesse a «natural», até porque no mesmo documento Faleiro afirma ser «vezino de Cuvillán». Quando se reporta ao tempo vivido em Espanha, declara-se vizinho de Sevilha (uma só vez «estante»), embora em alguns documentos não tenha esclarecido qual o seu local de residência.

Úteis também são todos os dados que colhe, assentes em documentação fidedigna, que vêm reforçar tudo que a custo, e geralmente envolvido em polémica, até então se tinha apurado sobre a família mais próxima do navegador. Confirmam também a hipótese formulada por Amândio Barros de a família Magalhães possuir casas no arrabalde da cidade do Porto. E, se mais argumentos faltassem para desacreditar a tese de Sabrosa, a doação à irmã, Isabel de Magalhães, bastaria: afinal ele até tinha uma propriedade, só que não era em Sabrosa, mas em Gaia, mais precisamente em Gaia-a-Pequena; afinal os seus bens ou os seus familiares não foram vítimas de perseguição alguma.

Duas últimas palavras gostaríamos de acrescentar sobre o legado de Magalhães à irmã, embora não tenhamos feito investigação aprofundada sobre o assunto. O nome «Exon», da quinta doada por Magalhães, poderá ser deturpação ou derivação do topónimo «Eixo», nome de ribeira que passava na antiga Gaia-a-pequena. Com efeito, em contrato de emprazamento da quinta do Maravedi, situada em Gaia-a-Pequena, feito em 1691 (confirmado em 1704), conservado no Arquivo Distrital do Porto e publicado por Manuel Abranches do Soveral¹⁴⁰, são apontados os seus limites, um dos quais era: «uma ribeira chamada do Eyxo, com cerca de 220 por 40 varas, que parte da banda do poente com Dona Dionísia Chamorro, mãe de Nicolau Pereira, a norte com a estrada velha do rio do Eyxo e das restantes partes com a quinta».

Com base neste e noutros indicadores de delimitação, Manuel Abranches do Soveral apura que esta quinta do Maravedi se situava «no Alto da Bandeira, os seus limites seriam a nascente a estrada que ia do Porto para Lisboa, a sul a estrada que ia para Coimbrões e a estrada velha que ia do convento das Donas de Corpus Cristi para a Bandeira, a poente a estrada velha da Barrosa e a norte alguns vizinhos e a estrada velha do rio do Eyxo».

Como dum puzzle se tratasse, tendo como pano fundo a terra de Gaia-a-Pequena, as peças parecem encaixar: o donativo ao mosteiro das Donas de S. Domingos

140 Manuel Abranches do SOVERAL, *Quinta do Maravedi – Subsídios para a sua História*, Gaia, 1994, disponível em <http://www.soveral.info/mas/Maravedi.htm>. Os sublinhados nas citações são da nossa responsabilidade.

(testamento de 1519); o caminho que ia dar ao lugar de Rui de Magalhães (tombo de 1513, citado por Amândio de Barros); a quinta de Exon (doação a Isabel de Magalhães); a ribeira do Eyxo (confrontos da quinta do Maravedi, citados Manuel do Soveral).

E há mais. Manuel Abranches do Soveral, com base no referido contrato de aprazamento, informa que ele integra a mais antiga notícia que conseguiu descortinar sobre a quinta do Maravedi: a 20 de Junho de 1577, ela fora emprazada por três vidas a Isabel de Magalhães. A partir deste dado, o mesmo investigador, conclui que «a 1ª senhora do prazo da quinta do Maravedi, Isabel de Magalhães (porventura parente da D. Antónia de Magalhães casada com o donatário de Gaia-a-Pequena Diogo Leite Pereira, já referido como provável emprazador de 1577) devia ser viúva à data do emprazamento, já que o marido não é referido...». Outra «peça», merecedora de futuras investigações, apontando para a possibilidade de a terra emprazada por três vidas pela família Magalhães se ter localizado nesta Quinta do Maravedi¹⁴¹.

Pelo exposto ao longo destas páginas dedicadas ao discurso histórico sobre a naturalidade de Fernão de Magalhães ressalta que, desde meados do séc. XIX até à actualidade, vão sendo periódicamente desencobertas novas fontes sobre a vida do navegador. Se muito se avançou no que respeita ao conhecimento dos seus familiares mais próximos e à terra de origem da família a que pertencia, mantêm-se interrogações acerca do seu local de nascimento.

Sem dúvida, uma das certezas resultantes do intenso labor científico desenvolvido em torno da naturalidade de Fernão de Magalhães é que ele não nasceu em Sabrosa. Sinal, como tantos outros, das dificuldades de divulgação dos resultados da investigação histórica. Neste particular, não podemos deixar de aqui registar que ainda hoje, qualquer curioso ou estudante que faça uma pesquisa sobre o navegador na internet, especialmente no servidor da «Google», encontra, logo à cabeça, o texto da enciclopédia livre Wikipédia, com a indicação ele ter nascido em «Sabrosa, primavera (?) de 1480», remetendo para um artigo de jornal em que, pretensamente, se prova que não têm fundamento outras teorias. O mesmo na versão inglesa. A honrosa excepção é a versão francesa, já actualizada, graças, diga-se de passagem, à edição de Chandeigne e sua intensa difusão, inclusivamente em Portugal.

141 A quinta do Maravedi (onde hoje está instalado o Conservatório Regional de Gaia) e o antigo Mosteiro da Donas de S. Domingos ou de Corpus Christi, actualmente Instituto do Bom Pastor, situam-se na freguesia de Santa Marinha, em Vila Nova de Gaia. Relativamente a Gaia-a-pequena, Manuel do Soveral, no artigo supra citado, dá a seguinte informação: «Gaia-a-Maior (ou Gaia-a-Grande ou Gaia-a-Velha) correspondia ao velho burgo acastelado, enquanto Gaia-a-Pequena correspondia à vila (quinta) onde Dom Afonso III fundou uma póvoa (povoação) para poder partilhar o rio e seus proveitos com os Bispos do Porto».

Mas, se continuarmos essa pesquisa na internet, ela conduz-nos a muitas outras obras de divulgação e dirigidas sobretudo as jovens, editadas quer em Portugal quer no estrangeiro, em que, salvo raras exceções, persiste o mesmo erro. Mais grave ainda. Numa «visita» ao sítio do Instituto Camões, instituto que prossegue as atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros nas áreas da cultura e do ensino e articula a sua acção com outras instâncias competentes do Estado, nomeadamente os Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, na rubrica «conhecer», encontram-se várias bases temáticas. Naquela que é dedicada à «Viagens, viajantes e navegadores», numa breve biografia de Fernão de Magalhães, pode ler-se: «Onde terá nascido? Em Trás-os-Montes? No Porto? Ou no Entre Douro e Minho?» Assim, sem mais informação, fazendo-se tábua rasa de tudo o que sobre o assunto apurou.

PARTE IV
A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS PATRIMONIAIS LOCAIS
EM TORNO DA NATURALIDADE DE FERNÃO DE MAGALHÃES

Durante grande parte do século XX, a inexistência de novos dados acerca da naturalidade de Magalhães leva a que tudo o que pontualmente foi sendo dito não seja mais que mera especulação em torno dos documentos existentes. Na realidade, entre a década de 40 da primeira metade do século XX e o início do século XXI não assistimos a novos factos significativos neste âmbito, mas apenas à tentativa de enraizar opiniões através das fontes já existentes, e que aqui publicamos parcialmente por considerarmos pertinente para a compreensão desta questão, constituindo assim também uma ferramenta de trabalho útil para quem quiser prosseguir esta pesquisa.

1. Génese dos processos – fundamentações, realizações e projecções

O local de nascimento de Fernão de Magalhães tem alimentado, como já vimos, principalmente ao longo do século XX, acesos debates entre investigadores que à luz dos documentos conhecidos se posicionam a favor ou contra determinada localidade. Apesar de a controvérsia girar em torno de três hipóteses tidas como mais credíveis, ao longo do tempo foram, como já vimos, referidas outras regiões. Tendo em conta os documentos mencionados no segundo ponto deste trabalho, apontamos agora, numa perspectiva mais ligada às questões da memória e às suas construções/manipulações, as localidades para que estes remetem.

Lisboa chegou a ser referida no século XVII por San Roman, na sua *História General de la Yndia Oriental*¹⁴², como possível localidade de nascimento de Fernão de Magalhães, não sendo contudo conhecido qualquer documento que suporte esta ideia nem visível qualquer reflexo desta falsa ideia na memória colectiva da cidade.

Figueiró dos Vinhos, embora tenha trazido inicialmente alguma luz à questão, foi posta de parte porque os documentos em que se baseia – *Nobiliário da Torre do Tombo* e, principalmente, o *Nobiliário da Casa do Casal do Paço* (doc.15), da Biblioteca do Porto – são pouco fiáveis e não correspondem com alguns factos apurados por António

142 António de SAN ROMAN, *História General de la Yndia Oriental - Los Descubrimientos, y Conquistas, que han hecho las Armas de Portugal, en el Brasil, y en Otras partes de Africa, y de la Asia, y de la Dilatacion del Santo Euangelio por aquellas grandes Prouicias, desde sus principios hasta el Año de 1557*, Lib. II, Valladolid, Luís Sanchez, 1603, p. 341.

Baião, nomeadamente no que diz respeito à paternidade do navegador e ao facto de se referir que este se casou na ilha de S. Miguel, quando o único casamento conhecido do navegador é com Beatriz Barbosa. Embora seja aceite que o Fernão de Magalhães de Figueiró dos Vinhos é um homónimo do navegador, não deixamos de apresentar em apêndice um extracto do Nobiliário da Casa do Casal do Paço uma vez que, entre os nobiliários conhecidos, para além de ser aquele que mais atenção tem merecido por parte dos investigadores, é também aquele que, apesar das discrepâncias já referidas, mais satisfaz os requisitos que nos são trazidos por outros elementos documentais.

Porto, Sabrosa e Ponte da Barca são as três localidades mais mencionadas e aquelas que reúnem mais consenso entre os investigadores. É também em duas destas localidades (Sabrosa e Ponte da Barca) que mais esforços se fazem para reclamar o berço do navegador.

O **Porto** foi, no período que se seguiu à viagem até ao século XIX, o local mais indicado como berço do navegador, tendo a sua provável origem na referência feita por Fernando de Oliveira no prefácio do já referido relato *A Viagem de Fernão de Magalhães, escripta p hu homem q foy na cõpanhia*, (doc.12) publicado entre 1560-1570, onde Fernão de Magalhães é apontado como natural da cidade do Porto. Outro documento na origem da indicação da cidade do Porto como local de nascimento do navegador é o contrato celebrado entre Fernão de Magalhães e Rui Faleiro com Juan Aranda no qual é apontado como vizinho da cidade do Porto. A interpretação da palavra «vecino» é um dos principais pontos de discórdia entre os historiadores do século XX que se debruçaram sobre a problemática da naturalidade de Fernão de Magalhães, visto que uns interpretam a palavra com «natural de» enquanto outros como «morador em».

Embora não seja prova directa que Fernão de Magalhães tenha nascido no Porto a doação feita no seu testamento (doc.8), datado de 1519, ao Mosteiro de São Domingos é apontada como sendo prova de uma ligação do navegador aquela cidade.

A cidade do Porto é aquela que na questão da naturalidade de Fernão de Magalhães ganha em antiguidade uma vez que, provavelmente levados pela declaração de Fernando de Oliveira, os historiadores quinhentistas apontavam esta cidade como berço do navegador. No entanto, apesar de continuar a reunir o consenso de muitos investigadores, não se verifica, por parte do município ou dos habitantes, uma necessidade de afirmação enquanto berço de Fernão de Magalhães. Na realidade, à excepção de alguns topónimos e de uma ou outra referência em alguns estudos, nada reclama a naturalidade do navegador.



Fig. 6: Avenida Fernão de Magalhães, Porto.



Fig. 7: EB1 Fernão de Magalhães, Bonfim, Porto.

Sabrosa, como já referimos, foi referida pela primeira vez como possível berço do navegador em 1860 por Ferdinand Denis na *Nouvelle Biographie General*, tendo como base o testamento de 1504 (doc.1), e o de 1580 (doc.14), que se vieram a revelar falsos.

No testamento de 1504, não existe nenhuma afirmação directa de que o navegador era natural de Sabrosa, assentando esta ideia no facto de, no referido testamento, Fernão de Magalhães se referir ao «seu altar» na igreja dessa localidade.

Para além deste testamento, a hipótese de Sabrosa surge sustentada no testamento de Francisco da Silva Teles, suposto sobrinho-neto do navegador, realizado em 1580, e que, entre outras coisas, fala da forma como a sua família foi perseguida após a desnaturalização de Fernão de Magalhães, obrigando-o a fugir para o Brasil, e do brasão dos Magalhães da Casa da Pereira em Sabrosa que terá sido mandado picar por D. Manuel.

A partir da data em que estes documentos são dados a conhecer, Sabrosa foi inúmeras vezes referida em dicionários, enciclopédias e sobretudo em biografias romanceadas, o que levou os habitantes locais a construir toda uma memória colectiva apoiada não só na historiografia como também em lugares de memória entretanto «encontrados», sendo exemplos a Casa da Pereira, o brasão da mesma, que terá sido mandado picar por D. Manuel, e até mesmo um serviço de chã que terá pertencido ao navegador. A estes símbolos acrescem outros como a toponímia que é um dos instrumentos predilectos das localidades para homenagear personalidades locais, não sendo Fernão de Magalhães uma excepção que nesta localidade dá nome a uma avenida.

A rejeição dos estudos publicados acerca da apocri ficidade dos documentos que dão Sabrosa como terra natal de Fernão Magalhães toma várias formas, nomeadamente a contra-argumentação escrita. Em 1980, decorridos já cinquenta e nove anos desde a publicação da obra em que António Baião aponta para a falsidade dos documentos que sustentam Sabrosa como terra natal de Fernão Magalhães, Manuel Alcino de Freitas, professor no Liceu de Chaves e investigador curioso na área de história, publicou uma obra, já aqui mencionada, que obteve apoio camarário, com o audaz título *Fernão Magalhães nasceu em Sabrosa*. É no mínimo curiosa a posição deste autor na medida em que, sendo esta uma obra escrita em 1980, já havia conhecimento há várias décadas de alguns pormenores que refutam esta tese hipótese lançada por Ferdinand Denis e perseguida por Arana de Barros. No entanto, os argumentos que não permitiam qualquer contra-argumentação caem no esquecimento enquanto aqueles que permitem alguma refutabilidade, como é o caso da palavra «vecino» que havia já sido alvo de profundo debate e reflexão por parte de António Baião, Visconde de Lagoa e Queirós Veloso, são exaustivamente esmiuçados de forma a lançar dúvidas sobre a sua veracidade. Também esquecidas ficam muitas das incoerências dos testamentos que o autor considera verdadeiros, nomeadamente o facto de não existir nenhum tabelião com o nome do que assinou os documentos, de ser seguro que Fernão Magalhães tinha irmãos varões fazendo com que deixasse de fazer sentido deixar os seus bens a uma irmã, de ser por três vezes referido o termo Sua Majestade quando esta só começou a ser utilizada com D. Sebastião, entre outros aspectos que, em 1980, o autor já tinha conhecimento, ou deveria ter ao empreender este estudo.

Para além da obra atrás referida, cujo intuito é unicamente defender a naturalidade transmontana do navegador, outras obras apontam para o mesmo embora não exclusivamente com esse sentido, nomeadamente em várias obras alusivas àquela região

como é disso exemplo o *Dicionário dos mais Ilustres Trasmontanos e Alto Durienses*¹⁴³, coordenado por Barroso da Fonte, onde como o próprio título indica são feitas algumas notas biográficas sobre os ilustres daquela região, e onde o nome Fernão de Magalhães consta da extensa lista. No artigo referente ao navegador é feita a alusão ao problema da naturalidade mas também ao facto de, «por sorte e felicidade», existir um testamento feito em 1504 pelo próprio navegador no qual declara ser natural de Sabrosa, o que comprovaria assim a veracidade do assunto. Para além do testamento é também referido o *Dicionário de História de Portugal* de Joel Serrão onde o navegador é apontado como muito possivelmente transmontano. Mais uma vez é notória uma selecção intencional das obras a mencionar, porque se em vez de mencionar Joel Serrão, mencionassem Veríssimo Serrão, a naturalidade apontada seria minhota.

Em 2008, José Marques, autarca de Sabrosa, foi convidado pelo embaixador filipino em Espanha para participar nas comemorações do dia da Independência das Filipinas, ao que o autarca acedeu, referindo mais tarde que, quando apresentado ao público como presidente de Sabrosa, terra natal de Magalhães, foi aclamado por todos os presentes. Ainda em 2008, a vereadora da cultura Isabel Rodrigues de Freitas referiu a Gonçalo Cadilhe, aquando da sua pesquisa para o documentário *Nos passos de Magalhães*, sobre a intenção de abrir um museu Magalhães no espaço que seria da biblioteca municipal. Ao referir-se a um museu, a vereadora estaria certamente a referir-se a um projecto que já havia sido mencionado na imprensa local e que teria como finalidade a criação do *Centro Interpretativo Fernão de Magalhães*, dotado de um simulador para que os visitantes possam «sentir» uma viagem numa nau quinhentista, num projecto orçamentado em cerca de um milhão de euros.

Em 2008, o Ministério da Educação escolheu a suposta casa do navegador, naquela localidade transmontana para a apresentação do computador Magalhães¹⁴⁴, revelando não ter conhecimento da polémica em que está envolta esta questão. A apresentação do computador em Sabrosa levantou alguma polémica entre este município de Sabrosa e o município de Ponte da Barca cujo presidente, António Vassalo Abreu, em entrevista à agência de informação Lusa, lamentou que Sabrosa insista em reivindicar a origem do navegador, afirmando que «há muito que nenhum historiador minimamente sério sequer encara a hipótese dele ter lá nascido».

143 Esta obra encontra um equivalente em *Barquenses Ilustres* do Cónego Avelino Jesus da Costa onde o navegador também é mencionado.

144 Apresentado como o instrumento dos novos descobridores.

No dia 25 de Setembro de 2009, a câmara de Sabrosa deu mais um passo no sentido da preservação desta memória inaugurando uma estátua em bronze de Fernão de Magalhães. A inauguração da estátua inseriu-se no programa da comemoração do dia do Município na qual participou também uma comitiva das Filipinas, encabeçada pelos embaixadores daquele país em Espanha e em França. Também presente, o Secretário e Estado das Comunidades Portuguesas, António Braga, presidiu a uma sessão solene realizada após uma visita à «casa» do navegador, durante a qual destacou o encontro de culturas sempre presente na nossa história e do qual a armada de Magalhães é uma representação. A cerimónia terminou com a entrega de medalhas aos representantes dos municípios de onde eram originários os marinheiros da armada. Segundo a imprensa local o município continua assim a sua estratégia de promoção através das «suas» figuras ilustres. Esta obra é o início de um ciclo de actividades organizadas pelo município que culminará com a criação de uma exposição permanente sobre o navegador que está inserida no Projecto de Regeneração e Capacitação do Centro Histórico de Sabrosa, procurando assim aumentar a sua atractividade. No mesmo evento o autarca de Sabrosa terminou o seu discurso com a frase: «Vamos fazer história e a forma de a fazer é perpetuar a memória dos que nos antecederam»¹⁴⁵.

Por último, mostrando o carácter memorialista da câmara de Sabrosa e o quão Fernão de Magalhães é parte integrante da identidade local, no sítio oficial do município surge actualmente, em letras garrafais, no próprio logótipo, a afirmação *Sabrosa, Terra de Fernão Magalhães*.



Fig. 8: Representação de Fernão de Magalhães ainda criança. Encontra-se em frente aos Paços do Concelho de Sabrosa.

145 In *Notícias de Vila Real* 28/09/2009.



Fig. 9: Escultura de Fernão de Magalhães numa das principais entradas da vila de Sabrosa. Na placa de identificação pode ler-se o seguinte: «Em honra de Fernão de Magalhães, cujo nome ficou para sempre ligado ao oceano a que ele chamou Pacífico. Grande navegador de Sabrosa, responsável pela primeira Viagem de Circum-navegação, abriu as portas à descoberta da esfericidade do Mundo.»



Fig.10: Casa da Pereira, Sabrosa, onde a tradição local afirma ter nascido Fernão de Magalhães.



Fig. 11: Na parede frontal da Casa a Pereira encontra-se esta placa identificando-a como o local de nascimento de Fernão de Magalhães.



Fig. 12: No largo ao lado da Casa da Pereira encontra-se esta lápide onde se pode ler o seguinte: «A Embaixada do Chile, a Câmara Municipal de Sabrosa. Homenagem da República do Chile ao ilustre navegante português Fernão de Magalhães, primeiro ocidental que pisou terras chilenas.»



Fig. 13: Placa toponímica em Sabrosa.



Fig.14: Indicação para a «casa» de Fernão de Magalhães, Sabrosa.

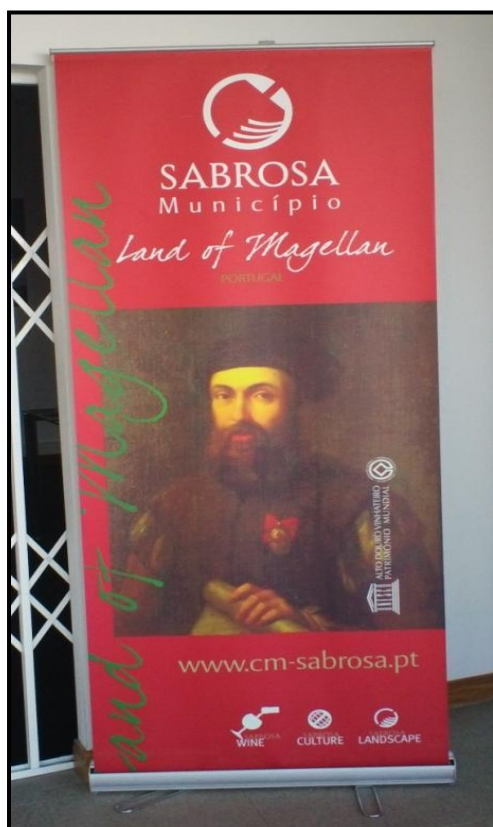


Fig.15: Cartaz presente no posto de turismo de Sabrosa e na fachada dos Paços do Concelho. Nele pode ler-se Sabrosa, Land of Magellan.

Ponte da Barca, defendida como terra natal de Fernão de Magalhães por historiadores como António Baião, Queirós Veloso e Avelino Jesus da Costa, encontra as suas bases fundamentais no processo instaurado por Lourenço de Magalhães (doc.13), na carta de D. Carlos V (doc.5) ao rei de Portugal a interceder por dois Magalhães desta zona por serem familiares de um servidor do Rei espanhol, e no facto desta localidade ser berço da família Magalhães.

Os dois documentos foram encontrados no Arquivo de Sevilha por Toribio Medina que os incluiu, a carta na íntegra e parte do processo de Lourenço de Magalhães, na *Colecção de Documentos Inéditos para a História do Chile 1518-1818*. Foi através da obra de Medina que António Baião, que viria a publicar este documento na íntegra, tomou conhecimento do processo de Lourenço de Magalhães, resolvendo pedir cópia da totalidade do documento a Sevilha. Este último documento reúne testemunhos recolhidos em Ponte da Barca, Ponte de Lima e Braga, que visam provar o parentesco entre Lourenço de Magalhães e o navegador. Apesar de no documento não haver menção directa ao local de nascimento do navegador, António Baião considera que o facto de os testemunhos serem recolhidos nestas localidades minhotas, e o facto de estas revelarem conhecer Fernão de Magalhães e o seu pai Rui de Magalhães, é

indicador da probabilidade do seu nascimento no Minho. Dos testemunhos recolhidos aquele que mereceu mais atenção por parte do investigador foi o de Manuel de Magalhães e Meneses, Senhor da Barca, na altura com 75 anos.

Ao analisarmos o arquivo da imprensa local, nomeadamente o jornal quinzenal *O Povo da Barca* e o semanário *Notícias da Barca*, vemos que Fernão de Magalhães é um assunto recente, embora encontremos algumas referências esporádicas ao navegador ao longo do tempo, feitas sobretudo por barquenses inseridos no meio académico.

Em Agosto de 1980 no *Notícias da Barca* surge um artigo sobre o navegador, escrito pela equipa do jornal com base no livro *Minho – Dossel de Portugal* de Armindo de Faria, onde, num elogio ao Minho, o autor ressalta a imagem de figuras ilustres dele naturais, entre as quais Fernão de Magalhães. O artigo refere Sabrosa e Porto como locais que reclamam para si a naturalidade do navegador mas ressalva que é do conhecimento geral que a família do navegador era do Minho e que estava provado que o próprio Fernão de Magalhães tinha ligações às vilas de Ponte de Lima, onde terá vivido algum tempo, a Ponte da Barca, onde terá nascido, e Arcos de Valdevez, onde tinha dado início a uma obra religiosa. O artigo não menciona que tipo de obra religiosa era esta iniciada por Fernão de Magalhães em Arcos de Valdevez e durante a pesquisa não encontramos outras referências a este assunto, todavia poderá ser útil para clarificação desta questão uma investigação mais aprofundada sobre as obras religiosas iniciadas no século XVI em Arcos de Valdez e quais os seus mecenas.

A 19 de Janeiro de 1992 é enviada, por um leitor, para o jornal *O Povo da Barca* uma carta dirigida ao Presidente da Câmara e ao Cónego Avelino Jesus da Costa, questionando-os sobre a naturalidade barquense de Fernão de Magalhães, sobre os documentos em que se baseia tal afirmação e, caso seja mesmo verdade, porque é que não é realizada nenhum tipo de celebração cultural em homenagem ao navegador. A resposta surge a 2 de Fevereiro do mesmo ano pela mão do presidente da câmara local da altura, Gastão Guimarães. Em relação aos documentos em que assentam a naturalidade barquense do famoso navegador, o autarca aponta dois documentos apresentados já anteriormente como prova pelo também barquense Cónego Avelino Jesus da Costa, designadamente o requerimento de Lourenço de Magalhães e uma carta de Carlos V ao rei de Portugal intercedendo pelos filhos do senhor das Terras da Nóbrega por serem parentes de um seu servidor, adiantando que se estes documentos não são prova irrefutável são contudo indicadores muito prováveis. No que concerne às celebrações de índole cultural, o autarca indica algumas actividades desenvolvidas pelo

município em prol da divulgação da história local, nomeadamente: um projecto com o mesmo nome promovido junto das escolas primárias do concelho; a realização anual do Cortejo Histórico e Etnográfico onde a figura do navegador é sempre representada; a possível atribuição do nome de Fernão de Magalhães a uma rua, praça ou escola; e, finalmente, um contacto realizado pela cidade de Lapu Lapu City visando uma possível geminação daquela cidade filipina com Ponte da Barca, facto que não se chegou a concretizar.

Em 2001 o nome do navegador volta à ordem do dia e é atribuído o topónimo *Fernão de Magalhães* a uma das principais avenidas de entrada na vila. Contudo, na acta camarária a que tivemos acesso esta escolha não é justificada pelo facto do navegador ter nascido em Ponte da Barca mas sim por pertencer à família dos Magalhães, originários daquele concelho.

Em 2008, a questão começa a ganhar outros contornos e a ser alvo de maior interesse por parte do poder instituído. Em Março desse ano teve lugar a conferência *A Naturalidade de Fernão de Magalhães - Das dúvidas às convicções*, tendo contado com a presença de três investigadores, nomeadamente José Manuel Garcia, Amândio de Barros, João Carlos Garcia. Como o próprio nome indica, o objectivo deste evento era provar que Fernão de Magalhães nasceu em Ponte da Barca, objectivo este que não foi totalmente concretizado para descontentamento de muitos barquenses. Apesar de nada ter ficado provado, esta conferência marcou o início de um novo ciclo em que há uma maior divulgação e interesse pela figura do navegador enquanto barquense, e um ressurgimento do tema nas páginas dos jornais, locais e nacionais. No *Jornal de Notícias* de dia 2 de Maio é publicado um artigo cujo título é «Concelho de Ponte da Barca reclama berço de Fernão de Magalhães». Tendo entrevistado o autarca barquense, Vassalo Abreu, o jornalista vai pondo o leitor a par da situação e da reivindicação por outras localidades do mesmo berço. Faz também referência a Joaquim Veríssimo Serrão, que entrevistou no âmbito do artigo, para quem Fernão de Magalhães nasceu nas Terras da Nóbrega, aludindo a um trabalho de Cristóvão Aires sobre este assunto. Outro entrevistado é José Marques, presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, para quem não resta a menor dúvida que Magalhães lá nasceu. O autarca da localidade transmontana refere ainda que cabe a Ponte da Barca provar que Fernão de Magalhães era minhoto e não transmontano e que em Sabrosa está a casa onde o navegador terá nascido, estando devidamente identificada com uma placa de homenagem da Embaixada do Chile.

Em 2009, o tema volta a ser alvo da atenção da imprensa na sequência do lançamento do já referido livro *A naturalidade de Fernão de Magalhães revisitada* de Amândio Barros, onde o historiador coloca em confronto as teses que apontam para as três localidades mais apontadas, designadamente Porto, Sabrosa e Ponte da Barca, concluindo depois que Fernão de Magalhães terá nascido em Ponte da Barca e considerando esta questão «resolvida». Este livro surge no âmbito da conferência atrás mencionada, na qual o próprio Amândio de Barros afirmou que a investigação para este livro teria surgido a pedido da Câmara de Sabrosa, mas, segundo o próprio, à luz da investigação tornou-se evidente que Sabrosa não é a terra natal do navegador. No dia 8 de Junho, o *Jornal de Notícias* faz uma longa entrevista com Amândio de Barros, com o intuito de «desfazer de vez os mitos que ainda poderiam subsistir em redor do navegador», onde o investigador tece algumas considerações sobre a prevalência do mito face à realidade e à investigação histórica, sobre os seus projectos e sobre a sua pesquisa para este livro.

Também os mais jovens têm sido alvo de atenção na divulgação da naturalidade barquense de Fernão de Magalhães, tendo já sido lançados dois livros em que essa mensagem é clara. O primeiro, de Teresa Saavedra, tem por título *Magalhães e a primeira viagem à volta da Terra*, começa por relatar o nascimento do navegador nas Terras da Nóbrega. O segundo, *A História de Ponte da Barca em Banda Desenhada*, lançado em Dezembro de 2009, conta a história de João a quem a história da vila é contada por algumas figuras ligadas à terra, entre as quais, Fernão de Magalhães e Diogo Bernardes.

A atribuição do nome do navegador a ruas, praças ou edifícios tem vindo a assumir uma importância crescente. Para além de dar nome a um avenida desde 2001, em 2009 um construtor escolhe também o mesmo nome para um edifício, em 2010 é criado por uma pastelaria local o bolo Magalhães que tem o formato de uma caravela, e actualmente estão em construção a Praça e o Museu Fernão de Magalhães.



Fig. 16 – Placa toponimica da freguesia de Paço Vedro Magalhães, Ponte da Barca, berço da família Magalhães.



Fig. 17: Avenida Fernão de Magalhães, Ponte da Barca.



Fig.18: Praça Fernão de Magalhães, Ponte da Barca (ainda em fase de conclusão).



Fig.19: Edifício na zona histórica da vila de Ponte da Barca onde abrirá portas o Museu Fernão de Magalhães.



Fig. 20: Bolo Magalhães, criado por uma pastelaria de Ponte da Barca em homenagem ao navegador.

A cidade de **Gaia**, embora interligada com a hipótese do Porto, devido à proximidade entre ambas as localidades, ganhou um plano de destaque face aos documentos referidos por Fredo Aria de la Canal¹⁴⁶ em 2004, publicados em 2009 em Espanha por Juan Gil¹⁴⁷ e apresentados na Sociedade de Geografia de Lisboa pelos irmãos Mattos e Silva. Trata-se de documentos relativos a uma doação de Fernão de Magalhães a sua irmã Isabel de Magalhães (docs. 6 e 7) em que é mencionado o pai do navegador, Rui de Magalhães, e a posses naquela cidade. Esta localidade passa assim a integrar o leque de possíveis berços do descobridor do estreito, e assemelha-se como a mais provável, indo de encontro ao defendido pelos autores que referem a cidade do Porto e dando mais sentido à palavra «vecino», tantas vezes alvo de controvérsia, mas que, finalmente, parece ter o significado mais óbvio que é o de Magalhães ser vizinho do Porto porque era morador (ou natural) de Gaia.



Fig.21: «Quinta do Moravedi, Gaia. Terá sido a quinta, cujo emprazamento Fernão de Magalhães herdou de seus pais e que depois legou a sua irmã Isabel de Magalhães»

146 Fredo ARIAS DE LA CANAL, “Magallanes”, ob. cit., pp. 31-41.

147 JUAN GIL, *El Exilio Portugués en Sevilla ...*, ob. cit., pp. 271-272.

CONCLUSÃO

O término da investigação permite-nos retirar conclusões em duas perspectivas diferentes. Por um lado em relação à naturalidade de Fernão de Magalhães, por outro em relação aos aproveitamentos locais da sua memória.

Apesar de no início do nosso percurso pairarem muitas dúvidas em relação à genealogia do navegador, são hoje conhecidos documentos que esclarecem definitivamente este aspecto da sua história. O navegador era descendente dos Magalhães, originários de Ponte da Barca, e usava as armas destes e dos Sousa. Era filho de Rui de Magalhães, filho de Pedro Afonso de Magalhães, e de Alda Mesquita, e irmão de Duarte de Sousa, Diogo de Magalhães e Isabel de Magalhães. Tinha um primo chamado Álvaro Mesquita, um sobrinho chamado Martim Mesquita e era detentor de terras na actual Vila Nova de Gaia. Os documentos relativos à doação que o navegador fez à sua irmã Isabel de Magalhães vieram colocar um ponto final na questão da filiação do navegador e confirmar aquilo que era referido na petição de Lourenço de Magalhães, que finalmente se confirma seu sobrinho-neto.

Relativamente ao ramo dos Sousa a que pertenceria, tendo em conta o incidente decorrido em Sevilha, que nos leva a crer que o brasão continha as armas do rei de Portugal, e ao processo que Beatriz do Prado de Magalhães interpôs para se habilitar aos bens do navegador como sua legítima herdeira, cremos que seja possível Fernão de Magalhães pertencer à família dos Magalhães e Sousa do Prado, ditos Chichorro. Esta é, no entanto, uma observação pessoal, uma vez que não é conhecido o processo de Beatriz do Prado de Magalhães, não invalidando assim a hipótese de pertencer aos Sousas de Arronches, conforme suspeita José Manuel Garcia.

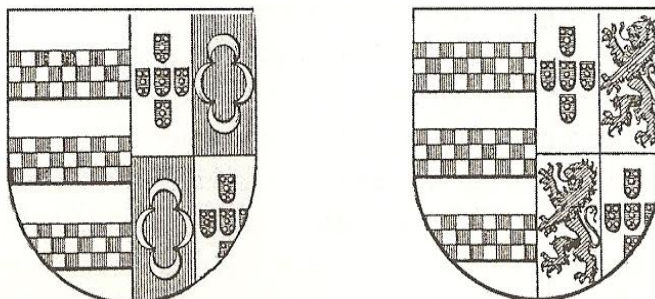


Fig.22: Dois exemplos de armas usadas pelos Magalhães e Sousa (à esquerda dos Magalhães e Sousa, ditos de Arronches, e, à direita dos Magalhães e Sousa do Prado, ditos Chichorro. Imagens retiradas de *Le Voyage de Magellan (1519-1521): la Relation d'Antonio Pigafetta es les Autre Témoignages*, edição de Xavier de Castro e Jocelyne Hamon, vol.1, p. 308.

Se em relação aos seus laços familiares os factos são agora mais nítidos, o mesmo não acontece em relação ao seu local de nascimento, uma vez que, embora se saiba possuidor de terras em Gaia, isso não prova que ele aí tenha nascido. Há no entanto algumas peças que se unem e que fazem mais sentido. No livro já aqui citado de Amândio de Barros, *A naturalidade de Fernão de Magalhães Revisitada*, é mencionado o «lugar de Rui de Magalhães» em Gaia, o que só por si não constituía grande prova. No entanto sabe-se agora que o Rui referido no documento consultado pelo historiador era, de facto, o pai do navegador e, como tal, ao referirem-se ao «lugar de Rui de Magalhães» estariam a indicar o local onde este residia ou detinha algumas propriedades. O esclarecimento do conceito de «vizinho», que no discurso historiográfico é passível, como vimos, de interpretações diversas, pode constituir parte da chave para a resolução da questão. Acerca deste termo, ao consultarmos os documentos da época¹⁴⁸, deparamo-nos frequentemente com referências à naturalidade dos indivíduos, não sendo estes mencionados como vizinhos de determinado lugar quando o que se quer dizer é a sua naturalidade. Nas relações de pagamentos aos homens da armada de Magalhães, encontramos referência ao local de nascimento dos indivíduos e, separadamente, ao lugar onde mora, por exemplo: «Miguel Veneciano, marinero, natural de Bresa, hijo de Francisco de Arguyeto é Maria, vecinos de Bresa...»¹⁴⁹, podendo-se assumir que o primeiro termo se refere ao local de nascimento e o segundo à morada, não podendo este último significar «natural de» porque de outra forma não seria necessário utilizar o primeiro termo.

Apesar desta análise, a questão que se continua a impor é: Seria Rui de Magalhães unicamente detentor de bens em Gaia, ou seria aí morador? Se se provar que ele era ali morador, as hipóteses de Fernão de Magalhães ali ter nascido aumentam consideravelmente.

No entanto, os documentos de doação a Isabel de Magalhães recentemente dados a conhecer vêm validar as informações constantes no tantas vezes questionado processo de Lourenço de Magalhães. Este reuniu, como já vimos, testemunhos de Braga, Ponte da Barca e Ponte de Lima, o que vem a provar uma ligação próxima entre os Magalhães do Alto Minho e o navegador. Se este, ou o seu pai, não tivesse aí origem, os

148 José Toribio MEDINA publicou em 1920 *El Descubrimiento del Oceano Pacifico: Hernando de Magallanes e sus compañeros – Documentos*, onde reúne vários documentos inéditos muito úteis para esclarecer esta questão, como é o caso da relação dos pagamentos aos vários membros da tripulação, onde consta a naturalidade de cada um deles.

149 *Ibidem* p. 74.

testemunhos seriam com certeza recolhidos noutras localidades. Acreditamos que a probabilidade de o pai de Fernão de Magalhães ser originário do Minho é significativa.

Relativamente a certezas em relação ao local de nascimento do navegador, este capítulo não se encerra aqui. Poderá ser profícua uma investigação em torno de documentos relativos à Ordem de Santiago da Espada, uma vez que Fernão de Magalhães, nos documentos espanhóis, é constantemente mencionado como Cavaleiro da Ordem de Santiago. Sabemos que o seu sogro, Diogo Barbosa, era Comendador da Ordem, que por sua vez servia D. Jorge de Lencastre que era Mestre da Ordem, e que Fernão de Magalhães foi ordenado cavaleiro desta ordem quando já estava Espanha.

No plano da memória, observamos formas muito idênticas de apropriação mas reacções distintas por parte das populações envolvidas. Em qualquer dos casos a construção das memórias locais parte, neste caso, do discurso historiográfico. A memória colectiva acerca do navegador é inexistente sem os discursos historiográficos que se construíram em torno da vida de Fernão de Magalhães.

A identificação e edificação de lugares de memória são, claramente, as formas encontradas pelas autarquias para reclamar a naturalidade de Fernão de Magalhães. No entanto, nem todas as localidades mais envolvidas na problemática da naturalidade de Fernão de Magalhães, a saber Porto, Sabrosa e Ponte da Barca, vivem com a mesma intensidade esta questão. Na realidade, o primeiro aspecto que nos chamou a atenção foi o facto da cidade do Porto, que reúne fortes probabilidades de ser o berço de Fernão de Magalhães, não dar particular atenção a esta questão, sendo o património construído em torno desta figura, diminuto. Esta situação, apesar de poder encontrar várias explicações, remete-nos para a ideia de que são os meios mais pequenos e desprovidos de grandes atractivos, que mais procuram na história figuras ou acontecimentos capazes de os evidenciar perante os outros, para poder com isso não só obter lucros advindos do desenvolvimento do turismo que a situação possa gerar, mas também criar um sentimento de honra por pertencer ao mesmo local a que um dia pertenceu determinado «herói».

No que toca à vila de Ponte da Barca, apesar de a imagem de Fernão de Magalhães estar presente de forma esporádica em alguns artigos de opinião publicados no jornal centenário *O Povo da Barca* ao longo do século XX, só desde os seus finais é que assistimos a um aumento significativo das práticas memorialistas que se traduziram não só num incremento do número de publicações na imprensa como também na

organização de actividades que visavam o reconhecimento de Fernão de Magalhães como barquense.

Em 2005, o recém-nomeado executivo camarário PS tomou uma opção clara pelo desenvolvimento do turismo naquela área e, nesse sentido, têm sido tomadas várias medidas de forma a divulgar o nome de Ponte da Barca, nomeadamente a realização de conferências destinadas a um público vasto e com temas polémicos, como a questão da cultura celta no noroeste peninsular e a questão da naturalidade de Fernão de Magalhães.

A ligação de Fernão de Magalhães à vila de Ponte da Barca, directa ou indirecta, é inegável. Não por haver certeza em relação ao seu nascimento naquela localidade, mas porque é ali que surge o tronco da família Magalhães, estando o nome ligado à antiga Torre existente na freguesia de Paço Vedro de Magalhães. O primeiro a incluir a torre no seu nome terá sido Afonso Rodrigues de Magalhães que em 1312 era seu senhor e ali vivia, vindo a casar com D. Alda Martins de Castelões com quem garantiu a sua descendência, entre a qual Fernão de Magalhães.

Ao contrário de Sabrosa, a população de Ponte da Barca, quando questionada, mostra-se ainda um pouco insegura em relação à naturalidade barquense do navegador, deixando assim transparecer o carácter recente desta «memória em construção».

Sabrosa, que no momento não reúne qualquer documentação que sustente a naturalidade transmontana do navegador, prossegue com os projectos relacionados com a memória deste. José Manuel Sobral refere que «na memória, há não só aquilo que se esquece, mas mesmo falsas memórias, produzidas, por exemplo, por sugestões repetidas»¹⁵⁰, uma afirmação que deixa transparecer o caminho escolhido pelo poder instituído. Esta ideia ganha força quando sustentada pelo poder central que em 2008 escolheu a suposta casa do navegador, naquela localidade transmontana, para a apresentação do computador Magalhães¹⁵¹, revelando não ter conhecimento da polémica em que está envolta esta questão, ou tendo tomado uma opção consciente pela localidade mais referida na literatura internacional, podendo tratar-se, neste caso, de uma questão de marketing. Esta situação remete-nos para outra questão: qual o papel do Estado na perpetuação de lendas, mitos e memórias construídas? Tendo em conta o próprio slogan de apresentação do dito computador que refere que «O conhecimento é

150 José Manuel SOBRAL, “Memória Social e Identidade. Experiências Individuais, Experiências Colectivas”, in *A História: Entre Memória e Invenção*, Coord. Pedro Cardim, Mem-Martins, Europa-América, 1998, p.40.

151 Apresentado como o instrumento dos novos descobridores.

uma aventura para todos», a escolha de Sabrosa é, no mínimo, estranha uma vez que, entre as possíveis localidades, foi escolhida aquela que não tem actualmente qualquer credibilidade.

As vantagens económicas advindas do turismo e o orgulho de pertencer à mesma terra de alguém que marcou a história serão os motivos que levam os habitantes locais a ignorarem a polémica, optando por continuar a agir como se Magalhães tivesse incontestavelmente nascido lá, invalidando assim todos os estudos publicados desde 1921 e que refutam essa tese. O número de turistas naquela zona fica sobretudo a dever-se ao navegador, sendo estes recebidos de braços abertos por uma comunidade que, de forma segura, vai indicando os lugares que acreditam ter marcado a infância do navegador.

Sabrosa é um claro exemplo de como um erro da historiografia pode servir para construir toda uma memória e identidade local, onde os espaços vazios entre o património existente pertencente a Teresa de Magalhães e o que a história contou foram preenchidos com imagens construídas. Já referia Le Goff que entre a memória colectiva e a verdade histórica existe por vezes um grande espaço.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes para o estudo de Fernão Magalhães¹⁵²

ÁGUAS, Neves, *Fernão de Magalhães: a primeira viagem à volta do mundo contada pelos que nela participaram*, Lisboa, Europa-América, 1990.

ALVES, Francisco Manuel, «O grande navegador Fernão de Magalhães», in *Instituto*, vol. 68, nº 2.

ARGENSOLA, Léon, *Conquista de las islas Malucas*, Madrid, Alonso Martin, 1609.

BAIÃO, António, «A questão da naturalidade de Fernão de Magalhães: Transmontano não, minhoto», in Sep. *História e Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

BAIÃO, António, «Fernão de Magalhães – Dados inéditos para a sua biografia», in *Archivo Historico Portuguez*, Vol.III, nº 7/8, Lisboa, Agosto de 1905.

BAIÃO, António, «Fernão de Magalhães e a primeira circumnavegação ao globo», in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. II, nº 9, Setembro de 1904.

BARROS, João de, *Ásia, 4 décadas*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988-2001.

CAMÕES, Luís, *Os Lusíadas*, Porto, Lello & Irmão, 1980.

CASTRO, Xavier; HAMON, Jocelyne; Thomaz, Luís Filipe, *Le Voyage de Magellan (1519-1522) – La relation d’Antonio Pigafetta et autres témoignages*, Paris, Chandeigne, 2007.

Corpus Documental del Tratado de Tordesilhas, coordenadores Luís Adão da Fonseca e ASECIO, Ruiz, Valladolid, Sociedade do V Centenario del Tratado de Tordesilhas, 1995.

CORREIA, Gaspar, *Crónicas de D. Manuel e D. João III (até 1533)*, edição de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992.

CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, edição de M. Lopes de Almeida, 4 volumes, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975.

Ementa da Carreira da Índia, Séculos XVI e XVII, Manuscrito do século XVII, Biblioteca Central da Marinha, Proposta de Leitura, Introdução, Notas e Organização

¹⁵² Neste elenco, são citadas outras fontes ou instrumentos de consulta utilizados no âmbito deste trabalho.

dos Anexos por Carlos Alberto Encarnação Gomes, Comissão Cultural da Marinha, Edições Culturais da Marinha, 2010.

FARIA E SOUSA, Manuel, *Ásia Portuguesa*, Tomo I, Lisboa, Oficina de Henrique Valente Oliveira, 1666.

FERNANDEZ DE NAVARRETE, Martin, *Colección de los viages i descubrimientos que hecieron por mar los españoles desde fines del siglo XV, con varios documentos inéditos concernientes á la historia de la marina castellana y de los establecimientos españoles en Índias*, Vol. IV, Madrid, Imprensa Nacional, 1837.

GARCIA, José Manuel, *As Viagens de Fernão de Magalhães e os Portugueses*, Lisboa, Editorial Presença, 2007.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992, 12 vols.

GIL, Juan, *El Exilio Portugués en Sevilla - De los Braganza a Magallanes*, Sevilha, Fundación Cajasol, 2009.

HERRERA, António, *Historia general de los hechos de los Castellanos en las islas i tierra firme del mar océano*, Vol.4, Madrid, Impr. Real, 1601-1615.

LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. 8, Livraria e Editora Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1878.

MACHADO, Diogo Barbosa, *Biblioteca Lusitana*, Lisboa, 1741.

MEDINA, José Toribio, *Hernando de Magallanes y sus compañeros: El Descubrimiento del Océano Pacífico*, Santiago do Chile, Imprensa Universitaria, 1920.

MEDINA, Toribio Medina, *Documentos Inéditos para a História do Chile, desde el viaje Magallanes hasta la batalla de Maipo 1518-1818*, Santiago do Chile, Imprenta Ercilla, 1888.

MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (Nobiliário das Famílias de Portugal)*, Porto, Livraria Fernandes Machado, 1943-1948, 6 tomos.

SAMPAIO, Bruno, *Portuenses Ilustres*, Porto, Magalhães & Moniz, 1907.

SAN ROMAN, António de, *História General de la Yndia Oriental - Los Descubrimientos, y Conquistas, que han hecho las Armas de Portugal, en el Brasil, y en Otras partes de Africa, y de la Asia, y de la Dilatacion del Santo Euangelio por aquellas grandes Prouicias, desde sus principios hasta el Año de 1557*, Lib. II, Valladolid, Luís Sanchez, 1603.

VALIERE, Pierre, *Le Voyage de Magellan raconté par un homme qui fut en sa compagnie*, Paris, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.

Estudos sobre Fernão Magalhães¹⁵³

ALBUQUERQUE, Luís, *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses, séculos XV e XVI*, Volume 2, Lisboa, Circulo de Leitores, 1987.

ALVES, Francisco Manuel, «O grande navegador Fernão de Magalhães», in *Instituto*, vol. 68, nº 2.

ARIAS DE LA CANAL, Fredo, «Magallanes», in *Norte – Revista Hispano-Americana*, Nº 441/442 Set/Dez, 2004.

AUBIN, Jean, «Études magellaniennes», in *Le Latin et l’Astrolabe*, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian/ Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, pp. 579-585.

BAIÃO, António, «A questão da naturalidade de Fernão de Magalhães: Transmontano não, minhoto», in Sep. *História e Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

BAIÃO, António, «Fernão de Magalhães – Dados inéditos para a sua biografia», in *Archivo Historico Portuguez*, Vol.III, nº 7/8, Lisboa, Agosto de 1905.

BAIÃO, António, «Fernão de Magalhães e a primeira circumnavegação ao globo», in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. II, nº 9, Setembro de 1904.

BAIÃO, António, *Fernão de Magalhães: O problema da sua naturalidade rectificado e esclarecido*, Lisboa, Imprensa da Universidade, 1921.

BARRAULT, Jean-Michel, *Fernão de Magalhães: a terra é redonda*, Lisboa, Terramar, 1998.

BARROS ARANA, Diego de, *Vida e Viagens de Fernão de Magalhães*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciencias, 1881.

BARROS, Amândio de, *A Naturalidade de Fernão de Magalhães Revisitada*, Porto, Edições Afrontamento, 2009.

BAYLE, Constantino, *Magallanes*, Madrid, Razón y Fe, 1921.

BERGREEN, Lawrence, *Magalhães, Para Lá do Fim do Mundo*, Bertrand, 2005.

CADILHE, Gonçalo, *Nos Passos de Fernão de Magalhães*, Lisboa, Oficina do Livro, 2008.

CASTRO, Xavier ; HAMON, Jocelyne ; Thomaz, Luís Filipe, *Le Voyage de Magellan (1519-1522) – La relation d’Antonio Pigafetta et autres témoignages*, Paris, Chandeigne, 2007.

¹⁵³ Neste elenco, são citadas outras referências bibliográficas, relativas a outros contextos e figuras, utilizadas no âmbito deste trabalho.

CORAZZI, David, *Fernão de Magalhães: livro de leitura para famílias e escolas*, Lisboa, Edições David Corazzi, 1884.

COSTA, Avelino Jesus da, *Subsídios para o Estudo da História da Terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*, Ponte da Barca, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998.

CRONAU, Rodolfo, *América : Historia de su descubrimiento, Desde Los Tiempos Primitivos Hasta Los Mas Modernos*, vol. II, Barcelona, Montaner y Simón, 1892.

DENIS, Ferdinand, « Fernand de Magellan », in *Nouvelle Biographie Général*, coord. M. D´Hoefler, Tomo 32, Paris, MM Firmin Didot Frères, 1860.

DOMINGUES, Francisco Contente, *Grandes Viagens Marítimas*, vol.1, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

DOMINGUES, José Mário, *Fernão de Magalhães*, Porto, Civilização, 1959.

DORNELLAS, Afonso, *Fernão de Magalhães navegador português ao serviço da Hespanha: elementos de estudo*, Lisboa, [s.n.], 1930.

FARIA, Francisco Leite, *Primeiras relações impressas sobre a viagem de Fernão de Magalhães*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1975.

FREITAS, Manuel Alcino Martins de, *Fernão de Magalhães: nasceu em Sabrosa, Distrito de Vila Real, Província de Trás-os-Montes*, MAMF, 1980.

GARCIA, José Manuel, *As Viagens de Fernão de Magalhães e os Portugueses*, Lisboa, Editorial Presença, 2007.

GIL, Juan, *El Exilio Portugués en Sevilla - De los Braganza a Magallanes*, Sevilha, Fundación Cajasol, 2009.

GUILLEMARD, F.H.H, *The life of Ferdinand Magellan and the first circumnavigation of the Globe*, London, George Philip, 1890.

HILDEBRAND, Arthur Sturges, *Magellan: a general account of the life and times and remarkable adventures of Ferdinan Magellan*, London, Jonathan Cape, 1925.

HONOLKA, Kurt, *A Odisseia de Fernão de Magalhães*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1968.

JOYNER, Tim, *Magellan*, Internacional Marine, Mcgraw-Hill, Camden, 1992.

LAGOA, Visconde de, *Fernão de Magalhães: a sua vida e a sua viagem*, Lisboa, Seara Nova, 1938.

LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. 8, Livraria e Editora Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1878.

LIMA, Pedro M. de Almeida, *A viagem de Fernão de Magalhães sob o ponto de vista nacional*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1921.

MACHADO, Júlio César, *Fernão de Magalhães: viagem de circum-navegação*, Lisboa, 1955.

MATTOS, Silva José; MATTOS, Silva António, *Casos da História*, Lisboa, Edição dos Autores, 2010.

MAUFFRET, Yvon, *Fernão de Magalhães: cavaleiro português, capitão de Sua Majestade o Rei de Espanha, que quis dar a volta ao mundo*, Porto, Asa, 1994.

MENEZES, J. de Azevedo, “Fernão de Magalhães”, in *O Instituto*, n.º 68, 1921.

METZNER, Leone, *Fernão de Magalhães não traiu*, Lisboa, Amigos do Livro, 1975.

MICHAUD, Louis-Gabriel, MICHAUD, Joseph-François, *Biographie universelle ancienne et moderne*, Tomo 26, Bad Feilnbach, Schmidt, 1998.

MILANI, Mino, *Fernão de Magalhães: a primeira volta ao mundo*, Lisboa, Dom Quixote, 1981.

MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (Nobiliário das Famílias de Portugal)*, Porto, Livraria Fernandes Machado, 1943-1948, 6 tomos.

MÜLLER, Adolfo Simões, *A primeira volta ao mundo: Fernão de Magalhães e as viagens de circum-navegação*, Porto, Livr. Martins, 1971.

NORONHA, José Manuel, “Algumas Observações sobre a Naturalidade e a Família de Fernão de Magalhães”, in *O Instituto*, n.º 68, 1921.

NOVO Y COLSON, Pedro, *Magallanes y Elcáno*, Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1892.

PEILLARD, Léonce, *Fernão de Magalhães e a primeira volta ao mundo da «Victoria»*, Lisboa, Bertrand Editora, 1965.

PERES, Damião, *Fernão de Magalhães e o problema da comunicação do Atlântico com o Pacífico*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1972.

SALVADOR DE MADARIAGA, *Vida del muy magnífico señor don Cristóbal Colón*, Espasa, Calpe, 1975.

SAMPAIO, Bruno, *Portuenses Ilustres*, Porto, Magalhães & Moniz, 1907.

SANTOS, José Emilio, *Fernão de Magalhães Fidalgo da Casa Real Portuguesa 1480-152, e a Volta ao Mundo, 1519-1522: Compilação de vários autores*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1930.

SANTOS, Nuno Valdez dos, “Fernão de Magalhães – Algumas facetas da sua vida”, in *O Instituto* n.º 68, 1921.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*, 3 vols., Lisboa, Verbo, 1972-1974.

SILVA, Joaquim Candeias da, *O Fundador do Estado Português na Índia, D. Francisco de Almeida*, Lisboa, J. Silva, 1991.

SILVA, José Matos e Silva, António Matos, *Casos da História*, Lisboa, Centro Nacional da Cultura, 2010.

VABO, Luís Pimentel de, «Fernão de Magalhães – Análise Crítica e Aditamentos ao Livro do Dr. Queiroz Veloso», in *A Voz*, Lisboa, A. M. Pereira e Tip. de Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1941.

VALIERE, Pierre, *Le Voyage de Magellan raconté par un homme qui fut en sa compagnie*, Paris, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.

VELOSO, Queirós, *A naturalidade de Fernão de Magalhães: certezas e conjecturas*, Rio de Janeiro, Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1936.

VELOSO, Queirós, *Fernão de Magalhães: a vida e a viagem*, Lisboa, Edições Ocidente, 1941.

VILLAS-BOAS, Manuel, *Os Magalhães*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

VITERBO, Sousa, *Trabalhos náuticos dos portugueses, séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

ZWEIG, Stefan, *Magalhães: O Homem e o Seu Feito*, Lisboa, Assírio e Alvim, 2007.

Estudos sobre a relação entre a História e a Memória

BUESCU, Ana Isabel, «Vínculos da Memória», in *Portugal: Mitos Revisitados*, coord. Yvette Kace Centeno, Lisboa 1993.

CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001.

CONNERTON, Paul, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993.

FENTRESS, J. e C. WICKHAM, *Memória Social*, Lisboa, Teorema, 1992.

FERRO, Marc, *Comment on raconte l’histoire aux enfants à travers le monde entiers*, Paris, Payot, 1981 (Trad. port.: *Falsificações da História*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1994).

HALBWACHS, M., *La Mémoire Collective*, Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

HALBWACHS, M., *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin-Michel, 1994.

HOBSBAWM, E. e T. RANGER, *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

JOÃO, Maria Isabel, «Memória e comemoração», *História Revista*, UFG, 8 (1/2), 2003, pp. 57-88.

JOÃO, Maria Isabel, «Memória, História e Educação», *Noroeste - revista de história*, Braga, 2005 N.1, pp. 81-100.

JOÃO, Maria Isabel, «Public memory and power in Portugal (1880-1960)», *Portuguese Studies*, 2002.

JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

LE GOFF, J., *História e Memória*, Lisboa, Edições 70, 2000.

LEROI-GOURHAN, A., *O gesto e a palavra*, Lisboa, Edições 70, 2002.

MARTINS, Rui Cunha, «A arena da História ou labirinto do Estado? Delimitações intermunicipais e memórias concorrenciais nos inícios do século XIX», *Cadernos do Noroeste* 15 (1-2), História 1, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 2001, pp. 37-54.

MISZTAL, B., *Theories of Social Remembering*, Philadelphia, Open University Press, 2003.

NORA, Pierre, «Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux» in NORA, Pierre (sous la direction de), *Les lieux de mémoire*, Tomo I, Paris, Gallimard, 1984.

NORA, Pierre, *Présent, nation, mémoire*, Paris, Gallimard, 2011.

PERALTA, Elsa, «Arquivos da Memória» in *Antropologia, Escala e Memória*, N.º 2, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2007.

ROBIN, Régine, *La Mémoire Saturée*, Paris, Stock, 2003.

SOBRAL, José Manuel, «Memória Social e Identidade. Experiências individuais, experiências coletivas», in *A História: Entre Memória e Invenção*, Coord. Pedro Cardim, Mem-Martins, Europa-América, 1998.

THIESSE, A-M., *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas e Debates, 2000.

TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

YATES, F.A., *The art of Memory*, Chicago, Chicago University Press, 1966.

Sítios consultados na Internet

<http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=575&PHPSESSID=f29ff9ba1c4582c98e034a5a0e9cddbe>

<http://tv1.rtp.pt/noticias/?t=Tese-de-nascimento-de-D-Afonso-Henriques-em-Visu-ressuscitada.rtp&article=160190&visual=3&layout=10&tm=4>

<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/2549942>

<http://www.geneall.net/site/home.php>

http://www.newseum.org/berlinwall/commissar_vanishes/index.htm

http://cvc.instituto-camoes.pt/component/docman/search_result.html

<http://www.soveral.info/mas/Maravedi.htm>

Apêndice Documental

Obs.: Os documentos que se seguem encontram-se como foram publicados pelos investigadores nas obras respectivamente indicadas.

Documento 1

1504

Testamento de Fernão de Magalhães, descobridor do Estreito do seu nome, passado em forma autêntica, por ordem judicial, em 1796, a requerimento de António Luiz Álvares Pereira Coelho da Silva Castelo Branco de Magalhães, descendente do navegador

«Aos Senhores que esta presente certidão virem dada e mandada passar por authoridade de Justiça por Manoel do Valle Teixeira hum dos juizes que ao presente anno serve nesta villa de Fafe concelho de Monte Longo e seu Termo por sua Magestade Fedilissima que Deos guarde etc. Certefico. e faço certo eu João de Oliveira Escrivão da Camera e Almotaçaria e propriedade em esta villa de Monte Longo de Fafe pella mesma Senhora com notificação e asistencia de João Antonio de Freitas Procurador actual deste mesmo concelho e termo pella mesma Senhora em como em meu poder e cartório se acha hum livro antigo sem titulo no principio por estar as folhas no mesmo principio rotas de cujo livro a folhas oitenta e nove se acha o theor do Testamento seguinte=
Rezisto do Testamento de Fernando de Magalhaens Fidalgo da Caza de sua Magestade celebrado em mil e quinhentos e quatro=

Porquanto os Homens são certos de morte e na do tempo em que hade ser costumarão os muitos sezudos por tal modo ordenar sua vida que não, deixando a pendência a todo o tempo que lhe acontecesse vir aquelle pustrimeiro temor de que a natureza a nenhuma pessoa fez sciente os achasse prestes que limpos de agumas ligeiras fezes de que nenhuns salvo os muitos perfeitos são purgados com pouco medo e sem temor algum

podessem aparecer ante aquelle espantoso Juiz de que a Santa Escripura em muitos lugares faz menção. Alguns outros tendo. bom desejo posto que só o apego de algumas poçoens que não. rezistindo como devião. se asinhorarão. delles assim alguns vícios que não. ordenando também sua vida foilhes mister deixar por Escripura emcomendado a outras pessoas que depois da sua morte trigozamente de fazer o que por sua negligencia e fraqueza elles vivendo não comprirão. porque a triste morte ordenou muitos e desvariados modos de apartar a alma da Carne por subito acabamento como por fortes pogimentos de dor levando alguns por semelhante cazo não. poderem haver espaço daquelle tempo disporem sua fazenda com grande cuidado e esperto sentido sintindo alguma dor que a taes feitos de grande turbação. deixarão. por Escripura declaradas suas vontades segundo os encarregos e devoção. e conhecimento que cada hum houver: entre os quaes eu Fernando de Magalhains Fidalgo da Caza de sua Magestade vendo e considerando quanto conveniente a toda a pessoa o seguir as pegadas destes que tão. proveitoso exemplo deixarão de si. porque não. são. certo de quando serei requerido de pagar a divida da morte nem a que tempo a que guiza porem de agora em minha saude sem nenhuma dor que me de embargo e ordeno meu testamento de Alma e de corpo e bens assim moveis como de Raiz que pello presente tenho e ouver ao diante segundo a declaração ao diante escripta:

Primeiramente incomendo a Alma a meu Senhor Deos que a criou de nada não. olhando a multidão. de meus pecados mas a sua infinita Mizericordia mos queira todod perdoar e a leve a gloria e Rogo a Virgem Maria que seja minha interesora diante de seu filho precioso e mando que se eu morrer fora desta terra ou em esta armada para onde agora vou para a India servir a meu Senhor Rei o muito alto e muito poderozo Senhor Dom Manoel que Deos nos guarde que as minhas exéquias se fação. como faria. a hum simples Navegante dando ao capelão. do navioa minha roupa e Armas para que diga tres Missas de Requiem rezadas pella minha Alma e a Luiz Pinto e a Francisco de Souza que requeirão tudo o que o meu Testamento pertencer que a ambos deixo por meus testamenteiros com todos os poderes de direito que lhe durarão. hum anno e mais se necessario for e nomeio por meus únicos herdeiros a minha

Irmã Dona Thereza de Magalhaens e seu Marido João. da Silva Telles senhor da Caza da Pereira de Sabroza e a seu filho e meu sobrinho Luiz Telles da Silva e seus sucessores e herdeiros com obrigação. que o dito meu cunhado hade juntar ao Brazão. das suas Armas o de Magalhaens que he de meus Avos por ser muito destinto e dos milhores dos mais antigos do Reino estabelecendo como estabeleço nos Varoens primogenitos ou Femias a falta delles descendentes da dita minha Irmã Dona Thereza de Magalhaens e seu marido meu cunhado e seu Filho Luiz Telles da Silva no meu Altar de Senhor Jezus da Igreja do Santo Salvador de Sabroza hum legado de doze Missas todos os annos para o que a Vinculo a minha quinta de Souta que esta no mesmo termo de Sabroza e sera perpetuamente padroado leigo que se conservara sempre para memoria de nossa Familia que terão. obrigação. de renovar os sucessores se por algum cazo de malícia escarecer sem poder aumentar ou diminuir o numero das Missas nem de porlhe outra condição. e tudo o que deixo ordenado quero seja verdadeiro. e firme para todo o sempre no cazo que eu fine sem sucessão. legitima que tendo quero que seja a sucessora de todos os meus bens com a mesma obrigação. do dito Padroado Leigo que dica estebelecido e não. de outra guiza por ser justo que a Varonia tenha augmentação. e não fica privada de pouquidade dos bens que tenho dos quaes não posso melhor nem de outra maneira ordenar.

E peço as Justiças de sua Magestade fação cumprir e guardar este meu Testamento e o tenham. por firme e valiozo e por elle revogo qualquer outro Testamento in contrario porque este he a minha postrimeira vontade feito em Belem aos dezassete dias do mez de Dezembro de mil e quinhentos e quatro annos nas cazas da morada do dito Fernando de Mahaens = testemunhas Antonio Fernandes = Luiz Jose de Mello Lobo = João. Rodrigues de Almeida Pantalian de Sa = Francisco Azevedo Coutinho = e Luiz Taborda e eu Domingos Martins Tabaliam geral por Nosso Senhor Rei. em todos Reinos e Dominios por mandado e otorgamento do dito Fernando de Magalhaens que comigo se asigna em otorgamento deste seu Testamento que vai bem e fielmente copiado menos algumas palavras que por estarem mal escriptas em letra gotica e o papel carcomido do tempo não foi possivel poder ler.»

Publicado, pela primeira vez na íntegra, por Francisco Manuel Alves, em «O grande navegador Fernão de Magalhães», in *O Instituto*, vol.68.º, 1921, pp.66-68¹⁵⁴.

Documento 2

1511-1525

Assentos de Moradia da Casa Real e respectivos recibos

a) Assento de 1511 e recibo de 12 de Janeiro de 1512

«Fernã de Magalhães filho e Pero de Magalhães há por mes de moço ffydalguo mjll reaes e alqueire de cevada montasselhe ē este derradeiro quartell de bcxj três mjll reaes – iii reaes.

He verdade que o dito Fernã de Magalhães recebeu do dito feytor os ditos três mjll reaes e por verdade assynou aqui comigo esprivão a xij dias de Janeiro de bcxij.

Vasco de Pyna

Fernam de Magalhães»

b) Assento com data do primeiro quartel de 1512 e recibo de 14 de Julho de 1512

«Fernam de Magalhães filho de Pero de Magalhães há por mes de escudeiro mjll e oyto cemto e çinquoemta reaes e alqueire de cevada por dia no çeleiro / monta selhe neste segundo quartell çimquo mjll e quynhemtos e cimquoemta reaes / e o majs segundo monta do acrecemtamento que nom se abryo no primeiro quartel dous mjll quinhemtos e çinquoemta reaes por vyr aguora a certidam do seu acrecemtamento – biij c.to reaes.

154 Francisco Manuel ALVES consultou este testamento num volume que tem por título *Documentos relativos ao grande navegador Fernão de Magalhães, descobridor do estreito de seu nome, e outros títulos e noticias sobre a sua família em sabroza* e que à época se encontrava em Vila Flôr no Arquivo da família Aragão.

He verdade quo o dito fernã de Magalhães recebeo do dito feytor os ditos oyto mjll e cem reaes e por verdade asynou aquij comjgo a xiiij de Julho de bccij.

Fernã de Magalhães

V.co de Pyna»

c) Assento com data de 1523 e recibo de 14 de Novembro de 1525

«Fernam de magalhaens filho de Pero de Magalhães avera onze dias de Janeiro deste ano e dezaseis dias de mayo e todo Junho a dous mjll e trezētos e doze reaes por mês cõ cevada alqueire por dia – b lxbj reaes.

Recebeo o sobredito ē xiiij de Novembro de bcxxb pēra ē parte de tres meses que lhe ajnda deve do anno de vinte e tres dos quatro meses que lhe mādava dar de que tē avydo hum mes segundo se tudo contēm em hum escryto seu que lhe deles e de mays tempo deu de que ja he pago somente dos tres meses que lhe ajnda devya. Recebeo os synquo mjll e sessemta e seys reaes em syma conteúdos.

Bastiã Costa

Fernão Roiz»

Publicado por António BAIÃO, “Fernão de Magalhães – Dados inéditos para a sua biografia”, in *Archivo Historico Portuguez*, Vol.III, nº 7/8, Lisboa, Agosto de 1905, pp.308-309.

Documento 3

1515

Procuração passada por Fernão de Magalhães a Duarte de Sousa

(Extracto)

«Saybham quantos este estormento de procuraçã virẽ que no ano do naçymento de nosso Senhor Jhesu christo de mjll e quyētos e quynze años em quatro dyas do mês de Julho na cydade de lixbõa no paço dos

tabaliães pareço hy fernam de magalhaães fydalgo da casa del Rey
nosso Senhor E seu cortesã E djse que elle fazya como logo de feito fez e
ordenou por seu çerto procurador avomdoso a saber a duarte de sousa seu
irmão outro sy fydalgo da casa do dito Senhor he mostrador desta
procuraçã com poder de sobestabeleçer procurador e procuradores se
comprir ao qual elle deu e outorgou todo seu lyure e comprido poder e
mãdado especyall que por elle e em seu nome elle posa Recadar e
Reçeber de lopo pereyra almoxarife de pomte de lyma ou de quem seu
carrego tyuer a saber duzêtos cruzados douro ou sua valya que em sua
mão E poder estan embragados per mandado do dito Senhor a
Requymento do dito Fernam de magalhaães E de todo ho que Reçeber
posa dar conheçmentos e quitações E se lhos dar e Emtregar nom
quyserem que posa fazer protestos e Requerimentos E tomar dello
estormentos e cartas testemunhaues e fazer e dyzer no que dito he e a
ello pertemçer e dello naçer e decemder asy e tam jnteyramente como
elle consteuinte farya e dyrya sendo a todo presente e prometeo e se
obrygou daveer por fecto fjrme e valyoso pera sempre todo ho que per ho
dito seu procurador e per cada hum de seus sobestabelecydos for fecto
dito Reçebydo no que dito he e de os Releuar do emcarrego da
satjsdaçam sob obrygaçam de seus beês que pera ello hobrygou e em
testemunho de verdade asy ho outorgou e lhe mãdou asy sseer fecta esta
procuraçã testemunhas que presêtes foram Duarte de sequeyra e luy
fernandez tabaliães e o dito duarte de sequeyra djse que conheçya ao
dito costetujnte e eu Gonçalo de matos pubrico espriuã em lixboa e seu
termo por gaspar gonçalues tabaliam del Rey nosso Senhor que esta
procuração espreyu e em ella meu pubrico synall fys que tal he etc. nõ aja
duvyda no Ryscado que dyz e fazer e dy e testemunhas que pre por que
eu espriuam ho fys por verdade. Etc. =lugar do signal publico= pagou
com nota 1 rrs..»

Publicado por António BAIÃO, «Fernão de Magalhães – Dados Inéditos para a
sua Biografia», in *Arquivo Historico Portuguez*, Vol.III, nº 7/8, Lisboa, 1905, p. 311

Documento 4

1518

Escritura outorgada por Fernão de Magalhães e Rui Faleiro, comprometendo-se a dar a Juan de Aranda, feitor da casa da Contratação de Sevilha, a oitava parte do produto que obtivessem da Armada da Especiaria

(Extracto)

« Sepan quantos esta publica escriptura de obligacion vieren como nos Ruy faler vecino de Cubilla ques en el reyno de portugal, e fernando de magallanes vecino de la cibdad del puerto en el dicho reyno otorgamos e conocemos por esta carta e dezimos por quanto entre nosotros esta concertado de la una pte e vos juan de aranda fator del rey nño señor e vecino de la cibdad de burgos en la casa de la contratacion de las yndias de sevilla de la otra q̃ todo el provecho e interesse q̃ ovieramos del descubrimiento de las tierras e yslas q̃ plaziendo e nño señor hemos de descubrir e fallar en las tierras e limites e comarcaciones del rey don carlos nño señor q vos ayays la otava part fue fecha e otorgada esta escriptura en la noble villa de valladolid estando en ella el Rey nro señor e el su consejo e chanciñia e veynte e tres dias del mes de hebrero año del nascimiento de nño saluador ihesu christo de mill e quinientos e diez e ocho años [...].»

Publicado José Manoel NORONHA in «Algumas Observações sobre a Naturalidade e a Família de Fernão de Magalhães», *O Instituto*, nº 68, 1921, pp. 33.

Documento 5

1518

Carta del Rey al de Portugal intercediendo a favor de Simón Barreto de Magallanes y Francisco de Magallanes para que no aplicas ela pena de murte y perdimiento de bienes a que habian sido condenados.

«Serenísimo y muy excelente Rey e Príncipe de Portugal, mi muy caro e muy amado tío Hermano. Nos el Rey de Castilla, de León, de Aragón, de Navarra, etc., vos inviamos mucho saludar como a aquel que mucho ánimo [tiene] y para quien querriamos Dios diese tanta vida, salud y honra como vos mismos deseais. Hacemos vos saber que Simón Barreto de Magallanes y Francisco de Magallanes, su Hermano, vinieron a mi y me hicieron relación que por cierta muerte de un juez de Ponte de Barca en que fueron culpantes, diz que vos los mandastes condenar a pena de muerte y perdimiento de sus bienes, y porque diz que ellos son de corona y se quieren presentar en la cárcel eclesiástica y mostrar cómo son sin culpa de la dicha muerte, me suplicaron vos escribiese sobrello: y porque los dichos Simón Barreto y Francisco de Magallanes son debdos de criados y servidores nuestros, por cuyo respeto tenemos voluntad que sean favorecidos, afectuosamente vos ruego hayáis por bien que si ellos son de corona, se libren por ella, y no consitais que se les haga agravio, antes mandéis que con justicia sean favorecidos, que ello rescibiré de vos muy singular complacência – Serenísimo y muy excelente Rey e Príncipe, mi muy caro e muy amado tío y Hermano. Nuestro Señor todos tiempos vos haya en su especial guarda y encomienda. – De Zaragoza, a XXXI dias de Júlio de mil e quinientos e diez e ocho años. – Yo EL REY.»

Publicado por José Toribio MEDINA *em El Descubrimiento del Océano Pacífico*, Santiago do Chile, Imprensa Universitaria, 1920, p. 243.

Documento 6

Março de 1519

Doação de Fernão de Magalhães a Isabel de Magalhães

«[...] una quinta de viñas e castañales e tierras de pan sembrar que yo tengo e poseo en tierra de Gaya, término de la dicha çibdad del Puerto, que se dize la quinta Exón, la qual dicha quinta yo ove e heredé de los dichos mis señores padre e madre com çiertos cargos a qu'es obligada a pagar a a Yglesia mayor de la dicha çibdad del Puerto como fijo mayor de los dichos señores padres, porque la dicha quinta no fueron bienes partibles[...], así por razon de los muchos cargos que de vos, la dicha Ysabel de Magallaes, mi hermana, tengo, como por otras cabsas que a ello me mueven¹⁵⁵[...].»

Extracto publicado por JUAN GIL. *El Exilio Portugués en Sevilla - De los Braganza a Magallanes*, Fundación Cajasol, Sevilla, 2009, pp. 271.

Documento 7

Junho de 1519

Doação de Fernão de Magalhães a Isabel de Magalhães

«por quanto el dicho señor Rodrigo de Magallaes, nuestro padre, tenía una quinta en tierra de Gaya la Pequeña que se dize Exón e junto com ella tenía çierta tierra de la Yglesia mayor de la dicha çibdad, enprazada en três vidas, y el dicho nuestro padre fuel a primera vida e al tienpo de su falleçimiento nonbró e señaló a mi, el dicho Fernando de Magallaes, su hijo, por segunda vida, por ende yo agora quiero e me plaze e consiento de nonbrar e por la presente nonbro para la terçera persona para que aya la dicha tierra a vos, la dicha señora Ysabel de Magallaes, mi hermana,

155 APS, XV 1519, 1 (9125), f. 551v.

que tenéys por vuestra la dicha heredad de Exón, para que ayáys e tengáys en la dicha tierra todo el abçion e derecho que yo a ello tengo por virtud del nonbramiento del dicho señor Rodrigo de Magallaes, nuestro padre, mi hizo, e ayáys e llevéys los frutos e rentas de la dicha tierra, como yo, el dicho capitán Fernando de Magallaes, los he llevado fasta agora, con tanto que paguéys a la dicha Yglesia mayor el foro que dicha tierra es obligada a pagar a la dicha Yglesia en cada un año.»¹⁵⁶

Extracto publicado por JUAN GIL. *El Exilio Portugués en Sevilla - De los Braganza a Magallanes*, Fundación Cajasol, Sevilla, 2009, p.272.

Documento 8

Agosto de 1519

Testamento de Fernão de Magalhães

(Extracto)

«[...] e por quanto sus al.^{as} me tienen fha md. p.^a mis hijos e descendientes por via de mayoradgo de la governacion de las yslas e tierras q yo descubriere com la dha armada en el termino contenido en la capitulacion q com sus altezas tengo fha e asy mesmo el titulo de adelantado de las dhas yslas e tierras q descubriere e de otras contenidas en la capitulacion por esta presente carta deste dho mi testamento quiero e nombro por via de mayoradgo para q aya todo lo suso dho despues de los dias de mi vida a rodrigo de magallanes mi hijo legitimo e hijo legitimo de la dha doña beatriz Barbosa mi muger e despues del al hijo legitimo que dios de diere e sino oviere fijo legitimo q aya el outro hijo o hija legitimo q dios a mi me diere e asi se aya sucesyualmente de padre a fijo e si por caso ouiere hija el dho mayoradgo en tal caso quiero quel hijo que dios le diere e ouiere el dho mayoradgo que le llamem de magallanes e trayga mis armas sin las mezelar com otras algunas e sino se llamarem de magallanes e no traxere mis armas segun dho es en tal

156 APS, XV 1519, 2 (9126), f. 125r.

caso quiero e mando y es mi voluntad que aya el dho mayoradgo vn hijo o nieto o pariente mas propinco de mi linaje que biba en castilla e trayga mi apellido e armas segun dho es e si lo q dios no quiera el dho R.º de magallanes mi fijo falleciere sin dexar hijos ni hijas de legitimo matrimónio e no oviere otros fijos ni fijas p.^a aver el dho mayoradgo quiero e mando e es mi voluntad que aya todo lo suso dho por via de mayoradgo di.º de sosa mi hr.º q agora bibe com el ser.mo Rey de Portugal viniedose a bivar a estos Reynos de Castilla e casandose en ellos e com tanto que se llame de magallanes y trayga las armas de magallanes segun e de la manera qye yo las traygo que son de magallanes y sosa e sy el dho di.º de sosa m- hr.º no tuviere hijos ni fijas de legitimo matrimónio p.^a aver el dho mayoradgo quiero e mando y es mi voluntad q aya el dho mayoradgo ysabel de magallanes mi hr.^a con tanto que se llame de magallanes e trayga mis armas segun dho es y venga bivar e casar es estos Reynos de castilla[...].».

Publicado por António BAIÃO in «A *Questão da Naturalidade de Fernão de Magalhães – transmuntano não, minhoto*», in *O Instituto*, 1921, pp. 22-23).

Documento 9

1520

Real cédula para que se pague cierto salario a Martin de la Mezquita, português, sobrino de Fernando de Magallains

(Extracto)

«El Rey – Nuestros Oficiales que risidis en la ciudad de Sevilla en la Casa de la Contratación de las Índias. Ya sabéis cómo Martin de la Mezquita, português, sobrino del capitán Fernando de Magallains[...].».

Publicado por José Toribio MEDINA, *Hernando de Magallanes y sus compañeros: el descubrimiento del Oceano Pacífico*, 1920, p. 58-59.

Documento 10

1522

Relación del sueldo que se debe al capitán y oficiales y compañía de la nao Vitoria y Concepción e Santiago

(Extracto)

«Francisco, paje, criado del dicho capitán Magallanes, natural de Estremis, hijo de Alvaro de la Meschita, falleció a primeiro dia de mayo de mill quinientos veinte y un dias años; venció de sueldo viente meses, veinte y un dias.»

Publicado por José Toribio Medina, *Hernando de Magallanes y sus compañeros: el descubrimiento del Oceano Pacífico*, 1920, p. 223.

Documento 11

Navegação e descobrimento da Índia Superior feita por mim, António Pigafeta, gentil-homem vicentino e cavaleiro de Rodes, dedicada ao mui excelente e mui ilustre senhor Filipe Villiers de L'Isle Adam, grão-mestre de Rodes

(Extracto)

«[...] durante a noite combinou com os outros espanhóis da tripulação, e prendeu, e até feriu, o capitão do navio Álvaro Mesquita, primo-irmão do capitão-general, e assim o conduziram a Espanha.»

Publicado por Águas NEVES em Fernão de Magalhães, *A Primeira Viagem à Volta do Mundo contada pelos que nela participaram*, 1990, p.41.

Documento 12

1560-1570

*Prólogo da viagem de Fernão de Magalhães na demanda de Maluco
por el-rei de Castela*

(Extracto)

«[...] entre os portugueses que descobriram Maluco foi um chamado Fernão de Magalhães, natural da cidade do Porto, em Portugal. Este era da geração dos Magalhães, gente honrada e nobre, e era criado del-rei em foro de moço da câmara pelo que aprendeu de um seu parente chamado Gonçalo de Oliveira, em cuja companhia foi ter àquela terra; do qual entendeu a verdade do sítio daquelas terras, porque era Gonçalo de Oliveira mui sabido nesta faculdade[...]».

Publicado por José Manuel GARCIA em *A Viagem de Fernão de Magalhães e os Portugueses*, Lisboa, 2007, pp. 195-209.

Documento 13

1568

Processo de Lourenço de Magalhães

(Extracto)

«En 9 de jullio de 1568 se bio este neg.^o com la petn.^o ñ su mag.^t Remitio al Sr.^o Presidente por sua Sr.^a/ SS Vazquez / don gomez / Salas/ aguilera / Basañe /.

Este es treslado bien e fielmente sacado de vn processo original ñ esta pen-diente en el q.^o Real de las yndias de su mag.^t entre lorenço de magallanes vz.^o de la ciudade de xerez de la fr.^a de la vna parte y el l.^{do} ganboa fiscal de su mg.^t en el dho q.^o de la otra sobre ñ el dho lorenço de

magallanes pide se guarde con él el asiento que con su m.^t tomo h.^{do} de magallanes y sobre las otras causas y Razones en el dho processo del pleyto qontenidas el qual se saca de pedim. ^tº del dho lorenço de magallanes y mandami.^tº de los Señores del dho q.^o para efeto de presentarlo ante su mg. ^t Real del Rey don Felipe ^{no} S.^o ^r su tenor del qual es como se sigue:

// muy p.^o S.^{or} lorenço de magallanes vz.^o de la ciudad de xerez de la fr.^a digo que yo soy el pariente varon mas proximo de h.^{do} de magallanes y como tal pariente masproximo soy heredero legitimo de todos sus bienes dineros e acciones// y es ansi que en la capitulation que por mandato de V. al.^a se tomo con el dho h.^{do} de magallanes al tiempo que hizo la jornada a las yndias se asento y conserto que el y sus herederos y subcessores oviesen de aver la veyntena parte de todo lo que descubrisse y ganase y que ansi mismo oviese de aver el quinto de todo el ynteresse y ganancia que resultase de aquella armada y la dha capitulacion fue confirmada y aprovada por V. al.^a en hexecucion y cumplim.^tº della se dieron las cédulas y prouisiones nezesarias y el dho her.^{do} de magallanes despues de la dha capitulacion y asiento hordenó su testamento y ultima voluntad con que murio por la qual hizo mayoradgo de todo lo que ansi ouisse y le perteneciese por virtud de la dha capitulacion y asiento en favor de un hijo suyo y de sus decendientes y en defeto suyo y de ciertas otras personas que ansi mesmo llamo quiso y dispuso que subcediese en todo ello al pariente mas proximo de llinage de magallanes y la dha su dispusicion se confirmo y mando guardar por setencias pasadas en autoridad de cosa juzgada por las quales esta proveydo y m.^{do} que todo lo capitulado y asentado con el dho h.^{do} de magallanes se guardase y cumplieze con su heredero y sucesor de la misma manera que se guardara a su propia persona si fuer bibo el qual como es notorio gano el dho estrecho de magallanes y otras muchas yslas // y de la dha armada que ansi hizo se consiguieron de ynteresse demas y aliende de lo que ansi descubrio y gano mas quatrocientos mill ducados mediante lo qual conforme a la dha capitulacion y asiento me perteneze a mi como a tal heredero y pariente varon mas próximo del dho h.^{do} de magallanes la veyntena parte de todo lo que ansi descubrio y el quinto de todo el

ynteresse que ansi se gano en la dha armada p.^a que lo tenga por uia de mayoradgo com las cargas y condiciones puestas en el dho testamento por no aver quedado outro alguno de los llamados al dho mayoradgo ñ me preceda en grado de parentesco ni descienda por via de varon del linage de magallanes por / / tanto a V. al.^a supp.^c o ñ teniendo consideracion a lo suso dho y a los servicios del dho he.^{do} de magallanes / / ssen servido de mandar quel dho assiento se guarde y cumpla conmigo y que conforme a el se me mande acudir com la dha veyntena parte de todo lo ñ ansidescubrio y gano el dho magallanes y com el quinto de todo el ynteresse que rresulto y se ouo de la dha armada sobre lo qua pido cumplimi.^{to} de Just.^a

Outro si p.^a ñ a V. al.^a conste de lo suso dho hago presentacion de la dha capitulacion y de las zedulas Reales que se dieron en hexecucion della y de las clausulas del testam.^{to} del dho magallanes y de la sentencia que se dio por la qual se mando quel dho assiento se guardasse con el ñ pareciese ser heredero del dho magallanes lo qual todo se contiene en este testimonio signado de mateo de almonaci escruanode seui.^a y saco a pedim.^{to} de beatriz de prado de magallanes vz.^a e natural de la ciudad de Lisboa y ansimismo presento ynformaciones signadas de escriuanos por las quales pareze y se prueba ñ yo soy el pariente varon mas próximo y heredero legitimo del dho magallanes y juro en forma ñ las dhas escripturas son ciertas y verdaderas las quales presento en todo lo que son o pueden ser en mi fabor y no en mas ni allende otro si presento outra ynformacion hecha en la ciudad de seui.^a por la qual paresce que del dho hr.^{do} magallanes no a quedado hijo ni nieto no outro decendiente alguno y juro en forma quês cierta e verdadera. / traslado al fiscal en Madrid a postrero de otubre de mill quis.^o y sesenta y siete años Licenciado baños.

[...]

Muy magni.^{co} S.^{or}

Ju.^o de montaluan en nombre de beatrix de prado de magallanes de quien tengo poder de ñ fago presentacion digo ques assi la dha mi parte es heredera del capitan her.^d o de magallanes e como a tal se le esta mandados asjudicar sus bienes y herencia e declarada por tal heredera como consta por el testami.^{to} a que me Refiero e porque al dr.^o de mi parte

conuiene que qualesquier papeles e escrituras e Recaudos ñ ayan pasado en el dho fernando de magallanes e pertenescan a la cobraça de los dhos bienes los tenga mi parte en su poder e por que a mi noticia es uenido ñ en poder de di.º de çuñiga vz.º desta cibdad estan ciertos Recaudos y escrituras tocantes o los bienes e herencia del dho fr.º de magallanes // pido a v. m. mande al dho Diego de çuñiga que com juramento ñ faga declare que papeles e escrituras tiene en su poder tocantes a los bienes del suso dho e declarado mande que de todos ellos se me de un traslado abtorizado en manera ñ faga fee en el qual v.m. mande ynterponer e ynterponga su autoridad e decrepto Judicial p.^a que donde quiera pueda fazer e faga fee e si mas me conuiene pedir pido Just.^a & e en lo necesario el oficio de v.m. ynploro el l.º de bocanegra.

E presentado el dho poder y escrito segun dho es luego el dho alld fizoparescer ante si al dho di.º de çuñiga en el dho pedimi.^{to} contenido del qual por el dho S.^{or} alld fue Recibido juramento en forma de dr.º por Dios e por Santa maria e por las palabras de los euangelios e por la señal de la cruz que fizo com los dedos de sus manos corporalmente so virtud del qual le pregunto declare que papeles y escrituras e outros Recaudos tiene en su poder tocantes a los bienes que quedaron del capitan fr.º de magallanes en el dho pedimi.^{to} contenidos el qual dixo que el tiene en su poder una Relacion del pleyto que es entre partes de la vna el comendador Di.º barbosa e su muger y herderos e de la outra el l.º prado fiscal de su m.t e como tr.º opositor di.º de sosa magallanes e sobre las demas causas en el processo del dho pleyto contenidas de la qual dha Relacion fizo muestra ante el dho S.^{or} alld el dho Ju.º de montaluan e por el dho señor alld vista mando que della se saquen todos los traslados e clausulas que el dho Ju.º de mōtaluan pidiere e se le den en pu.^{ca} forma en manera ñ fagan fee p.^a que los presente dou le convengan en los quales e en cada uno dellos dixo que ynterponia e ynterpuso su abtoridad e decreto judicial p.^a ñ valan e fagan fee e prueba en juicio y fuera del doquier ñ paresciere e yo el dho escruano pu.^{co} por mandado del dho S.^{or}

alld e de pedimi.^{to} del dho Ju.^a de mõntaluan fize sacar de la dha Relacion del dho pleyto lo siguiente.¹⁵⁷

[...]

Sepan quantos este ynstrumento de fee e certificacion con traslado de la petition e dhos de t^{os} dados por mandado y autoridad de Justicia vieren que en el año del nacimi.to de nro Saluador Jesuxpo de mill e qui^{os} e sesenta e siete años a los tres dias del mes de abril del dho año en el campo de la yglesia deste lugar de la puente de la barca consejo e tierra de la nobrega estando alli gaspar ceruera cavallero fidalgo e Juez hordinario en el dho consejo por ante el Juez parecieron lorenço de magallanes morador segun dixo que hera y se llamaua en la ciudad de xerez de la f.^a del Reyno de castilla e al dho Juez apresento por escripto la petition siguiente.

= dize lorenço de magallanes vz.^a de la ciudad de xerez de la fr.^a que a el le es necesario vna ynformacion de ts.^o preguntados por los capitulos abaxo declarados e con sus dhos le ser pasado vn ynstrumento en pu.co para ser apresentado ante la m.t del Rey de castilla e ante los señores del su consejo de yndias por los q pide a v. md. le mande pasar en forma e Recibir t^{os} epreguntas.

I = yten primeram.te seran preguntados si conoscen al dho lorenço de magallanes e si conoscieron a payo Rodriguez de magallanes su padre e ansi a Ruy pais de magallanes su abuelo e si conoscieron o oyeron nombrar a hr.do de magallanes ya defunto que fue el que descubrio el estrecho de magallanes e a Ruy de magallanes padre del dho hr.do de magallanes.

II.= yetn si saben o oyeron dezir quel dho hr.do de magallanes e payo Rodriguez de magallanes padre de lorenço de magallanes heran primos hr.os o parientes muy allegados e por tales fueron avidos e conocidos en la partes e lugares destes Reynos de portugal adonde biuieron e moraron e ansi declararan en que grado heran parientes el dho payo R^{os} de magallanes con el dho hr.do de magallanes.

157 Seguem-se excertos da capitulação entre Rui Faleiro, Fernão de Magalhães e Carlos V e do testamento de Fernão de Magalhães. A única informação existente sobre o processo de Beatriz de Prado de Magalhães é o constante no processo de Lourenço de Magalhães, podendo este, à semelhança de muitos outros documentos, ter-se perdido com o tempo ou permanecer por descobrir em algum acervo documental não trabalhado.

III.= yten si saben quel dho payo R^os de magallanes fue casado e velado segun la santa madre yglesia con doña felipa pereyra su muger e que del dho matrimonio criaron e conosciéron al dho lorenço de magallanes por su hijo legitimo e como tal fue tratado e avido e conosciudo digan porque e como lo saben.

III.= yten si saben quel dho lorenço de magallanes a mas de doze años que Reside en los Reynos de castilla y questa casado al presente en la ciudad de xerez de la fr.^a con antona benites de osorio su legitima muger e como lo saben.

V.= yten si saben quel dho lorenço de magallanes como tal descendiente de la casa e linage de magallanes vsa e trae al presente en sus armas e parte principal dellas las armas de los magallanes digan porque e como lo saben.

VI.= yten si saben que todo lo sobre dho es pu.co boz e fama.

= E seyendo ansi la dha peticion por el dho lorenço de magallanes al dho Juez como dho es el dho Juez puso en ella su despacho siguiente por el hecho firmado.

= preguntense los t^os quel soplicante por el contenido en su peticion e con sus dhos se le pase el ynstrumento que pide en cumplimi.to de lo qual luego en el dho dia tres dias mel de abril del año y era sobre dho de mill e qui^os y sesenta y siete años el dho Juez conmigo el escriu.^o por juramento de los santos euangelios los t^os siguientes. Ruy diaz de la lonba escriuano questo escriui.

yten el Señor manoel de magallanes de meneses Señor de la tierra de la nobleza t.^o a quien el Juez dio juram.to de los santos euangelios en que puso la mano preguntado por su hedad e sumariamente dixo que hera de hedad de sesenta p.^a setenta e cinco años poco mas o menos e por lo hordinario dixo que hera pariente dentro en el quarto grado de los dhos lorenço de magallanes e payo Rodriguez de magallanes su aguelo e de hernando de magallanes e que ansi el como ellos aRiba nonbrados son de los chefes de la casa de magallanes e mas no dixo.

I= yten preguntado por el primero articulo e capitulo de la dha peticion dixo que el conoce muy bien al dho lorenço de magallanes contenido en la peticion e que otro si conosció a su padre del payo Rodriguez de

magallanes e q a su padre ju.º de magallanes por muchas veces oyo nonbrar a Ruy paiz de magallanes e a Ruy de Magallanes y a hernando de magallanes e a Ruy de magallanes por parientes dixendo q el dho Ruy paiz de magallanes y el dho Ruy de magallanes padre del hr.do de magallanes que hera el q descubrio el estrecho de magallanes que heran hermanos e hijos de vn p.º aºl de magallanes y quel dho hernando de magallanes e payo Rºs de magallanes padre del dho lorenço de magallanes heran primos hijod de hºs y questo hera notorio e pu.co en este Reyno donde bibieron e moraron e mas no dixo.

II.= yten preguntado por la segunda preg.ta de la dha petición dixo q en lo que en la primera pregunta tiene dho e declarado a por dho en esta e mas no dixo.

III.= preguntado por la tercera preg.tade la dha peticion que otro si le fue leyda e declarada dixo que sabe quel dho payo Rºs de magallanes fue casado com doña felipa pereyra e veelado padre e madre del dho lorenço de magallanes e como su hijo legitimo fue tenido y tratado e conoscido e questo fue pu.co e notr.º e mas no dixo.

III.= yten preguntado por la quarta pre.ta e articulo de la dha peticion dixo que sabe quel dho lorenço de magallanes contenido en la dha peticion a muchos años q hera partido p.ª fuera destos Reynos e no sabe adonde anduuo e mas no dixo.

V.= yten preg.ta por la quinta preg.ta dixo que las armas de los magallanes el dho lorenço de magallanes queste t.º no sabe si las trae e lleno por esas tierras mas q en pero el las puede cierto traer bien por ser de la generacion de los principales chefes de los magallanes e mas no dixo e questo que dho tiene escripto es cierto e pu.co e notr.º e mas no dixo e lo firmo con el Juez Ruy baez de la lonba escriuano lo escriui.

t.º = yten Ju.º coello escudere fidalgo morador e este lugar de la puente de la barca q.º de la nobrega t.º de quien el juez dio juram.to de los santos euangelios sobre que puso su mano e preguntado por lo hordinario e cosas dello dixo nada

= yten preguntado por la hedad del dixo que hera de ochenta años poco mas o menos preguntado si conocio al dho lorenço de magallanes contenido en la peticion dixo que no le conoce e pregunt.do si conosce a

payo R^{os} de magallanes padre del dho lorenço de magallanes dixo que si e que tambien conosco a Ruy paez de magallanes que hera aguelo del dho lorenço de magallanes segun el dize que es su nieto el qua loyo dezir que hera hr.^o de Ruy de magallanes padre del dho hr.do de magallanes e quel dho payo R^{os} de magallanes oyo pu.co m.te dezyr que hera pr.^o hermano de hr.^o de magallanes e questo sabe por lo oyr dezir muchas uezes a Ju.^o de Magallanes padre del S.or manael de magallanes Señor desta tierra.

II.= E preguntado por la segunda preg.ta y articulo contenido en la peticion que le otrosi fue leydo dixo que yra en la primera preg.ta dixera lo que sabia e oyera e mas no dixo.

III.= yten preguntado por la tr.^a preg.ta dixo ¿que sabe q payo R^{os} de magallanes fue casado conforme al madami.^o de nra santa madre yglesia con doña felipa pereyra e que si el dho lorenço de magallanes es su hijo o no este t.^o no lo sabe solamente oyr dezir que es el su hijo e masno dixo.

III.= yten preguntado por lo contenido en la quarta pregunta de la dha peticion dixo nada.

V.= yten preguntado por la quinta pregunta dixo nada e lo firmo con el Juez Ruy diaz de la lonba e escriuano questo escriui.

t.^o = yten Ju.^o garcia bello morador en este lugar cauallero hidalgo t.^o a quien el Juez dio juram.to de los santos euangelicos en que el pusosu mano e preguntado por lo contenido en el primero articulo e preguntado por lo hordinario e por su hedad dixo que hera hombre de nobenta años poco mas o menos e de lo sumariamente no dixo nada.

¶= yten preguntado por la primera preg.ta conforme en el articulo de la peticion q le fue leydo e declarado dixo que quanto el dho lorenço de magallanes contenido en la peticion no lo conosco e que quanto hera a payo rr^{os} de magallanes lo conosco mucho bien y ansi a rruy paez de Magallanes su padre e que otro si nosciera a her.do de magallanes el que descubrio el estrecho de magallanes y que se acuerda quando el fue de portugal para el Reyno de castilla e que otro si conosco a Ruy de magallanes su padre de hr.do de magallanes e mas no dixo.

II.= yten preg.ta por la segunda preg.ta y articulo contenido en la peticion que la fue leydo y declarado dixo que sabe que hr.do de

magallanes e payo rr^{os} de magallanes heran primos hijos de fr. d^o e por tales fueron avidos e q oyo este t.^o dezir que heran nietos de vn p.^o alfonso de magallanes e q esto fue pu.co e notorio y mas no dixo.

III.= yten preguntado por la tr.^a pregunta de la dha petizion dixo que sabe quel dho payo R^{os} de magallanes fue casado con doña felipa pereyra e como tales bibieron los vnos los otros y los otros e mas no dixo.

III.= yten preguntado por la quarta pre.ta e articulo de la dha petición q otro si le fue leydo y declarado dixo nada.

V.= yten preg.do por la quinta preg.ta que otro si le fue leyda e decarada dixo nada e lo firmo con el Juez Ruy diaz de la lonba que lo escriui.

= E preguntados todos ansi los dhos t^{os} por el dho Juez conmigo escribano como dho es luego por el dho lorenço de magallanes fue dho quel no queria dar en este caso mas t^{os} que los que dados tenia q Requeria al dho Juez mandase a mi el escriuano que con sus dhos e con el traslado de todo le pasase en pu.ca forma su ynstrumento concertado por otro escriuano en modo y manera q hiziese fee y el dho Juez visto como el dezia que no qria dar mas t^{os} que los que avian tomado mando a mi escriuano que trasladase todo e con el traslado de todo concertado por otro escriuano pasose el dho ynstrumento al dho lorenço de magallanes los quales aytos yo escriuano traslade todo por mi mano e letra ansi e de la manera que en los propios y estan bien e fielm.te sin boRadura ni entrelina que duda haga que luego adelante va Reseruado e van trasladados en seis hojas e com estos escritos e lo comcerte com el escriuano que abaxo va firmado e por verdad yo Ruy dias de la lonba escriuano pu.co e Judicial por el Rey nro S.or en el consejo e tierra de la nobrega queste ynstrumento traslade y escriui y lo hice y firme de mipu.co signo e firma que tal es como se sigue.

= concertado conmigo con todos los dr.os conmigo escriuano bernaldo diaz.

= certefico yo a^ol R^{os} escriuano del Rey nro S.or del pu.co e Judicial en el q.^o de la nobrega ques verdad que la letra e firma pu.ca deste ynstrumento atras todo el hecho por mano de Ruy diaz escriuano pu.co e judicial en este q.^o e sirue el dho oficio oy en dia e a las sus escripturas se

da entera fee e por verdad lo soescrui aqui oy tres dias del mes de abril de mill e qui's e sesenta e siete años e lo firme de mi pu.co señal que tal es.».

Publicada por António BAIÃO, «A questão da naturalidade de Fernão de Magalhães: Transmontano não, minhoto», Coimbra, Imp. Universidade, Sep. *História e Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, 1921, pp. 13-61.

Documento 14

1580

Testamento de Francisco da Silva Telles, sobrinho-neto de Fernão de Magalhães

(Extracto)

«[...] mando e ordeno a todos os meus descendentes e herdeiros que na minha caza de Pereira de Sabroza não ponhão, outra pedra de Armas nem acrescentem outro Brazão. porque quero que em todo o tempo se conservem picadas e razas do mesmo modo que as mandou por o nosso Senhor Rei pello delito de Fernando de Magalhaens se passar a Castella em desserviço deste Reino a descobrir novas terras onde morreu em dezagrado do Nosso Rei, e como elle era Jrmão. de minha Avo Dona Thereza de Magalhaens se mandarão. picar as Armas por cujo motivo de vergonha me passei a viver em Maranhão. aonde agora me acho no tempo dotorgamento deste meu Testamento e faço esta declaração. para que aos meus vindouros fique por exemplo não. so os castigos do Senhor Rei mas os do Ceo que fés que meu thio dito Fernando de Magalhaens Jrmam de minha Avo morresse tão. dezastramente como dizem que morreo em huma Ilha chamada Maltam a mãos de Herejes ou melhor dos seus pecados atráuessado de huma lança e cuidem todos os meus descendentes e herdeiros em servir so aos seus Principes se querem a minha Benção. que lhe negaria se soubesse que havião. de ter tam baixos sentimentos e tão ruinosos para as familias como me tem sido a mim e a

meu Pai que deixemos a nossa caza por vergonha e medo que se levantasse os vezinhos contra nos pois com Justiça não. podião. sofrer quem hia contra Portugal que he sua Patria e hia servir Castilhanos nossos inimigos Naturaes esta he a minha ultima vontade que sera valiosa em todo o tempo feito em Maarahão [...]».

Publicado por Francisco Manuel ALVES, «O Grande Navegador Fernão de Magalhães» in *O Instituto*, vol.68, pp. 65 e seguintes.

Documento 15

1765

Ascendência de Fernão de Magalhães, segundo o Nobiliário da Casa do Casal do Paço
(Extracto)

«Lopo Rodrigues de Magalhães. Foi para a vila de Figueiró dos Vinhos para ser tutor dos filhos dos senhores de Figueiró e Pedrógão Grande, os quais eram sobrinhos de Izabel Sousa, mulher do seu tio João de Magalhães, senhor da Barca. A qual tutoria foi por muitos anos por ordem do rei, o qual por este motivo lhe escreveu muitas cartas honrosas. Foi escrivão das cizas de Figueiró, cujo officio dotou a sua filha D. Branca, como tambem o vinculo e capela do Espírito Santo que Elle e sua mulher instituirão na dita vila. Foi tambem senhor do Prazo de Alviela do Golegã, foreiro ás freiras de Sta Clara de Santarém e lhes pagava cada ano de foro seis moios de trigo, o qual prazo dotou a sua filha Izabel. Casou com Margarida Nunes, de quem teve.

8- Fernão de Magalhães, cavaleiro de Santiago, descobridor do Estreito do seu nome. Fez-se inventario pela morte de seu pai e delle consta estar casado na ilha de S. Miguel.

- 8- Jorge de Magalhães, que foi á Índia com incumbência de escrivão da feitoria de Goa e viveu em Tomar. Casou no Porto com Izabel Pessoa, irmã dos Pessoas que pagavam as moradias.
- 8- Diogo de Magalhães. Casou com Izabel Gomes da Vide, irmã do alcaide de Penela.
- 8- Ruy de Magalhães, cavaleiro de Santiago, escrivão dos filhamentos, mordomo mor do conde de Portalegre e seu vedor muitos anos. Casou com Catarina Gorge. S.G.
- 8- Pedro de Magalhães, almoxarife do Comendador-mór. Viveu na Vila da Ega, aonde fez nobres casas e forão de seus descendentes que viviam numa quinta junto a Pombal. Casou com... e teve Diogo Machado Cotrim.
- 8- Joana de Magalhães.
- 8- Leonor de Magalhães.
- 8- Brites de Magalhães.
- 8- Branca de Magalhães.
- 8- Izabel de Magalhães. Casou com João Gomes da Vide, alcaide-mór de Penela.»

Publicado por José Manoel NORONHA, em «Algumas Observações sobre a Naturalidade e a Família de Fernão de Magalhães», *O Instituto*, nº 68, 1921, pp.41-45.